



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 66

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 10 de maio de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados iniciou-se a [sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral](#), apresentadas pela Representação Parlamentar do IL.

Para o efeito usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Ávila (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Manuel Ramos (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Manuel Ramos (*PS*).

Para responder às questões colocadas usaram da palavra os/as Srs./as Secretários/as Regionais do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), do Mar e Pescas (*Manuel São João*), da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*) e da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

Para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*).

Seguiu-se a apresentação da [Anteproposta de Lei n.º 6/XII – “Nona alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, revogando os benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as José Pacheco (*Indep*), Nuno Barata (*IL*), Sabrina Furtado (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Para uma declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep*).

Posteriormente, e pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*), foi apresentado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º](#)

36/2021/A, de 30 de novembro, que estabelece a Orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, o qual foi aprovado por unanimidade, após o uso da palavra pelo Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*).

O antepenúltimo ponto da Agenda para este dia foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o **Projeto de Resolução n.º 67/XII – “Ampliação da pista do Aeroporto do Pico”**.

Sobre o mesmo usaram a palavra os/as Srs./as Deputados/as Mário Tomé (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Marco Costa (*PSD*), Marta Matos (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Gustavo Alves (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*) e a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Mário Tomé (*PS*) e Marco Costa (*PSD*).

Por fim, esteve em debate o **Projeto de Resolução n.º 90/XII – “Recomenda ao Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia elétrica”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), seguiu-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como da Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Nuno Barata (*IL.*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 56 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo **Miranda**
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**
Rui Filipe Vieira **Anjos**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vasco Alves **Cordeiro**
Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**
Maria **Salomé** Dias de **Matos**
Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)
Gustavo Valadão **Alves**
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)
José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)
Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Independente
Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Permitam-me, que em nome da Mesa, saúde e dê as boas-vindas à Sra. Deputada Nídia Inácio, desejando um bom trabalho, em nome deste Parlamento.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito obrigada!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberado na Conferência de Líderes, vamos dar início ao nosso 1º Ponto da Agenda: **Sessão de perguntas ao Governo Regional com**

resposta oral, apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, sobre o futuro da ilha Graciosa.

Regem estas matérias os artigos 180º e 181º do nosso Regimento, conforme deliberado na Conferência de Líderes esta sessão de perguntas tem um período global de três horas.

O proponente tem a oportunidade de fazer três perguntas por cada objeto do requerimento, e, relembro que os objetos são os seguintes, são quatro, o primeiro – Desenvolvimento Socioeconómico, segundo – Transportes e Acessibilidades, terceiro – Investimentos Públicos Estruturantes, e, quarto – Parcerias Estratégicas.

Cada Grupo e Representação Parlamentar tem o direito a fazer o seguinte número de perguntas : o Proponente, como já disse, tem direito a fazer três perguntas por objeto, o PS e o PSD também têm direito a fazer três perguntas por cada objeto, os Grupos Parlamentares do CDS, do Bloco de Esquerda e do PPM, duas perguntas por objeto, as Representações Parlamentares do CHEGA e do PAN, uma pergunta por objeto, lembro que apenas o Proponente tem direito à réplica para cada pergunta, cada Sra. e Sr. Deputado tem direito a três minutos, o Governo para responder cinco minutos, na réplica de três minutos.

Vamos então dar início a esta sessão de perguntas, para a primeira pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Antes de mais, importa fazer um ponto prévio, esclarecer a Câmara e aqueles que nos acompanham lá em casa, que esta sessão de perguntas foi adiada da passada Sessão Plenária para hoje, por iniciativa da Iniciativa Liberal, no sentido de dar aos novos Membros do Governo, que então tomaram posse, o tempo suficiente para se prepararem para esclarecer a Câmara e os açorianos sobre os assuntos de que são objeto essa sessão de perguntas.

Os Deputados eleitos pelas suas ilhas, cada um de nós, ao assumirmos funções, passamos a ser Deputados Regionais e muito embora a Iniciativa Liberal não tenha sequer concorrido em 2020 pela ilha Graciosa, a Iniciativa Liberal não deixou de fora nenhuma das ilhas dos Açores e no seguimento daquilo que temos feito vamos continuar a visitar todos os Concelhos dos Açores, todas as Freguesias dos Açores e sempre que entendermos necessário, aqui viremos fazer as devidas perguntas e as necessárias perguntas ao Governo, para esclarecermos as matérias que carecem de esclarecimento em nosso entender, este é o caminho que a Iniciativa Liberal escolheu no início da legislatura, este é o caminho que a Iniciativa Liberal vai continuar a percorrer ao longo desta legislatura.

Na visita que fizemos à ilha Graciosa encontramos estagnação económica, recessão social, algum estímulo a irregularidades, até ilegalidades, que não se compadecem com a boa prossecução das políticas de coesão social e de desenvolvimento sustentável para as nossas ilhas, em especial para a ilha branca, nesse sentido a

Iniciativa Liberal, entendeu promover essa sessão de perguntas e nesse sentido vamos tentar, aqui, esclarecer, não só os graciosenses, mas todos os açorianos sobre os temas que mais incomodam e que mais...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado, faça favor.

O Orador: ... preocupam os graciosenses.

Presidente: A pergunta é?

O Orador: A questão do termalismo encerra na Graciosa grande importância e nesse sentido, perguntamos ao Governo: se em agosto de 2021 estavam reunidas as condições para prosseguimento da contratação pública, porque não preparou o Governo Regional dos Açores, o concurso público para a concessão das Termas do Carapacho? No tempo que decorreu entre agosto de 2021 e janeiro de 2022...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e até entre janeiro de 2022 e abril do mesmo ano, porque não fez o Governo Regional o procedimento concursal necessário à concessão das Termas da Graciosa?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Colocada a questão, Sra. Secretária Regional, faça favor, tem cinco minutos para a resposta.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, saúdo a sua iniciativa de perguntas ao Governo, é também para nós uma oportunidade de alguma forma podermos dar eco aquilo que tem sido o nosso trabalho, aquilo que nós queremos fazer em prol de todas as ilhas desta Região e neste caso concreto, em prol do desenvolvimento Graciosa.

Certamente que haverá sempre problemas, mas também há muitos que estão ou resolvidos ou em situação de serem resolvidos.

Relativamente às Termas do Carapacho, o que eu lhe queria dizer, porque eu foco-me muito mais no futuro do que naquilo que aconteceu é que efetivamente elas abriram em abril deste ano, em abril passado, em 12 de abril, mais concretamente, portanto há pouco mais de um mês, e, que, alguma demora houve até à sua abertura e que teve a ver com a qualidade da água, isto é bom que se diga, que houve necessidade de fazer um compasso de espera, de pedir ao INOVA, para fazer várias análises, de tomar algumas iniciativas de desinfeção e de substituição de alguns equipamentos de desinfeção das águas, mas ficou tudo resolvido e no dia 12 abriu, abriu e nós temos que dizer que é fundamental e muito importante as Termas do Carapacho para a ilha da Graciosa, fazer este enquadramento é essencial, porque cada ilha tem que procurar de alguma forma em relação ao turismo a sua vocação, podem ser generalistas, todos nós temos, dentro das nossas ilhas, uma diversidade suficiente para só por si atrair o turismo, mas se tivermos um *plus*, se tivermos uma razão para chamar o turismo específico em função de um determinado produto é sempre uma mais valia, e, não há dúvida que a Graciosa tem essa mais valia,

através do turismo termal, através do termalismo, e, as termas da Graciosa, as Termas do Carapacho são fundamentais.

Neste momento elas estão em condições de serem concessionadas, porque já abriram e, portanto, sabemos que já estão em bom funcionamento e vamos preparar esse processo de concessão, também está em preparação o projeto de construção de uma piscina exterior e de todos os arranjos exteriores em colaboração com a Câmara Municipal, porque há terrenos que são municipais, e, além do mais penso que todo o arranjo urbanístico deve em qualquer sítio e neste em particular, deve requerer um patrocínio e um compromisso do poder local, em relação àquilo que é o espaço público municipal, e, portanto este processo está a decorrer em parceria com a Câmara Municipal para lançar o concurso para a construção da piscina e dos arranjos exteriores.

Em relação a tudo isto, o que lhe devo dizer é que para nós é fundamental que a Graciosa se afirme neste tipo de turismo e que faça um percurso como tem vindo a fazer até aqui de turismo sustentável e nesse particular eu gostava também de dizer e anunciar que a Graciosa está num caminho mais à frente que qualquer outra ilha neste processo de turismo sustentável, está já na primeira linha da auditoria da EarthCheck para fazer e ter aquilo que se chama a medalha de prata para a ilha Graciosa e isso é fundamental porque este turismo sustentável é uma forma de nós, associando o termalismo, o turismo de saúde, o turismo de bem estar a uma sustentabilidade de uma ilha que tem 60% de energia

renovável e que tem condições para ser um modelo dentro dos Açores...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... nós temos que incentivar isso tudo em simultâneo, é isto que estamos a fazer, espero que esse processo continue com esta capacidade de convergir vontades e força para a Graciosa ir por este caminho...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... é mesmo, mesmo importante, e, já agora em primeira mão, vai ser anunciado um projeto, que já está no final financiado e cofinanciado e integrado num projeto que é orientado pela Secretaria do ambiente, que é o *Climax* para a compra de termoacumuladores, para uma melhor gestão da energia de fontes renováveis e assim poderemos distribuir pela população ao abrigo desse projeto, de acordo com as condições e dos regulamentos que regem esse projeto, para a ilha ser cada vez mais sustentável, além de já ter um minibus elétrico, além de estar em curso a aquisição de quinze bicicletas elétricas e pontos de carregamento, além de terem cartões para poderem usufruir dessa capacidade de terem uma mobilidade cada vez mais elétrica, e, portanto, nesse sentido julgo que estamos no bom caminho, as termas, voltando a uma síntese, vão ser concessionadas, vamos avançar com esse processo, estão em funcionamento e a piscina exterior também irá ser construída, o projeto está em curso...

Presidente: Tem que terminar, Sra. Secretária Regional.

A Oradora: ... está em curso, termino já Sr. Presidente, está em curso em parceria com a Câmara Municipal.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional do Turismo.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, para a réplica, tem 3 minutos, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Obrigado, Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Sra. Secretária Regional, V. Exa. trazia a cartilha da sustentabilidade bem estudada, assim como, as respostas, acontece que não respondeu à pergunta que eu fiz, a pergunta que eu fiz não foi sobre a sustentabilidade, sobre o futuro das energias renováveis na ilha Graciosa, não foi sobre a cartilha da sustentabilidade, foi sobre o procedimento concursal que desde janeiro de 2021 até à data não se fez e a isso, a Sra. Secretária não me respondeu, e, era este esclarecimento que eu acho que a Câmara merece, que os açorianos precisam e que, a Sra. Secretária não nos deu.

Por que razão, repondo a primeira pergunta, por que razão o Governo não preparou o concurso público de concessão das Termas do Carapacho até à sua abertura, precipitada, em 12 de abril deste

ano, porque o Deputado da Iniciativa Liberal foi à Graciosa e teve a boa função de pôr a Graciosa no mapa dos Açores por uma vez nesta legislatura?

(Riso dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional querendo tem direito a 3 minutos, faça favor, Sra. Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado, eu teria muito gosto em responder-lhe, mas aquilo que eu tenho conhecimento é que efetivamente as águas não estavam em condições para abrir as termas, antes de 19 de abril, pouco mais posso acrescentar do que isso, a partir de 19 de abril, tenho todo o gosto em prestar-lhe todos os esclarecimentos.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas a transição da pasta, Sra. Secretária? Não fizeram transição da pasta, Sra. Secretária Regional?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições, para esta primeira pergunta, relativa ao primeiro objeto, rodada sim, mas por inscrições, naturalmente, eu não vou obrigar ninguém a usar da palavra, longe de mim.

Se quiserem prescindir, melhor ainda.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra, tem 3 minutos.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Pensei que tínhamos acordado uma ordem, mas naturalmente temos que nos inscrever para falar e, sendo assim, não resisti a inscrever-me imediatamente para poder intervir nesta sessão de perguntas e questionar o Governo sobre o futuro da ilha Graciosa, com um reparo, que pode ser de *Lana Caprina*, mas que para os Graciosenses é uma coisa que vem quase que desde a sua divulgação da ilha e desde que a ilha tem sido mais conhecida que é o facto de usarmos o: *ilha da Graciosa*, quando a Sra. Graciosa e as várias Graciosas que eu conheço, naturalmente que são da Graciosa, vivem na ilha que é Graciosa, e, portanto, também fica um reparo de *Lana Caprina*, mas para o Governo Regional em todos aqueles que são os procedimentos oficiais...

Deputado Nuno Barata (IL): A gente vamos tentar decifrar isso no Dicionário da Língua Portuguesa!

O Orador: ... a ilha deixe de ser *da Graciosa* e às vezes também a gente, nós próprios fugimos com a linguagem para o *da Graciosa*, mas a ilha é Graciosa, porque é a sua graciosidade que lhe dá o nome.

Mas há, sobre o futuro da Graciosa, e, retomando e fazendo a pergunta que eu acho que também que se impõe abordar, quando se fala do futuro da ilha Graciosa, é naturalmente do seu desenvolvimento social, humano...

Deputado Francisco Coelho (PS): Foi uma correção graciosa, Sr. Deputado!

O Orador: Foi uma correção graciosa, muito obrigado, Sr. Deputado. Também o Sr. Deputado Francisco Coelho sempre com muita graça.

Deputado Francisco Coelho (PS): Alias, a terceira também tem essa característica!

O Orador: Exatamente.

Mas o futuro da ilha Graciosa depende, essencialmente do seu desenvolvimento social e humano e nessa medida é nas pessoas e na sua felicidade e no seu futuro que nós nos concentramos exatamente no início desta sessão, porque parece-nos que é primordial para qualquer sociedade, mas para nós tem também algum significado especial e tem que ver com o acesso aos cuidados de saúde e a saúde.

Eu estou a intervir Sr. Deputado!

Deputado Nuno Barata (IL): Tem que fazer as perguntas é ao Governo!

O Orador: Estou a olhar para si, só, tenho que me virar para ali.

Mas porque o tempo vai passando, os acessos aos cuidados de saúde é, na Graciosa, desde sempre um problema muito associado também às dificuldades em os graciosenses terem bons...

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

O Orador: ...bons cuidados de saúde e com a benevolência, naturalmente, dada também ao Sr. Deputado Nuno Barata, pedialhe, Sr. Presidente, mesmo para terminar, 15 segundos extra para poder dizer que tem havido um antes, um durante e um depois...

Deputado Nuno Barata (IL): Tem que fazer as perguntas é ao Governo!

O Orador: ... desde que este Governo entrou em funções e que tem deparado com os problemas essenciais para a ilha Graciosa. É essencial que a saúde tenha sempre a prioridade deste Governo...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... no que diz respeito ao futuro e, aquilo que encontramos e que sabemos tem sido uma queixa recorrente dos graciosenses tem a ver com o acesso aos cuidados de saúde...

Presidente: A pergunta, Sr. Deputado, faça favor.

O Orador: ...da deslocação de doentes e especialistas e com a melhoria da prestação de cuidados de saúde aos açorianos e aos graciosenses e, nessa medida, eu perguntava ao Governo qual foi o estado de arte que encontrou, as dificuldades que teve neste período em termos de função governativa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado

O Orador: E aquilo que são os desejos para o futuro...

Presidente: Muito obrigado.

O Orador: ...para melhorar a prestação de cuidados de saúde aos graciosenses

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde para responder, tem até 5 minutos, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):

Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

De facto, a ilha Graciosa não é diferente do resto da Região, ao nível daquilo que é o estado da saúde, do Serviço Regional de Saúde e do Sistema de Saúde que entendemos, que integra não só o Serviço Regional, mas todas as respostas de saúde da Região.

Este Serviço de Saúde da Região está condicionado negativamente por um conjunto de défices, défice financeiro, desde logo no respetivo suporte financeiro, mas também um défice de recursos humanos, um défice em termos de infraestruturas e de equipamentos, foi isso que foi encontrado, também, na ilha Graciosa e o objetivo tem sido recuperar tempo perdido e mesmo num tempo de pandemia com um altíssimo grau de exigência para todos, profissionais de saúde, dirigentes da saúde e cidadãos, tentamos ultrapassar muitas destas dificuldades, desde logo, a questão dos equipamentos e das infraestruturas, é uma questão que é transversal em toda a Região, temos Centros de Saúde que chove

dentro, temos Centros de Saúde, por exemplo, em Vila Franca do Campo, caiu parte do teto, porque não era feito retelha há anos e anos...

Deputado Carlos Silva (PS): E a Graciosa!

O Orador: Eu posso enviar as fotografias...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não conhecem o passado!

O Orador: ... aos Srs. Deputados que se manifestam, que parece que estranham isso, das duas uma, ou eu mando as fotografias ou os Srs. vão ao terreno, conhecem, vão ao local e veem o estado em que deixaram o Serviço Regional de Saúde e os vários Centros de Saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas dizia que temos situações...

Presidente: Sr. Secretário Regional, sobre a Graciosa!

O Orador: Sim, sim. Estava a dizer que, exatamente enquadrando que o que se passa na Graciosa é exatamente aquilo que se passa no resto da Região, encontramos também na Graciosa um Centro de Saúde, que de facto, é recente, é dos mais recentes da Região, mas onde chove dentro, com infiltrações, bomba de incêndio não funciona, bomba de água não funciona, ar condicionado não funciona...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não funcionava, porque em pouco tempo, já tomamos algumas medidas, as infiltrações já estão resolvidas, o ar condicionado já está resolvido e durante o corrente mês de maio irá uma empresa de fora da ilha Graciosa, resolver todas as outras questões em termos de reparações de infraestruturas. Para além disso, ao nível de equipamentos, está já em processo de contratação *RX* com aquisição digital direta, que custa cerca de 110 Mil euros, Monitor de Sinais Vitais, Candeeiros Cirúrgicos, um Ecógrafo Multidisciplinar com Sonda Cardíaca Linear Conexa e Intracavitária, tudo num valor superior...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a 150 Mil euros, também no sentido de dotar de equipamentos o Centro de Saúde da Graciosa e a resposta para os graciosenses ao nível da saúde. Também, uma viatura, já foi autorizada uma viatura, o problema do parque automóvel da saúde na Região também é transversal, Sr. Presidente, eu falo na Graciosa, mas falo nos Açores porque se fosse uma situação específica da Graciosa teria um enquadramento específico, mas enquadra-se em todo o parque automóvel da Região, temos viaturas que não podem andar, na Graciosa, também temos casos desses, temos ilhas em que os médicos e enfermeiros têm que ir com a sua viatura, porque a viatura de serviço já não funciona, temos por exemplo, em S. Miguel 38 viaturas na Unidade de Saúde de Ilha, só para percebermos a dimensão do problema, 38 viaturas e apenas duas delas estão em condições de circular.

Foi isso que nos deixaram e é isso que estamos a resolver.

Relativamente à Graciosa já está autorizada a aquisição de uma viatura, relativamente a contratação de pessoal que é importante para também dotar o serviço público das melhores condições, já foi autorizada e já está contratado um informático e dois médicos em contrato de prestação de serviços, em contrato de trabalho em funções públicas mais dois enfermeiros e um técnico superior de diagnóstico e terapêutica, contratos a termo cinco assistentes operacionais, um assistente técnico e esta em curso o processo de alteração do quadro clínico da Graciosa, no sentido de podermos contratar outras especialidades, nomeadamente, um médico de medicina interna, que também permita dessa forma dar uma resposta mais eficaz aos problemas de saúde.

Para além das respostas que já demos e estamos a dar em termos de equipamentos, em termos de infraestruturas, em termos de pessoal, também já há resultados na vida das pessoas, com mais consultas, com mais exames também na ilha Graciosa, isto não é uma frase feita é sim, uma frase feita de números reais ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e de resultados na vida das pessoas, há mais consultas, há mais exames, só a título de exemplo, para dizer que em 2021 em termos de consultas de medicina geral e familiar foram feitas 26. 946, cerca de mais de 1000 de que no ano anterior 2020, também em pandemia, mas cerca de mais de 1000 do que em 2019, mesmo antes da pandemia e cerca de mais de 6.000 em 2018, mesmo antes da pandemia...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... número de consultas de especialidade, são aquelas consultas que de facto as pessoas precisam para não se deslocarem...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ... a outras ilhas, termino já, Sr. Presidente, com a devida tolerância, porque parece que isto é relevante, consultas de especialidade em 2021 foram feitas na Graciosa, consultas de especialista 1.943, quando no ano anterior tinham sido feitas 440 e em 2019, mesmo antes da pandemia 510...

Deputado Tiago Lopes (PS): E por telefone, Sr. Secretário, quantas consultas foram feitas? Diga lá!

O Orador: ... consultas de especialista no local, consultas especialistas.

O Partido Socialista e o anterior Diretor Regional da Saúde, ficam muito incomodados com estes resultados efetivos na vida das pessoas...

Presidente: Sr. Secretário, tem que terminar, tem que terminar

O Orador: ...1943...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... em 2020 – 440 em 2019 – 510, em 2018 – 471, também consultas de medicina dentária, consultas de medicina dentária não podem ser por telefone, mas foram prestadas 2.171, no ano anterior 1.820, no ano anterior 1.449, sempre assim, também em consultas realizadas por técnicos superiores de psicologia, nutrição, sempre mais e mais e mais do que nos anos anteriores, só para darmos uma noção...

Presidente: Sr. Secretário, tem que terminar

O Orador: ... da relevância...

Presidente: Sr. Secretário, tem mesmo que terminar, eu peço desculpa, tem de terminar.

O Orador: ...daquilo...termino já Sr. Presidente...da relevância daquilo que estou a dizer, só três notas, cardiologia é uma especialidade essencial, cardiologia não tinha deslocação de especialistas à Graciosa desde 2015, em 2021 foram feitas 156, o mesmo em endocrinologia e pediatria, desde 2016 que não ia um especialista à Graciosa, foram em 2021, especialistas de ginecologia e obstetrícia foram prestadas essas consultas.

Só para concluir falta muito fazer, falta muito fazer de certeza, mas muito está feito.

Isto não é favor nenhum, é uma obrigação!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: É uma obrigação que corresponde àquilo que os açorianos desejaram, mudar de Governo para melhor, mudar de respostas em saúde para melhor, foi isso que os açorianos fizeram,

se nós não estivéssemos a fazer o que estamos a fazer, teriam ficado os Srs. e ficava tudo igual, mas os açorianos...

Presidente: Ó Sr. Secretário, tem que terminar...

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, isto não há respeito nenhum! Isto diz muito deste Governo!

O Orador: ... se quiserem que volte a ficar tudo igual, têm oportunidade de escolher os Srs. em próximo ato eleitoral, escolheram que era para mudar, agora mudamos, e, de facto os resultados são esses.

Sr. Deputado Nuno Barata, se me permite, Sr. Presidente, só para terminar, saudar a sua iniciativa...

Presidente: Ó Sr. Secretário...

O Orador: Também ela representa que o tempo...(retirado o som do micro)

Presidente: Sr. Secretário Regional...

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Secretário Duarte Freitas, ponha ordem na sua bancada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não fui eu que escolhi esta figura regimental, ela tem tempos! E eu pretendo cumpri-los e há aqui um botão que eu vou passar a acionar, eu vou passar a cortar o som às Sras. e Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo que ultrapassem o tempo, fica o aviso feito!

Portanto, deixem-se de considerações, façam as perguntas, é para isso que serve esta figura regimental.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Bem, quem ouviu a introdução do Sr. Deputado Nuno Barata, até parece que ele chegou à Graciosa e teve lá uma semaninha, a partir daí é que defende, é o único que defende aquela ilha, Sr. Deputado, antes do Sr. ir lá, já lá estavam outros, há muitos anos e que têm defendido a Graciosa.

Também queria fazer aqui um pequeno reparo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha paciência, Sr. Deputado, eu já ouço isso há muitos anos!

O Orador: ..., ao Sr. Secretário Regional da Saúde, dizendo-lhe que, o movimento de pessoal que o Sr. tanto fala, bem, quando entram dois e saem dois, fica tudo igual, foi isso que aconteceu com os enfermeiros e é isso que acontece com os médicos, portanto, quando se fala em contratação de novos médicos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é preciso também ter em atenção que saíram alguns. Mas eu queria-lhe só também dizer uma coisa e chamar-lhe a atenção, é que a Graciosa, o Sr. não acredite em tudo o que lhe dizem, é bom o Sr. ir à Graciosa e falar com os graciosenses e tentar perceber o que é que se está a passar na saúde naquela ilha, não é o quadro, não é o quadro que o Sr. está aí a traçar...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Não, não é! É o quadro anterior!

O Orador: ... e eu aconselho o Sr. Secretário, eu estou-lhe a fazer isto com boa fé, eu aconselho o Sr. Secretário a ir, a deslocar-se à Graciosa...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Para ver o estado em que a deixaram!

O Orador: ... e falar com o povo graciosense acerca do que se está a passar na saúde naquela ilha, faço esse apelo.

Relativamente à questão que foi aqui falada e foi levantada pelo Sr. Deputado relativamente ao desenvolvimento socioeconómico da Graciosa, eu queria dizer que a Graciosa de facto, é uma ilha muito pequena, tem pouco mais de 4.000 habitantes, mas além de ser uma ilha com uma economia frágil, como é evidente, com 4.000 e tal habitantes não é possível também ser muito melhor, mas há aqui questões que convém ressaltar, porque o Sr. Deputado Nuno Barata, vai à Graciosa e só encontrou coisas más, faz-me lembrar a oposição aqui há uns anos atrás, era tudo mau, agora já mudaram de opinião, mas a Graciosa tem 1,7% da população, mas produz 0,7% da manteiga dos Açores, 2,2% do queijo, 1,7% do gado abatido para o consumo e ainda exporta 5,7% do gado vivo da Região e, também, representa 1,2% da pescas dos Açores e 4,6% do seu rendimento, além disso, nós temos boas produções de mel, temos boas produções de leite, passamos de 2 Milhões de litros há poucos anos para os atuais 8 Milhões, há um crescimento e um

desempenho extraordinário de parte da agricultura graciosense, isso, o Sr. não visitou ou não quis visitar, nem viu...

Presidente: Agradeço que coloque a pergunta

O Orador: ..., mas isto, isto...já acabou, Sr. Presidente? Eu espero que tenha a mesma latitude que teve com os meus...

Deputado Nuno Barata (IL): Em vez de fazerem perguntas ao governo dão respostas à Iniciativa Liberal!

O Orador: Não, porque o Sr. merece, o Sr. merece ser esclarecido. A pergunta tem a ver, de facto, com a ideia de que, para chegar até aqui houve uma estratégia clara de investimento naquela ilha, desde a fábrica de lacticínios, a recuperação da adega, etc. etc., a construção do novo porto de pescas, a lota e muitas outras coisas, obedeceu a uma estratégia bem definida.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu pergunto se a fiscalização, agora é a pergunta, Sr. Presidente, se a fiscalização das zonas costeiras dos Açores é assim tão importante para o Governo Regional, por que razão é que o Governo Regional não comprou, não adquiriu as câmaras de vigilância e os radares que já estavam aprovados no projeto Mar 2020?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça o favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João):** Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

A questão é muito concreta, vou também tentar ser muito sucinto na resposta.

Realmente existem quatro câmaras adquiridas que estão para ser colocadas na ilha de S. Miguel e, até agora, já temos as autorizações, já temos as ligações que é necessário efetuar, porque isto foi protocolado com a Marinha, para colocação das câmaras em faróis, e, portanto, tivemos já o consentimento da Direção Geral de Faróis e temos o técnico que, a curto prazo já tem orçamento para a colocação e no curto prazo irá, no início agora do verão, instalar as câmaras que já se encontram há mais de um ano e meio no edifício da Inspeção Regional das Pescas, aqui assim na Horta.

Dar nota também, de que, e, extravasando um bocadinho já a questão, e também, mas penso que, em relação à Graciosa convém também deixar isto dito, todos nós temos conhecimento da, enfim, da deslocação, digamos assim, de embarcações que não têm porto de armamento na Graciosa, mas que periodicamente se deslocam às costas daquela ilha e, nomeadamente, palangreiros de ilhas vizinhas que são, de alguma forma, um problema, temos tido ações de fiscalização e deixar nota aqui à Câmara que no ano de 2021, foram 98 as ações de fiscalização, levadas a cabo na ilha Graciosa, quer pela Inspeção Regional das Pescas, quer em negociação com a Polícia Marítima e a GNR, portanto, há muito a fazer também aqui e estamos atentos e convictos que é realmente um problema a

fiscalização nas Pescas, sobretudo para uma ilha como a ilha Graciosa, que é muito apetecível, pelos recursos piscícolas que possui, nomeadamente na espécie mais cobiçada, digamos assim, que é o goraz, e, portanto, temos de fazer um esforço na fiscalização por forma a que os armadores da Graciosa possam efetivamente retirar da cota que lhes está atribuída e daquela que fazem uso durante o ano, por forma a terem sempre possibilidade, enfim, de um rendimento de uma espécie que é muito valorizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Continuam abertas as inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Estou a aguardar que o Sr. Deputado vá, já foi visitar S. Jorge não despoletou uma sessão de perguntas, mas pode ser que da próxima despolete.

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Falando aqui do desenvolvimento socioeconómico que é o objeto desta primeira fase de perguntas, claro que o setor primário, nomeadamente a agricultura, tem uma forte importância na economia da ilha Graciosa, a verdade é que são reconhecidas as

capacidades produtivas daquela ilha, nomeadamente no que concerne, por exemplo, à diversificação agrícola, como por exemplo, a área da vitivinícola, que tem existido um empenho por parte quer deste Governo, mas também a ir ao encontro daquilo que são os anseios dos produtores em aumentar a sua produção nesta área ou, ainda também, a produção do alho, a verdade é que estes produtores e esta também é uma imagem de marca da Graciosa, temos agora, desde setembro, o alho da Graciosa passou a integrar o registo, as indicações geográficas protegidas na União Europeia, claro que isto também é muito importante para a valorização deste produto de excelência e também para criar cada vez mais confiança nos próprios consumidores que consomem o alho da Graciosa, e, este também, consideramos que foi um passo importante e, temos que reconhecer aquilo que tem sido o trabalho do Sr. Secretário deste Governo e da Secretaria da Agricultura naquilo que concerne à diversificação agrícola porque sem dúvida que é esse o caminho é essa uma aposta importante que deve a Região fazer e, tem-no feito também na Graciosa, temos também o caso da Melo da Graciosa, que é uma cultura também muito importante para o contributo da diversificação agrícola desta área e, importa também perceber quais são as medidas que têm sido implementadas pelo Governo nesta aposta da diversificação agrícola e que resultem, como é óbvio, no aumento do rendimento deste setor, a verdade é que, esta diversificação agrícola, também passa, e só pode passar pela parte da formação, do incentivo e a questão que queria colocar, até porque também foi tornado público a que havia essa aposta por

parte da Secretaria na parte da formação na área da diversificação agrícola e a questão que queria fazer era: o que é que tem sido o feedback, o trabalho que tem sido desenvolvido na ilha Graciosa, no que concerne a esta diversificação agrícola e saber o que tem sido feito nesse sentido, nessa aposta, que realmente consideramos, o Grupo Parlamentar do CDS entende que é aposta, sabemos que o Governo tem desenvolvido algo que nos parece também importante que são os Planos Estratégicos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para identificar aquilo que são as fragilidades e as potencialidades de cada ilha e desenvolver uma política agrícola adequada e ajustada à realidade de cada ilha. E a questão que queria colocar é se tem sido feito também na Graciosa, o que poderá a Graciosa beneficiar deste Plano Estratégico, tendo como objetivo...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... a tal diversificação agrícola tão importante para a nossa Região e tão importante para a ilha Graciosa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, para a resposta, faz favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Uma das primeiras medidas, que tomamos, quando tomamos posse, do XIII Governo, foi, efetivamente, identificar as ilhas e dentro das ilhas as áreas agro - produtivas que pudessem contribuir para a nossa progressiva autonomia alimentar, quer humana, quer animal.

A Graciosa, tendo em conta a sua orografia, tendo em conta o facto de ser Reserva da Biosfera, encontrava-se no campo das potencialidades em estado latente que interessava desenvolver, desde logo, porque também, como disse a Sra. Deputada Catarina e muito bem, nós acabamos de apresentar os planos agro-setoriais estratégicos para a agricultura, há a horticultura, a floricultura, há a carne e o leite, é nesse sentido que criamos um plano de formação ambicioso para a Graciosa no âmbito da diversificação, dizer-lhe que este ano já foram realizados dois cursos para aplicadores fitofármacos, está neste momento a decorrer um curso para a produção de café, porque é uma ilha que apresenta condições edafoclimáticas muito interessantes para a produção de café, está previsto um curso para a produção de banana e foi realizado um curso na área da vitivinicultura. Ora, neste intuito também, nós temos um campo experimental, este ano iniciamos um campo experimental para o modo de produção em vinho em modo biológico, para a produção de vinho em modo biológico e também no âmbito da fruticultura para os citrinos, para o cidrão e o cidrão gigante, muito característicos e específicos da Graciosa.

E, portanto, na área da diversificação é a ilha que tem merecido um foco político em termos estratégicos nessa mesma diversificação, as suas condições edafoclimáticas são condições que podem contribuir para o desenvolvimento dos Açores e para o mercado interno que tanto ambicionamos.

Por outro lado, também dizer-lhe que o facto de algumas medidas do âmbito do Prorural terem sido fechadas em 2018, trouxe aqui alguma limitação ao desenvolvimento destas mesmas áreas, designadamente a área da vitivinicultura, nós em 2020 abrimos as candidaturas fechadas, por exemplo, à conservação de corraletas e lajidos da cultura da vinha, ora, isto significou só para a Graciosa, um aumento de área, de 2020 para 2021 de 20.7 hectares, de 2018 a 2020 a área de vinha candidatada na Graciosa andava à volta dos 6 hectares e neste momento a área candidata de vinha são 26.62 hectares...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... um aumento de 20.7 hectares, um aumento de 352% da área candidata, obviamente, que esses apoios são apoios à perda de rendimento, são apoios ao desenvolvimento de uma área que também nós identificamos como estratégia para os Açores, que é a vitivinicultura, a Graciosa tem uma das três regiões demarcadas de

produção de verdejo e, portanto, é essencial que também se desenvolva.

Dizer-vos também, Deputada Catarina, que só o facto de não haver mais rateios nos Açores no apoio à perda de rendimento aos nossos produtores isso significou um acréscimo em 2020 e 2021, em cada ano, significou um acréscimo de apoios comunitários na ordem dos 301.124 euros a mais do que aquilo que era normal. Como sabe as áreas eram rateadas, os prémios eram rateados, os apoios à perda de rendimento eram rateados e, principalmente numa área que é importante referenciar e que nós hoje todo o dia procuramos que é a produção de milho grão, a Graciosa em 2021, aliás, já era total de produção de milho grão em 2021 nos Açores foi de cerca de 10 hectares, desses 10 hectares a Graciosa produziu 3.81 hectares, a ilha que produz mais milho grão, portanto, é uma ilha que tem condições, também para a produção de milho grão, para a produção de farinha, para a produção de concentrados para animal, mas também de farinhas para alimentação humana. Também está identificada como uma zona prioritária e privilegiada da produção de milho grão, basta desenvolver. Ora os cortes andavam...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ...dentro do apoio de facto à produção andavam na ordem dos 30%, nós também retiramos estes mesmo apoios e esperamos que para o ano com o incentivo que estamos a dar, designadamente ao apoio à compra de sementes, quer para a produção de milho grão, quer a de milho silagem, na ordem dos 80%, a Graciosa...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ...possa contribuir efetivamente para...obrigado, Sr. Presidente...para a produção de milho grão que tanto necessitamos para produção de farinhas quer para a alimentação animal, quer para a alimentação humana.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra para colocar a sua questão, o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Srs. Membros do Governo

Sr. Secretário Regional da Saúde, relativamente a uma iniciativa do PAN do ano passado, que é a via verde regional do AVC, contempla, obviamente, como ferramenta para a ilha da Graciosa, nomeadamente para o Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, que haja um aparelho TAC dentro do Centro de Saúde.

Sr. Secretário, já, o Centro de Saúde da Graciosa já tem um aparelho TAC para salvar vidas neste caso, nomeadamente de

AVC, para nós sabermos, em termos de diagnóstico, qual é o tipo de AVC que as pessoas têm?

Muito Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto para responder.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*):

Obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Relativamente a esta matéria o que estamos a fazer neste momento é um levantamento de todas as questões que tem a ver com a deslocação de doentes e, desde logo, com a nossa natureza arquipelágica e com uma prestação de serviços em ilhas, serviços de saúde e este levantamento está a ser feito, no sentido de revermos todo o regime jurídico das evacuações, da regulação médica nas evacuações, da deslocação de doentes urgentes e não urgentes, da implementação da telemedicina de uma forma mais acentuada, isto é um projeto global, onde a questão da via verde se inclui, é um projeto que não está concluído, está a ser trabalhado neste momento e, obviamente, que integrando a via verde do AVC, um dos aspetos de todo este projeto será resolvido quando todo o quadro jurídico, financeiro e de aquisição de equipamentos, recorrendo grande parte deles ao PRR for concluído, por isso é uma matéria que não estamos a resolver de uma forma isolada, mas que estamos a resolver de acordo com todo este levantamento da situação e sobretudo uma harmonização de um conjunto de regras

que muitas delas até são contraditórias entre si e que dificultam o acesso dos açorianos das várias ilhas aos cuidados de saúde.

De facto, temos a consciência de que esta é uma das matérias onde é preciso fazer mais, de facto, consideramos que, por exemplo, um doente de uma ilha que se tem que deslocar a uma ilha com hospital, muitas vezes chega a essa ilha com hospital, com exames, é internado e por alguma razão a cirurgia é adiada, volta para a sua ilha e depois volta a fazer os exames, é um conjunto de situações que causam um grande transtorno e que tudo tem a ver exatamente com esta nossa realidade arquipelágica e com a necessidade de termos cuidados de saúde que sejam coerentes, integrados e que deem uma resposta efetiva às pessoas de uma forma mais rápida e eficaz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem agora a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Felicito o Sr. Deputado Nuno Barata, por utilizar esta figura regimental...

Deputado Nuno Barata (IL): Por si conhecida!

O Orador: ... eu também já estava com saudades de fazer perguntas também ao Governo, fiz muitas perguntas ao Governo anterior, mas, como se está a ver agora tem aqui um elenco diversificado que lhe está a responder por temática, por cada área, eu não tive essa sorte...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ...o Sr. Deputado, o atual Deputado Berto Messias respondia por atacado, com conhecimento enciclopédico, sobre tudo, e, portanto, respondia: agricultura, já está a seguir vinha saúde, também, transportes, também, portanto, isto era assim de atacado, claro que as respostas deixavam muito a desejar, mas há agora uma nova postura, o Sr. está a ter as respostas agora com conteúdo e com os responsáveis que por cada setor, estão-lhe a responder por setores, pelos quais, no âmbito dos quais, têm as suas responsabilidades, como está a ver nesta legislatura muita coisa melhorou.

Por isso, é evidente que o Sr. Deputado Berto Messias, também, era uma tarefa gigantesca para ele, responder a tudo, a tudo, a tudo. Não respondia depois, é evidente, a nada. Não respondia a nada, a nada, a nada.

Deputado Nuno Barata (IL): E agora continua igual!

Deputado José Ávila (PS): E a Graciosa!

O Orador: Mas, o que é importante e, a Graciosa é o mais importante, a Graciosa é o mais importante, já estava no mapa, anteriormente, há muito tempo que está no mapa e, com o trabalho que aqui foi feito, ao longo de décadas, por todos os Deputados, de todos os partidos, que foram eleitos por esse círculo eleitoral, é bom que se faça essa justiça, todos trabalham e depois o povo tem a oportunidade de em cada ato eleitoral valorizar o trabalho que é desenvolvido ou não é desenvolvido por cada um dos Deputados e das forças políticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A pergunta, a questão que eu quero colocar é esta: o atual Governo publicou para a ilha Graciosa uma portaria destinada à reconversão do leite em carne, qual o seu impacto para o rendimento dos produtores da Graciosa? E, também ligada a esta questão, porque é absolutamente fundamental para o desenvolvimento deste setor, o que é que tem sido feito do ponto de vista da melhoria do abastecimento de água à lavoura?

Deputados Jaime Vieira e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Muito obrigado pela questão, Sr. Deputado Paulo Estevão.

A produção de leite na Graciosa tem que ter, no nosso entendimento, mas também no entendimento da Associação Representativa dos Produtores de Leite da Graciosa, um novo paradigma, nós teremos que utilizar aquilo que é este estatuto ambiental de Reserva da Biosfera, para tentar valer alimentos que possam ser validados pelo seu conteúdo nutricional, mas também pelo seu complemento ambiental, e, pelo âmbito da sustentabilidade e é nesse sentido que está em curso um projeto para reconverter aquilo que é a produção de leite convencional, toda a produção de leite convencional numa produção de leite mais natural, quer seja de pastagem, quer seja biológica, quer seja leite A2, quer seja outro tipo de produção de leite muito de encontro àquilo que é esse estatuto ambiental.

Bom, nós vamos iniciar cursos de formação com os produtores, iniciamos também contatos com a empresa que compra e transforma o leite, para podermos ter nesse sentido, quer uma matéria prima de acordo com este âmbito de sustentabilidade, quer também produtos finais, um queijo biológico de reserva biosfera, uma manteiga que está em vias de ser também, uma manteiga DOP, nós estamos em vias de ser atribuído uma DOP para a nossa manteiga dos Açores, mas no caso da Graciosa seria DOP e reserva biosfera...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ..., e, portanto, a valorização destes produtos finais também depende daquele que é o nosso estímulo e o nosso incentivo a que isso possa ocorrer. É nesse sentido que para 2023, está previsto um programa específico para essa reconversão de leite para um leite de produção mais natural, com apoios específicos, para que, ninguém também, no período de ajustamento, no período de reconversão, ninguém perca rendimentos relativamente àquilo que tem, porque todos os custos da reconversão, obviamente, são custos que serão suportados entre a administração regional e o próprio produtor, para quê? Para que o produto final possa ser um produto que tenha validade no tempo, não só no médio prazo, mas também no longo prazo, ou seja, nós queremos, nós não queremos quantidade na Graciosa, queremos a excelência intrínseca da Graciosa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a ser vendida nos mercados, a afirmar-se nesses mercados e a procurar novos mercados, porque quando a excelência intrínseca da Graciosa tiver afirmação dos mercados é também a excelência dos Açores que está em causa e também será assim afirmada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A excelência de qualquer ilha, afirma a excelência dos Açores, e, as ilhas não têm que ser todas iguais, porque não há agriculturas iguais, no caso da Graciosa é uma agricultura muito específica que tem que ser reconhecida.

Ora, até ao momento, nós tivemos três produtores que reverteram de leite para carne, mas também no âmbito da carne, a carne IGP, a Graciosa produz carne de muito boa qualidade no âmbito da indicação geográfica protegida da carne de bovino dos Açores, teremos que continuar.

Temos um problema na Graciosa, sim, temos um problema na Graciosa, a sala de desmancha, já abrimos três vezes o concurso, o anterior executivo abriu por duas vezes o concurso para um privado, que nós voltamos a abrir, voltamos e aí ficou deserto, de facto, teremos que encontrar uma parceria e, obviamente, já há interessados, a própria Associação Agrícola está interessada numa parceria, para que possamos por em funcionamento a casa de matança, a sala de desmancha da Graciosa, é fundamental, porquê? Para que as mais valias fiquem na ilha, para que possamos transformar mais carne IGP, para o consumo local e para exportação.

Aliás, a Graciosa bateu um recorde em 2021 no abate de bovinos, houve, de facto, em 2021, 1262 cabeças de bovino abatidas na Graciosa, foi o maior abate de sempre, nós não podemos permitir, obviamente, que exista esse abate, sem uma complementaridade na transformação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... aí está a lacuna, aí está a fragilidade que temos que vencer, temos que ganhar, temos que ultrapassar e é isto que nos propomos fazer nos próximos tempos.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Não é uma dificuldade, é uma oportunidade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Para colocar uma questão tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo Regional

Sras. e Srs. Membros do Governo

Voltando novamente à saúde, que é talvez a área mais próxima às pessoas e aquela que, embora todas as outras sejam transversais é determinante para a fixação de pessoas numa ilha, nomeadamente nas ilhas mais pequenas, aquelas que apresentam geralmente mais problemas crónicos na saúde, foi do conhecimento público que haveria um problema num digitalizador, portanto, uma avaria, que impedia o normal funcionamento do equipamento de radiologia no Centro de Saúde da Graciosa.

O Sr. Secretário há pouco falou de uma forma muito entusiástica, falou de números de consultas, embora não tenha referido quais as presenciais e quais as por telefone, mas pronto, fica ao seu critério explicar isto, no entanto aqui a questão que me põe e percebi que falou no digitalizador, no entanto não percebi se o digitalizador

estava em processo de aquisição, se tinha sido arranjado alguma forma de colmatar esse problema e de que forma é que as pessoas agora na Graciosa que precisem de fazer um RX, de que forma é que estão a fazer, se são obrigadas a sair da ilha?

E gostaria que me explicasse acerca desse digitalizador, se existe, se está em processo de aquisição ou se vai ser como aquela central telefónica do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo que era para ser adquirida e que até agora nunca apareceu.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra para responder o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça favor, Sr. Secretário Regional

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*):

Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

O que aconteceu na ilha Graciosa relativamente ao digitalizador, acontece noutros equipamentos, infelizmente, que decorrem do seu uso normal e de avarias, a situação foi identificada, foi corrigida e está resolvida.

O que eu estou a falar aqui é de um novo RX, um RX com outras capacidades, mais moderno, são daqueles RX que ficam presos na parte superior do espaço onde está instalado, estamos a falar de um novo equipamento que, com outras condições será mais adequado às novas valências que pretendemos implementar no Serviço

Regional da Saúde e desde logo também através da telemedicina e de outros meios de análise dos respetivos exames.

Quanto às consultas, obviamente, que estamos a falar de consultas de especialidade através dos respetivos médicos especialistas, que se deslocaram presencialmente à ilha Graciosa e que tem os números que eu acabei de evidenciar.

Deputados Jaime Vieira e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Nuno Barata, vamos avançar para a segunda pergunta neste âmbito deste objeto, tem a palavra, faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Eu espero que de facto essa segunda pergunta seja mais consequente nas suas respostas e que os Srs. Deputados tenham mais preocupações em fazer perguntas ao Governo do que respostas à Iniciativa Liberal, senão eu tinha agendado um debate de urgência sobre a Graciosa e tinha sido uma figura diferente.

Por todas as entidades públicas e privadas por onde passamos na Graciosa e com quem nos reunimos, detetamos necessidades de mão de obra, necessidades laborais prementes, havendo preocupação com o fim dos chamados “Programas Ocupacionais”, nomeadamente ao nível das autarquias, nomeadamente dos eleitos de freguesia, porque têm muitos ocupados em programas que desempenham funções permanentes, e, nesse sentido perguntava ao

Governo Regional que visão e que políticas tem o Governo Regional para fazer face às situações sociais que podem emergir no mercado de trabalho com o fim dos Programas Ocupacionais e como pretendem resolver a situação das juntas de freguesia que vão ficar sem estes trabalhadores que desempenham funções permanentes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para a resposta tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Um agradecimento ao Sr. Deputado Nuno Barata, por esta questão que está a colocar e também pelas outras que aqui trouxe em relação à Graciosa e que nos permite também esclarecer aqui algumas matérias.

No caso concreto a questão das consequências sociais em relação à diminuição dos Programas Ocupacionais, isto obriga-nos, de alguma forma, dar nota de quais são os princípios dos Programas Ocupacionais.

Os Programas Ocupacionais aparecem para resolver situações conjunturais e situações estruturais da vida dos cidadãos, em termos conjunturais surgem quando há uma situação de crise socioeconómica e com o aumento do desemprego e que é preciso

dar a mão às pessoas que ficam fragilizadas por falta de emprego, em termos individuais também há públicos alvo que, esses sim, devem ser objeto de apoio permanente, as pessoas com fragilidades sociais, desempregados de longa duração, aqueles que têm mais de 55 anos, que são portadores de deficiência, essas pessoas têm que ter uma mão permanente da entidade pública para os ajudar, esses são os princípios dos Programas Ocupacionais, são princípios também de alguma forma sociais, outra coisa é a perpetuação dos Programas Ocupacionais, que servem algumas entidades, mas que não servem as pessoas, os públicos alvo, porque esse são, acabam por ser vítimas da precariedade da precariedade, que é passarem 6/8 anos em Programas Ocupacionais. Mas é verdade que este Governo e qualquer outra tem que ser sensível também a essas entidades, essa foi uma das razões pela qual, ainda recentemente, o Sr. Secretário do Ambiente e a Sra. Secretária do Emprego, anunciaram a triplicação das verbas para o Eco-Freguesias, de maneira a poder ajudar estas entidades que têm menos capacidade a poderem contratar ou serviços ou pessoas para prestar.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas a verdade é que o trabalho que foi feito neste âmbito pelo Governo Regional já começa a resultar, já vemos anúncios de Câmaras Municipais a abrirem concursos para assistentes operacionais e é isso que interessa...

Deputado António Lima (BE): E o Governo quando é que abre?

O Orador: ... porque, se as, lá vamos chegar, Sr. Deputado, Sr. Deputado António Lima, terei o maior gosto também em abordar

essa matéria, mas como deve imaginar é algo que já me preocupa e que já estamos a trabalhar há algum tempo e brevemente vão ter também a resposta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... necessária, essas pessoas vão ter a resposta necessária.

Mas o princípio deve ser a necessidades permanentes devem corresponder contratos efetivos e acho que aqui o Sr. Deputado António Lima concorda em absoluto com esta abordagem, a necessidades permanentes devem corresponder contratos efetivos.

As autarquias locais, nomeadamente as Câmaras Municipais, que têm essas necessidades permanentes, naturalmente devem tender, não é de um momento para o outro, mas devem tender a supri-las com contratos efetivos.

As juntas de freguesia que não têm tanta capacidade para o fazer, têm aqui no Programa Eco-Freguesias e com a triplicação das verbas, aqui também um espaço, naturalmente algumas delas já estão também a articular com as Câmaras Municipais, mas atenção, as juntas de freguesia faziam o seu trabalho todo, antes de 2010 e dos Programas Ocupacionais, sem estes Programas Ocupacionais.

Deputado Carlos Silva (PSD): Ó Jaime isto é verdade?

O Orador: E, portanto, houve aqui também alguns excessos, juntas de freguesia com 60 pessoas em Programas Ocupacionais, com 200 pessoas em Programas Ocupacionais, isto não é razoável, não é assim que se ajuda as pessoas isso é aprisionar as pessoas à precariedade da precariedade, e, portanto, o que nós temos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... o que nós temos é que ajudar as pessoas quando elas precisam ou aquelas que precisam sempre, ajudá-las sempre, dar-lhes a mão, mas depois soltá-las a mão para elas poderem ir trabalhar, para irem cumprir as suas carreiras, para irem também para a iniciativa privada, que precisa de muita mão de obra e que muitas vezes não a tinha, porque essas pessoas estavam nas juntas de freguesia ou noutras entidades.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a postura deste Governo Regional é esta: ajudar quem precisa, sempre que precisar...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional

O Orador: ... e no momento que precisar, mas com formação, com qualificação, libertar e incentivar essas pessoas a irem para o mercado com incentivos à contratação para o mercado normal de trabalho, e, as entidades que precisem, entidades públicas que têm necessidades permanentes tendencialmente devem supri-las com contratos efetivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Querendo, tem direito à réplica o Sr. Deputado Nuno Barata, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Sr. Secretário Regional, parece que começamos a ter respostas mais concretas, no entanto, queria lembrar o Governo que a situação laboral na ilha Graciosa continua a ser preocupante...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não é só lá! É geral!

O Orador: ..., e, nesse sentido, importa perceber o que é que o Governo vai fazer, porque ao período da nossa visita estavam inscritos 130 pessoas no Centro de Emprego na ilha Graciosa e no mesmo período apenas 3 tinham conseguido entrar no mercado de trabalho. E, portanto, isto quer dizer que menos de 3% tinham conseguido entrar no mercado de trabalho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor sabe disto porque este Governo é que divulgou as estatísticas do desemprego!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é verdade!

O Orador: E neste sentido, importa, importa saber ao certo, Sr. Secretário ou Sra. Secretária Regional, quantos são neste momento os ocupados na ilha Graciosa, quantos são os estagiários e quantos deles estão identificados como desempenhando funções permanentes ou essenciais nos serviços onde se encontram inseridos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Uma réplica ao Sr. Deputado Nuno Barata, como sabe, pela primeira vez, com o XIII Governo, mensalmente esses números são publicados, por concelho, que era algo que anteriormente era pedido recorrentemente...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Nem sequer por recomendação da assembleia!

Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (*PS*): O senhor quer falar de requerimentos que o Governo não responde? Fale de receitas do Fundo Regional!

O Orador: ... e nunca sequer respondiam aos requerimentos, são a transparência chega a esse ponto...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Todos os meses, no final de cada mês, são os dados transmitidos publicamente na última sexta-feira do mês seguinte, esses dados são públicos, mas para além disso, Sr. Deputado,

quero-lhe dizer algo, que é: este Governo Regional sempre que detetar que uma ilha, um concelho, tem fragilidades maiores do que aquilo que seria expectável e que o mercado não responde à contratação de pessoas e temos taxas de, ou número de desempregados inscritos ainda muito elevados, o XIII Governo, naturalmente está disponível para nesses concelhos ou nessas ilhas que têm uma fragilidade maior, poder responder especificamente também nessas áreas geográficas.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Estão abertas as inscrições, no âmbito desta segunda questão no âmbito do primeiro objeto.

Sr. Deputado Manuel Ramos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente
Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Pelo que aqui tem sido referido, quer pelo Governo, quer nas diversas intervenções das Sras. e Srs. Deputados, verifica-se que a Graciosa não está estagnada e que tem vindo a trilhar um desenvolvimento ao seu ritmo, é claro, e, que nos últimos 10, 15, 20 anos, tem tido evolução, quer na saúde, quer na educação, quer na agricultura, relembro que na agricultura e na produção de leite os nossos produtores apuraram extremamente a genética dos seus animais ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ...e que hoje em dia a Graciosa é uma das ilhas que tem melhores genética para a produção de leite.

Mas eu venho aqui, não para falar do passado, mas para falar do futuro, que é o tema que o Deputado Nuno Barata quis trazer aqui a este debate.

O desenvolvimento social e económico da ilha Graciosa é preciso ter uma continuidade e nos próximos anos é preciso, no mínimo igualar ou superar esse desenvolvimento, é preciso travar uma batalha dura contra o despovoamento, é necessário criar postos de trabalho adequados e de base tecnológica, fundamentalmente, para que os jovens que partiram para fazer as suas formações, regressem à ilha e consigam-se instalar, é preciso apoios ao empreendedorismo, essa é uma das grandes preocupações e é um pilar fundamental para que haja desenvolvimento socioeconómico na ilha, é preciso gente, para se desenvolver os comércios, para se desenvolver qualquer projeto, é preciso gente, isso é fundamental termos em conta estas situações.

Os Governos da responsabilidade do Partido Socialista tentaram, de certa forma, angariar alguns projetos de base tecnológica, como é o caso do projeto *ARM*, como é o caso do projeto *Yunicos*, que são projetos muito importantes, a Sra. Secretária, ainda há pouco falou da referência que foi feita à independência energética que começa a existir na ilha Graciosa, como são projetos muito importantes e, que essencialmente empregaram...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado

O Orador: ... já vou terminar Sr. Presidente. Empregaram cidadãos e jovens graciosenses que hoje em dia replicam por todo o mundo aqueles projetos que foram criados na Graciosa.

E a pergunta é: que medidas é que este Governo tomou ou pretende tomar para dar continuidade a agregar mais projetos de base tecnológica que proporcionem desenvolvimento, riqueza e emprego à ilha Graciosa?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado, obviamente que a sua preocupação da criação de postos de trabalho tem a ver com o desenvolvimento económico e social da ilha, é assim que se consegue gerar riqueza, é assim que se consegue gerar emprego, é assim que se completa o ciclo virtuoso do desenvolvimento, criando, aquilo que em última análise, nós queremos, que é progresso, desenvolvimento social, progresso económico, postos de trabalho, dignidade para as pessoas e é isso que importa.

Na área que me diz respeito e voltando um pouco à questão do turismo e da importância que o turismo tem...

Deputado Carlos Silva (PS): A pergunta é sobre tecnologia!

A Oradora: ... na ilha Graciosa, eu queria-lhe dizer que tem sido feito um esforço muito grande, para que o turismo seja um pilar de desenvolvimento e que seja um pilar de criação de riqueza e de mais valia para a própria ilha, e, nesse sentido, até gostava de lhe dar aqui alguns números que são de alguma forma esperançosos.

Nos últimos dois anos apesar da pandemia, na Graciosa foram aprovados mais oito empreendimentos turísticos, foram criadas mais oitenta e seis camas e estão neste momento em análise mais cinco empreendimentos, eu acho que isso é importante para todos nós...

Deputado Carlos Silva (PS) : Não foi isso que perguntaram, Sra. Secretária!

A Oradora: ... porque isso é riqueza, é investimento, é criação de emprego.

O emprego no turismo é fundamental, aliás o turismo, é o setor que mais democratiza a criação de emprego e a distribuição de riqueza e é fundamental nós termos isso em atenção...

Deputado Carlos Silva (PS): E a tecnologia? Quem defende a tecnologia! O Sr. Presidente do Governo!

A Oradora: ... sobretudo em sociedades pequenas e em comunidades mais pequenas. Tudo, tudo, tem que ser valorizado, tudo tem que ser valorizado e a valorização do turismo é essencial e a Graciosa tem a particularidade e a grande vantagem de ter, e, eu não vou repetir as questões relacionadas com as termas e com o termalismo e com a saúde e bem estar, mas tem um conjunto de

outras capacidades de atração turística e isso tem sido feito e eu penso que é importante realçar.

E em relação às dormidas, em 2019, a Graciosa teve 19.673 dormidas, em 2020 reduziu para menos de metade, em função da pandemia, para 8.600, mas em 2021, já recuperou para quase 16.000, isto ainda representa uma quebra, relativamente a 2019, de 23,29%, mas eu gostava de vos dizer que a quebra geral da Região foi de 37%, portanto, neste aspeto a Graciosa até está a recuperar a uma velocidade maior do que o resto, a média regional, e, isso é uma boa notícia e queria deixar aqui em termos de resposta a essas preocupações da criação de emprego e da distribuição de riqueza.

Também temos tido a preocupação de criar novas rotas turísticas, e, desde logo, há três rotas novas, a rota da baleação, a rota das vinhas, a rota dos vulcões, também temos novos percursos pedestres, temos mais 34,4 km's, são tudo questões que atraem o turismo de natureza sustentável, como se exige e requer para a Graciosa.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM:

Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E temos mais 70,34, o que perfaz mais de 70 km's de percursos, isto é importante numa ilha com a dimensão da Graciosa. E, portanto, neste aspeto, eu gostava também de vos dizer que em termos de colaboração, temos tido uma forte colaboração com a Câmara Municipal, não só nas termas, como noutras obras, e eu referia aqui talvez a propósito a questão da eventual marina da Graciosa, que em colaboração com a Câmara Municipal, poder-se-á

encontrar uma solução que satisfaça todas as partes e que se consiga de uma forma mais célere por em prática aquilo que é uma grande ambição e justa ambição e antiga ambição da Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, através de todas essas ações, aquilo que nós pretendemos é contribuir para o desenvolvimento de todas e cada uma das nossas ilhas, cada uma com as suas especificidades, mas nunca esqueceremos, naturalmente, a Graciosa, como não esqueceremos nenhuma das outras.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Sr. Deputado Nuno Barata, está a ver é uma figura regimental que é muito esclarecedora, é muito esclarecedora, por isso é que eu a utilizava tanto. E como está a ver, Sr. Deputado Nuno Barata, está a ter aqui esclarecimentos por parte do Governo Regional em relação às várias matérias, os diversos Grupos Parlamentares também estão a obter esse esclarecimento.

É evidente, Sr. Deputado, Berto Messias também dirá: bom, eu também era capaz de fazer isso sozinho, portanto, mas a verdade é que agora as respostas são mais específicas.

O que eu quero perguntar ao Sr. Secretário, dirijo-me até especificamente ao Sr. Secretário da Agricultura é o seguinte: Este setor, é, como aqui já foi referenciado, por parte de vários Grupos Parlamentares é um setor vital, V. Exa. já teve a oportunidade de aqui referenciar as melhorias que estão a ser introduzidas e qual é o seu pensamento estratégico em relação a esta matéria, aliás, devo aqui testemunhar, com grande aceitação por parte da lavoura local que tem por V. Exa. muito apreço e por isso isto é importante, está a ser implementado, a ilha tem de facto muito potencial como aqui foi referenciado por diversos Grupos Parlamentares, por exemplo, também, pelo Partido Socialista, que reconhece este enorme potencial, agora o que é necessário é que não se fique pelo potencial, se façam coisas, no sentido de melhorar e de executar políticas concretas que melhorem de facto a capacidade que o setor já tem e que o permitam crescer e é isso que está a acontecer.

Dentro desta matéria, uma matéria um alvo que é absolutamente fundamental e estratégico é a questão da água na Graciosa, e, por

isso é que eu lhe pergunto quais são as medidas que estão a ser implementadas e serão implementadas no futuro no âmbito da melhoria do abastecimento de água à lavoura.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

(António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Essa é uma questão fundamental para o futuro, de facto, da Graciosa, a disponibilidade em água depende da forma como fazemos estratégia como planeamos o futuro agrorural, a água é um elemento fundamental em todas as ilhas e todas não têm a mesma disponibilidade de água e é necessário não haver competição entre o abastecimento humano e aquele que é o abastecimento abastecimento animal. Ora, para a Graciosa, desde logo há um projeto que há pouco referenciei que tem a ver com a transformação do leite convencional num leite mais natural, logo aí, nós vamos poupar vários milhões de litros de água, porque, como sabem, um litro de leite tem 95% de água, cada litro de leite consome vários litros de água, e, portanto, os 8 milhões de litros de leite na Graciosa, consomem vários milhões de água, reduzindo a produção

de leite, mas melhorando a qualidade intrínseca, nós estamos, de facto, a diminuir o consumo de água.

Por outro lado, o que é que está previsto para 2022? Está previsto, de facto, um projeto de cooperação entre o IROA e a Direção Regional dos Recursos Florestais para na Charca do Barreiro criar-se uma mini lagoa artificial, uma lagoa de 1.500 a 2.000 m³, que irá permitir satisfazer as necessidades em água a médio prazo para a Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Secretário! Finalmente!

O Orador: Por outro lado, nós também, a partir de 2023 vamos abrir apoios específicos para a recolha em superfície de água, ou seja, os próprios produtores vão ter apoios para fazer o seu próprio armazenamento de água e terem a sua própria disponibilidade de água, ou seja, para além daquilo que são os investimentos públicos que iremos fazer para o abastecimento de água, não só para a pecuária, mas também no âmbito agrícola, porque não se pode desenvolver a horticultura, obviamente, sem água, não se pode produzir leite ou carne sem água, não é só para a agropecuária, mas, obviamente para toda a agricultura e é nesse sentido que a partir de 2023 também, existirão apoios específicos para que o próprio produtor se possa candidatar e ele próprio recolher a água de superfície e armazenar e ter a sua própria disponibilidade, em paralelo a tudo isto os apoios, e, aproveito a ocasião, para dizer que a nível dos Açores, os Apoios Comunitários também irão obedecer aquilo que é uma avaliação de uma equipa técnica do terreno, todos

os produtores que quiserem que uma equipa multifuncional de âmbito agrícola na gestão, na economia até mesmo de âmbito jurídico possa visitar a sua exploração, conhecer onde é que estão de facto as falhas, as ineficiências, de modo a melhorar o processo produtivo, esta equipa estará presente, será uma equipa de apoio base no projeto de investimento, para que o projeto de investimento tenha sustentabilidade, viabilidade e para que os produtores e as explorações tenham lucro, ora nesse enquadramento, também a água e muito especificamente na Graciosa, merecerá da parte da avaliação técnica, merecerá um apoio excecional e merecerá uma atenção técnica de avaliação e, portanto, para 2022, a Charca do Barreiro uma mini lagoa artificial que já está em levantamento.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faz favor, tem a palavra. Tem 3 minutos.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim Sr., Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Obviamente, que, quando oiço nesta Assembleia falar do futuro da Graciosa, pedindo que não se lembre o passado, ao mesmo tempo que se diz que foi o passado que fez alguma coisa de boa pela ilha e se alguma coisa está bom foi pela governação do passado, mas não podemos falar do passado naquilo que está mal, eu fico na dúvida...

Deputado José Ávila (PS): Se tem dúvidas, faça a pergunta!

O Orador: ... sobre qual é a melhor forma de avaliar um problema, quando temos que saber o ponto de partida, aquilo que queremos fazer e aquilo que estamos dispostos a fazer para o futuro.

A verdade é que não é possível chegar a esta Assembleia e ignorar aquilo que foi o atraso estrutural em que o Partido Socialista deixou a ilha Graciosa, em diversas situações...

Deputado José Ávila (PS): É falso!

O Orador: ... não podemos esquecer as dificuldades que depois de 24 anos de Governo e de muitas promessas aos graciosenses ali ficaram e, estando nós no âmbito do futuro da Graciosa, de discutir o futuro da Graciosa e do desenvolvimento socioeconómico, não podemos esquecer aquele importante setor também para a economia graciosense que são as pescas e ainda não foi falado aqui das pescas...

Deputado Carlos Silva (PS): Já foi falado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já foi!

O Orador: ...porque o Partido Socialista quis gastar o seu tempo a perguntar sobre aquilo que eles próprios tinham deixado, eventualmente feito nalgum setor.

Mas eu fui ao baú das recordações e encontrei a primeira candidatura a Presidente do Governo do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, portanto, de há 10 anos atrás...

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um panfleto, de manifesto eleitoral do PS, à Câmara)

O Orador: ...de há 10 anos atrás, está velhinho, realmente este folheto, já tem sido muito folheado, e, para as pescas dizia assim: *ganhar o futuro da Graciosa é criar mais valor para o sector das pescas e é requalificar o Porto do Afonso, promover a instalação de um posto de abastecimento de combustível do Porto de Pescas da Praia, colocar uma grua no Caís da Negra, promover ações de formação e diversificação das pescarias, introduzir melhorias de operacionalidade do Porto da Folga, melhorar o entreposto de frio da Folga e requalificar a zona envolvente ao Porto da Folga*, isto era tudo o que o Partido Socialista prometeu aos graciosenses em 2012, há 10 anos e toda a listagem que eu li, não fizeram uma...

Deputado José Ávila (PS): Isso é mentira! Isso é falso!

O Orador: ... não cumpriram uma promessa destas que aqui estão, o que é realmente...

Deputado Manuel Ramos (PS): Isso é mentira!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... o que é realmente importante, apenas para nós sabermos o ponto de partida, e o ponto de partida deste Governo...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ...tem 1 ano e meio, não tem 24, não tem 10 de histórico de responsabilidades, tem 1 ano e meio e o Governo encontrou uma situação e tem que lutar para...

Presidente: Sr. Deputado tem que colocar a questão.

O Orador: ... fazer aquilo que se comprometeu com os graciosenses.

E eu pergunto, no âmbito das pescas, em termos de, pelo menos algumas destas ações que o Partido Socialista prometeu e não cumpriu, se este Governo está finalmente a cumprir as promessas de há 10 anos do Partido Socialista ou não e o que é que tem feito em relação ao setor das pescas da Graciosa...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ...para o setor tão importante, para o seu desenvolvimento e para o futuro dos graciosenses.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Relativamente às pescas na ilha Graciosa, e, aliás, em toda a Região, é realmente um setor que reputamos de grande importância e daí termos ao longo deste curto espaço de tempo em que ocupamos esta pasta, tentado manter aqui um diálogo muito aberto com todos os intervenientes, nomeadamente com as associações de pescadores e no caso concreto com a Associação de Pescadores Graciosenses, que temos visitado regularmente e que temos, de alguma forma, mantido contato, diálogo permanente...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade, Sr. Secretário!

O Orador: ...no sentido de tentarmos resolver algumas das situações que se encontravam pendentes na ilha Graciosa.

Deputado Carlos Silva (PS): As associações estão a penar!

O Orador: Desde logo, e, em relação à Associação de Pescadores Graciosenses, temos mantido aquilo que consta da legislação em vigor, que é a Portaria 32, em que os apoios à referida associação que no ano passado foram sessenta e um mil euros e este ano anda também por aí assim, sessenta mil novecentos e sessenta e um euros e sessenta e nove cêntimos...

Deputado Carlos Silva (PS): Diminuiu os apoios?

O Orador: ..., destes apoios à Associação, para o funcionamento da própria associação, dos encargos que ali tem com remuneração, nomeadamente de funcionários, etc., sendo certo que destes

sessenta e um mil euros, quatorze mil são para remuneração de órgãos sociais.

Além disto existe uma preocupação do Governo Regional e também aqui em concreto na Graciosa quanto à questão de algumas espécies que iniciamos uma experiência com a ameijoa, agora com o chicharro e pretendemos estender a outras espécies e penso que também aqui assim na Graciosa e a seu tempo faremos com o goraz.

De qualquer forma temos atribuída à Graciosa, na quota do goraz para 2022 sessenta e sete toneladas, já foram capturadas até este momento vinte e duas toneladas, o que, daquilo que o Sr. Deputado João Bruto da Costa aqui referiu e relativamente ao Porto da Folga, como sabem o Porto da Folga é um porto de pesca, que tem vindo a perder alguma importância, até porque depois da deslocalização para a praia, no entanto existem ali infraestruturas que convém acautelar, preservar e encontrarmos uma solução, nomeadamente contra o entreposto frigorífico, estamos a fazer um estudo sobre isso, com a Lotaçor...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputados Paulo Estêvão e Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e com a Associação, que é quem em comodato utiliza presentemente o referido entreposto, também dar nota de que temos um projeto que já está, está a ser feito já o levantamento batimétrico relativamente ao Porto da Folga para melhorar as condições de atracagem que se impõem e remoção de uma pequena baixa que prejudica ali assim a manobra, portanto, estamos

também, a tratar disto e temos também aqui um assunto que não foi levantado, mas também aproveito que é o Pontão do Núcleo de Pescas da Praia que está a necessitar de uma intervenção, já foi identificado o problema, já foram contratados uma serralharia, só que não existe na ilha capacidade para executar a obra nos moldes em que pretendíamos, ou seja, há um pontão que oferece algum perigo, precisamos reforçar a estrutura e pavimentá-lo de novo com madeira do deck que seja, portanto, adequada, temos tido dificuldade na Graciosa em obter empreiteiros que, de serralharia que nos consigam executar esta obra, que é uma prioridade a meu ver, para quem trabalha ali assim naquele núcleo de pesca.

Também para dar conta que está já autorizada a eletrificação daquela zona de reparação naval, que também lá se encontra no Porto do Núcleo de Pesca da Praia.

O Porto Afonso é também, como sabem um projeto que foi aqui assim...

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente. O Porto Afonso também há a decorrer um processo, um projeto para a sua requalificação, porque pensamos também que é um importante investimento para a ilha Graciosa, tendo em conta as suas características únicas

Muito obrigado, Sr. Presidente

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às dez para o meio dia

Eram 11 horas e 37 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 59 minutos.

Pergunto se há inscrições no âmbito da segunda pergunta, ainda no primeiro objeto, Desenvolvimento Socioeconómico.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Eu também, obviamente, tenho que saudar o Sr. Deputado Nuno Barata, por ter, no fundo, descoberto a Graciosa, assim como eu a descobri, é efetivamente uma graciosa ilha.

Mas a pergunta que eu tenho a fazer e relativamente a este objeto, do ponto de vista socioeconómico, temos um entendimento que a educação é a base, aliás, e é um dos pilares essenciais também para o sucesso socioeconómico de uma comunidade, dada a importância que um ensino de qualidade tem, dadas também as necessidades de mão de obra e de recursos educativos que todo o sistema requer e

que podem ter e pode ser um particular desafio em ilhas de menor dimensão, que têm também maior dificuldade para a fixação de recursos humanos, eu pergunto ao Governo, mas à Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, qual é que é, digamos uma radiografia que nos possa fazer daquela que é a realidade neste momento na ilha Graciosa, tanto do ponto de vista de recursos humanos, como de investimentos que estejam a ser feitos para poder, de alguma forma nivelar o sistema educativo como um todo, mas nas ilhas mais pequenas, neste caso na Graciosa, com aquilo que é a realidade que nós todos desejamos para a Região e aquilo que desejamos como o futuro da educação nos Açores?

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra a Sra. Secretária da Educação e Assuntos Culturais, faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Muito obrigada pela pergunta, Sr. Deputado Rui Martins. Aprecia-me dizer que o Governo Regional tem feito um reforço sustentado e uma diferenciação positiva no que concerne à ilha Graciosa, precisamente nesta perspetiva de que é necessário nas ilhas mais pequenas, mais afastadas, com maiores dificuldades,

nomeadamente a nível das acessibilidades e também de colocação de pessoal para se poder fazer um reforço diferenciado por comparação, até mesmo com outras ilhas no arquipélago, e, nesse sentido, no que concerne à situação do pessoal docente, por comparação com 2019/2020 nós temos mais oito docentes em quadro na ilha Graciosa, e portanto, com reforço significativo e ainda com mais dois contratos em termo resolutivo, e, portanto, em funções efetivas, há um reforço de docentes na Graciosa por comparação com há dois anos atrás, e, isto, numa perspetiva em que infelizmente fruto de uma diminuição demográfica nós assistimos a uma redução do número de alunos também nesta comparação nestes dois anos, e, portanto, quando reduzimos em dois anos 32 alunos na EBS da Graciosa, aumentamos em quadro oito professores e dois contratos em termo resolutivo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Idêntica ação foi a que se referiu à colocação do pessoal de ação educativa, já vou falar assim e não em pessoal não docente, para fazer um reforço positivo da designação destes trabalhadores, e, em que também temos um investimento sustentado com colocação de mais cinco assistentes operacionais em quadro, mais um assistente técnico e um técnico superior na área da reabilitação e psicomotricidade, aliás a Graciosa é um exemplo de uma ilha, e, neste caso, de uma escola em que temos feito um reforço e uma atenção no que concerne à dotação de técnicos em outras áreas para apoio aos alunos, nomeadamente, a psicomotricidade e também a terapia da fala, que é tão essencial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além disso no que concerne a programas educativos, este ano, pela primeira vez os alunos na escola da Graciosa passaram também a aderir a um programa que é o programa *Ler de A a Z*, que é um programa de apoio aos alunos com dificuldades a nível da leitura, logo nos dois primeiros anos de escolaridade, no nosso entendimento de que é preciso reforçarmos as competências ao nível da leitura para podermos promover um efetivo sucesso educativo e neste momento temos quarenta e um alunos sujeitos a este mesmo programa.

Para além disso também a escola da Graciosa aderiu a uma fase prévia de introdução ao pensamento computacional em que temos docentes de todo o sistema educativo a prepararem currículos e a prepararem atividades, para que o pensamento computacional possa tornar-se uma realidade na Região já no próximo ano escolar.

A este respeito, também fizemos um investimento substancial no que concerne a equipamento, já no ano passado, em 2021, havíamos dotado a escola da Graciosa com mais noventa e dois equipamentos, nomeadamente, 25 tablets e 67 portáteis e este esforço continuará a ser feito este ano, até porque a ilha Graciosa à semelhança das restantes ilhas do arquipélago também vai aderir a um projeto de digitalização dos manuais escolares para o 5º e para o 8º ano de escolaridade, já no próximo ano letivo, mas para além disso, já lançamos concursos para aquisição de outro equipamento que, sendo o equipamento no âmbito das tecnologias de informação e comunicação e também do pensamento computacional, vai

permitir tornarmos não somente as aulas mais interativas, mas fundamentalmente mais atrativas para a promoção do sucesso, nomeadamente lançamos um concurso para a aquisição de cinco painéis interativos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que permitem que as salas de aula e as aulas ocorram com outras dinâmicas em que o próprio aluno pode projetar o trabalho que está a fazer e assim permitir uma outra interação, também vamos adquirir e lançamos este concurso para adquirirmos seis kits de jogos de pensamento computacional, em que cada kit tem quatorze jogos didáticos, e, portanto, para serem utilizados por toda a comunidade educativa, quatro kits de robótica, em que quatro kits contém sete robôs para serem utilizados pelos alunos desde os três anos de idade e, portanto, com um investimento logo no pré escolar até aos doze anos de escolaridade, a brincar também se aprende...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária Regional.

A Oradora: Terminarei já, Sr. Presidente.

Vamos também adquirir três kits de impressão e de impressoras a 3 dimensões e também um kit de realidade virtual com oito cubos e oito óculos, a título exemplificativo, estes kits de realidade virtual permitirão a um aluno manusear um cubo, que passa a ser, por exemplo, um coração humano e assim perceber realmente a três dimensões qual é o órgão que está a estudar, que é muito mais apelativo e muito mais relevante.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições, no âmbito desta ronda?

Não havendo, Sr. Deputado Nuno Barata podemos avançar para a terceira pergunta do primeiro objeto, faz favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

A Graciosa é, como todos sabemos, geograficamente, a segunda ilha mais pequena de todas as ilhas dos Açores, e, na última década, nos censos de 2011 para 2021, perdeu cerca de 7% da sua população e cerca de 4% das suas famílias, tem 200 inscritos no Rendimento Social de Inserção, a sua grande maioria em idade ativa, desde a juventude até aos 45 anos de idade e torna-se cada vez mais complexo desenvolver economicamente e produzir riqueza numa ilha com essa demografia, com esses problemas sociais e com a sua economia assente nas importações.

O Governo Regional assumiu no seu Programa Eleitoral e cito: *combater o despovoamento e o envelhecimento demográfico com a participação da sociedade civil e das autarquias locais, abordando a realidade específica de cada ilha e propondo medidas concretas e adequadas à fixação de jovens nas respetivas ilhas.* Ora, importa então saber, ao fim desses dois anos de governação quais as

medidas concretas, quais as medidas adequadas que foram definidas e estão em implementação na ilha Graciosa, para promover a fixação de jovens, combater o despovoamento e o envelhecimento populacional sem ser com nomeações para a administração pública regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças , Planeamento e Administração Pública, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

De facto, a ilha Graciosa é uma daquelas ilhas onde tem havido uma maior contração em termos demográficos, os censos de 81, nos censos de 81 a Graciosa tinha 5.377 pessoas, em 2021 tem 4.095, é uma contração muito evidente e que não conseguimos ainda fazer reverter, quando digo não conseguimos, não conseguimos como poder autónómico regional, não estou falando deste Governo, daquele Governo, é um desafio do nosso regime, do nosso sistema autónómico, garantir, ou tentar garantir a coesão territorial, tal como a coesão social.

Não é fácil de resolver, Sr. Deputado Nuno Barata, nem é resolvido apenas por uma linha de ação política, tem de haver naturalmente um conjunto de ações, essas ações passam, desde logo eu faço aqui

notar, em relação ao novo sistema de incentivos que estamos a desenhar...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Que termina em 2024!

O Orador: ...e que será enquadrado através do programa operacional que está também em negociação e há algo já claro que é uma mudança paradigmática e que tem a ver de não podermos continuar a fazer o mesmo à espera de resultados diferentes.

A questão da empregabilidade, a questão da qualificação, a questão da educação, são matriciais e no caso concreto por exemplo dos sistemas de incentivos...

Deputado Carlos Silvas (PS): Quais os sistemas de incentivos?
Não há sistema de incentivos!

O Orador: ... vamos apoiar, não só o investimento físico, mas acoplada à qualificação e ao incentivo à contratação.

Quem quiser aceder a sistemas de incentivos, aos nossos sistemas de incentivos, vai ter que ter a noção de que para além do apoio ao investimento físico...

Deputado Berto Messias (PS): Estamos em maio de 2022 e ainda não conhecemos o novo sistema de incentivos!

O Orador: ...vai fazer, vai ter que fazer qualificação das pessoas e vai ter incentivos à contratação das pessoas, isto também permitirá uma outra abordagem mais eficaz àquilo que são os estímulos ao incentivo, os estímulos à fixação.

Mas há algo que nós poderemos também, há algo que também poderemos dar nota...

Sr. Deputado Berto Messias não sei se quer dizer alguma coisa?

Muito bem, eu aproveito este aparte, Sr. Deputado Berto Messias, pode ser importante para a Câmara, o Sr. Deputado Berto Messias diz que, em aparte, *estamos em maio de 2022 e ainda não sabemos o novo sistema de incentivos*, é verdade, mas sabe qual é a diferença entre este momento e há sete anos atrás? É que nós não estamos a mentir às pessoas, é que há sete anos atrás...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... é que há sete anos atrás o DLR com o sistema de incentivos saiu sem ter ainda o acordo de parceria assinado, só foi depois no final do ano e ainda tiveram que alterar o DLR porque não se adequava, isto é, enganaram as pessoas, deram estímulos e criaram falsas expectativas que não se vieram a...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... concretizar e é esta a grande diferença, Sras. e Srs. Deputados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não é a primeira vez que o sistema de incentivos estão fechados, mas é a primeira vez que se diz a verdade às pessoas...

Deputado Berto Messias (PS): Enganar as pessoas é não ter sistema de incentivos!

O Orador: ..., e isso faz uma grande diferença aos estímulos, à economia, e, portanto, duas coisas nesta matéria nos diferenciam claramente daquilo que se passou até aqui, em primeiro lugar uma mudança de paradigma, em que o sistema de incentivos estão a ser construídos tendo em conta investimento, qualificação, contratação, por outro lado dizer verdade às pessoas, não criar falsas expectativas, que depois acabam por não se concretizar ou as pessoas terem que alterar os projetos de investimento que tinham apresentado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós estamos, neste momento a desenhar o sistema de incentivos futuro de acordo com aquilo que estamos a negociar também no âmbito do programa operacional, como sabem...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ... tudo isto foi atrasado por via das eleições nacionais e as verbas do novo Quadro Comunitário possivelmente só no próximo ano estarão disponíveis e, é por isso que temos que neste momento tratar de desenhar tudo corretamente para quando tivermos o acordo de parceria assinado, poder entrar tudo em funcionamento, mas isto não é a solução única, Sr. Deputado Nuno Barata, a questão da habitação é fundamental, no âmbito do PRR...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ...temos aqui um conjunto de meios que vão ser aplicados em todas as ilhas para poder facilitar...

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

O Orador: ...a habitação, não só para famílias carenciadas, mas para a classe média e isto é muito relevante.

Estas e outras matérias, naturalmente estão em curso, estão a ser preparadas, naturalmente, o Sr. Deputado Nuno Barata, como deve reconhecer a questão da coesão social e territorial em particular a mim, diz-me muito

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ...diz-me muito, por aquilo que eu experienciei ao longo da vida numa ilha não capitalina.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Não se nota!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor de justificar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Porque o Sr. Secretário Regional das Finanças acusou os anteriores Governos Regionais do Partido Socialista, ou o anterior Governo Regional do Partido Socialista de ter mentido e de enganar as pessoas, e em função disso eu entendo...

Presidente: Faz favor, tem a palavra, três minutos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Secretário Regional, em primeiro lugar queria felicitá-lo pela assunção das suas funções nesta remodelação do Governo Regional, bem como aos restantes membros do Governo.

Em segundo lugar dizer-lhe que V. Exa. está enganado. Mas o problema não é estar enganado. O problema é que V. Exa. sabe que o que está a dizer não é correto, e, mesmo assim, afirma-o.

Tem razão numa coisa: é que há uma grande diferença entre a atual situação e a situação de há sete anos atrás. É que há sete anos atrás as empresas dos Açores contaram sempre com o sistema de incentivos, mesmo no período em que estava a ser renegociado o novo Quadro Comunitário de Apoio...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mesmo quando ele não existia!

O Orador: ...mesmo...pois, sabem porquê?! Porque foi decisão do Governo Regional de então assumir com verbas do Orçamento da Região, aquele que eram os custos resultantes do sistema de incentivos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: V. Exa., Sr. Secretário, ri-se. A mim não me dá vontade de rir. Dá-me vontade de chorar, dá-me vontade de chorar saber que o Governo Regional acha muito bem que no atual contexto de recuperação económica da pandemia e com tudo aquilo que está a acontecer, a Região pode prescindir de um sinal claro dado aos empresários que é de ter um sistema de incentivos ao investimento privado. O entendimento do Governo Regional é errado, profundamente errado, do ponto de vista económico, do ponto de vista político, do ponto de vista de desenvolvimento da Região.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, repudio por completo a acusação de que o Governo anterior mentiu ou enganou. Se há coisa que os açorianos e os empresários açorianos no Governo anterior sempre souberam, é que podiam contar com o Governo, que mesmo sem verbas do Quadro Comunitário de Apoio, garantia o apoio necessário ao investimento privado, à criação de empregos e à criação de riqueza.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: E aquilo que sabem deste Governo é que apenas para fazer face e para criticar o Governo anterior prefere penalizar os empresários, penalizar os trabalhadores, penalizar a economia da nossa Região...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ..., não criando, como pode e deve, um sistema de incentivos tão necessário neste momento em que a Região precisa de recuperar dos efeitos económicos e sociais...

Deputado Gustavo Alves (PPM): E não só! Temos muito para recuperar!

O Orador: ... da pandemia de COVID19. V. Exa. está inteiramente legitimado para decidir o que decidiu, não está é legitimado para dessa forma tentar, isso sim, enganar os açorianos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... dizendo que antes havia um problema. Não! Antes contaram com o sistema de incentivos, agora não contam com sistema de incentivos porque o Governo, ou não sabe, ou não quer fazer aquilo que urge ser feito.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional das Finanças para dar explicações, tem três minutos.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ainda bem que usou esta figura para eu poder, de alguma forma, reafirmar aquilo que já disse.

O que há verdadeiramente novo é que nós estamos a dizer aos empresários a verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Devia pedir desculpa, Sr. Secretário!

O Orador: Não estamos a iludi-los com sistemas de incentivos que supostamente estariam abertos, mas, na prática, sem efeitos e isso é algo errado. Não se pode dar esses sinais às senhoras e aos senhores empresários dos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: Nós estamos a fazer o trabalho com auscultação em relação à anteproposta do PO, com a negociação, ...

Deputado Berto Messias (PS): O quadro comunitário acaba os srs. ainda estão a auscultar!

O Orador: ... simultaneamente, desenhando os sistemas de incentivos...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Onde é que está o sistema de incentivos?

O Orador: ... e afirmando, claramente, a todos eles, como ainda fiz recentemente, que esta é a realidade que nós temos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Onde está o sistema de incentivos?!

Deputado Berto Messias (PS): Estamos em maio de 2022 e ainda não há sistema de incentivos!

O Orador: Mais, vou-lhes dar só uma nota em relação à forma de atuação: o que este Governo não vai fazer é passar cartas de

conforto que não foram publicadas, usadas através de empresas públicas, para financiar empresários privados individualmente, desprezando outros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): E sobre o novo sistema de incentivos continuamos a zeros?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): - Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Eu, solicitava a transcrição urgente da última intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está registada a sua interpelação e assim darei indicações aos serviços para assim procederem.

Sr. Secretário Regional das Finanças para?

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Para dar nota que farei entregar na Mesa os anexos ao relatório da conta do Tribunal de Contas, que, clarificam bem aquilo que eu quis dizer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional, assim que a Mesa rececionar tais documentos, fá-lo-á distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Nuno Barata, para a réplica, finalmente, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

Muito rapidamente, já que o debate, a resposta do Governo à minha pergunta resvalou para respostas aos apartes dos Srs. Deputados.

Sr. Secretário Regional, eu percebo que não é fácil, eu percebo o atraso do PO 2030, embora não o compreenda e ache até pouco operacional, digamos e que não é nada bom para a economia da Região esse atraso, eu percebo que o Governo se atrapalhou um pouco com a sua remodelação, no entanto um partido, como o Partido Social Democrata, numa coligação com o CDS e com o PPM, que aqui durante trinta anos tiveram todas as soluções para o Governo da Região, não tenha tido tempo ainda de preparar esse plano operacional, a tempo de nós já o termos aprovado e ter um

DLR em condições de poder satisfazer as necessidades dos empresários desta Região.

Mas, Sr. Secretário, insisto e por exemplo, é um exemplo que serve para a Graciosa como serve para outras ilhas dos Açores, mas serve muito para a Graciosa e que tem que ver com o combate à sazonalidade, por exemplo, no setor do turismo, que medidas concretas tem o Governo Regional nesse sentido, no sentido de combater, por exemplo, a sazonalidade no setor do turismo que pode permitir de facto a fixação de alguns jovens, na medida em que cria emprego fora da época alta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para responder o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Eu peço desculpa ao Sr. Deputado Nuno Barata, porque de facto, depois a minha resposta acabou por derivar e não me concentrei naquilo que eram as questões que me tinha colocado e, portanto, penitencio-me por tal, e, em relação à questão que agora renovou, vou tentar responder especificamente a si e àquilo que colocou.

Duas decisões, uma pretérita e uma futura, poderão ilustrar, de alguma forma, a abordagem que o XIII Governo faz em relação ao apoio à coesão territorial e também àquilo que é o apoio ao combate à sazonalidade.

No caso da tarifa Açores, é um caso exemplar, do que é uma abordagem nova, da Região, do Governo Regional à mobilidade inter-ilhas e que teve efeitos extraordinários, não será por acaso que os números que a Srs. Secretária Regional do Turismo apresentou em relação à Graciosa da diminuição, apesar de tudo, ter sido menor que a média regional, porque de facto as ilhas mais pequenas, mais periféricas beneficiaram mais desde logo, porque, por exemplo, S. Miguel e Santa Maria têm capacidade emissora em termos de turismo interno que pode e beneficia através das tarifas, destas tarifas da tarifa Açores, as ilhas de menor dimensão. E, isto é algo que é um sucesso incontornável, indesmentível e inclusivamente era aquela matéria que da parte do Partido Socialista se dizia que era impossível, estas palavras têm que ter aqui algum eco, o Partido Socialista dizia que era impossível, não era, Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Impossível ter tarifas a sessenta euros, era mal estudado, não dava...

Deputada Alexandra Manes (BE): À custa de quê?

O Orador: ..., não ia ser possível, a verdade, Sras. e Srs. açorianos as tarifas a sessenta euros que o Partido Socialista dizia que não era possível existem e são um sucesso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas em relação ao futuro, e, estas tarifas a sessenta euros penso que são importantes na explicação daquilo que se está a passar.

Em relação à sazonalidade eu peço desculpa, está aqui a Sra. Secretária, mas já que estou na réplica, dar nota de algo que também já foi dado publicamente, que é o Governo Regional está a ultimar um programa chamado TURIS.ESTAVEL, que objetiva as cais ligadas ao turismo e aquelas que têm maior índice de sazonalidade e com esse programa TURIS.ESTAVEL, o que se pretende é combater aquela lógica que muitas empresas têm de contratar no verão e despedir no inverno e, fazendo, com um incentivo à contratação efetiva, mantendo os corpos de colaboradores das empresas, sendo que na época baixa, eles serão objeto de formação também apoiada pelo Governo Regional.

É assim, com medidas destas inovadoras, a pouco e pouco, vamos construindo...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional

O Orador: ... estas alternativas e estas novas soluções paradigmáticas para todas as ilhas dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para participar no debate uma vez que me foi feita uma pergunta direta!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com as responsabilidades que o senhor tem!

Presidente: Não tem, não há debates...

Eu pergunto se há inscrições para colocar questões?

Temos neste momento o Partido Socialista que ainda pode colocar uma questão, o Partido Social Democrata e o Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

O Sr. Deputado João Bruto da Costa trouxe aqui o panfleto da campanha eleitoral 2012/2016, eu queria-lhe dizer que esse panfleto, de facto tem setenta e quatro ações, faltaram cumprir dezassete, há uma taxa de cumprimento de 77%, no mandato seguinte noventa e sete propostas, conseguimos completar oitenta e seis, uma taxa de execução de 87%, relativamente ao programa que o PSD apresentou para a Graciosa no ano 2020, tem de facto nove ações e espero que o Sr. consiga taxas de execução como a gente conseguiu agora, mas é muito mais fácil apenas com nove ações, com falta de ambição, é isso que o seu programa trazia aqui.

Bem, relativamente a...nós temos preocupações com o tecido empresarial, como já foi falado aqui, basta dizer que a taxa de

desemprego num ano, em março deste ano comparado com março do ano passado cresceu 61%, o que denota uma taxa muito elevada de crescimento do desemprego, por isso faz-se o apelo ao Sr. Secretário das Finanças, ponha cá fora o sistema de incentivos o mais rapidamente possível, porque as empresas de facto, precisam, muitas delas podem ter dificuldades em sobreviver.

Bem, mas voltamos ao turismo, o turismo de facto, na Graciosa, tem tido uma evolução bastante significativa, em onze anos as dormidas cresceram 80% e os proveitos também há volta de 57%, houve uma transformação enorme...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nos últimos 2 anos, quem foi?

O Orador: ...na qualidade das instalações turísticas na Graciosa e as camas cresceram há volta de 70 para mais de 300, e, agora tivemos a notícia que vamos surgir mais, o que não deixa de ser também importante.

Neste momento em que as ilhas todas se preparam para a retoma a, Graciosa não é isso que está a acontecer e basta ver os números dos primeiros dois meses deste ano, nós temos uma quebra nas dormidas há volta de 59%, o que é significativo e que deve fazer soar as campainhas de alarme a este Governo.

Em primeiro lugar, temos como responsável o fim dos encaminhamentos aéreos, ninguém quer falar nisso, parece que agora está tudo bem, mas os encaminhamentos aéreos têm...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... uma grande responsabilidade pela quebra que está a existir neste momento em termos de turismo.

Srs. Deputados há de facto sinais que devem alarmar a gente, os passageiros aéreos desembarcados diminuíram 14%, os passageiros marítimos 51% e as dormidas os tais 23%.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Como se sabe, eu termino já, Sr. Presidente, como se sabe nós ouvimos todos os dias falar em promoção do destino eu queria saber que promoção é que está a ser feita sobre a ilha Graciosa e que apoios é que as entidades que promovem relevantes organizações de interesse turístico estão a ter relativamente às verbas da promoção, é porque se fala muito...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ..., mas de facto, não se vê nada! Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado, eu queria começar por lhe dizer que nós próprios reconhecemos aqui no início que houve uma quebra, a pandemia não passou ao lado de ninguém, também não passou ao lado da Graciosa.

Mas o que lhe disse, foi que apesar de tudo, apesar da quebra que foi de 70% a nível regional, de 2019 para 2020, a Graciosa teve uma quebra menor e está a recuperar a um ritmo maior que o resto da Região, isso é uma realidade.

Deputado José Ávila (PS): Temos de comparar com 2019!

A Oradora: Agora, a questão concreta, estamos a comparar com 2019, que é o nosso ano de referência, porque tudo o resto houve sempre quebras a partir de 2021...

Deputado José Ávila (PS): Temos que comparar com 2019!

A Oradora: ... há alguma recuperação, mas ainda não atingimos os números de 2019, espero, sinceramente, dentro de algum tempo, talvez no final deste ano possamos estar todos a regozijar o facto de podermos já estar a alinhar já com os números de 2019.

Em relação às questões concretas que colocou, tem a ver com os encaminhamentos, foi uma delas, e eu de facto gostava de lembrar aqui que é do conhecimento de todos e é do conhecimento público, que os encaminhamentos são ilegais, não é possível participar encaminhamentos porque isso são ajudas de Estado a passageiros não residentes, a passageiros não residentes, portanto o que se está a falar aqui não são dos encaminhamentos, é preciso que fique bem claro, para quem nos está a ouvir, nós não estamos a falar de encaminhamentos de residentes, de açorianos, esses que vêm de

Lisboa têm um preço único qualquer que seja a ilha de destino e, portanto os encaminhamentos estão todos pagos para residentes, nós estamos a falar de turistas e os turistas têm que fazer o seu percurso de viagem tendo em conta os produtos disponíveis e um deles são os bilhetes interline, a SATA faz bilhetes interline com as suas congéneres, sobretudo aquelas que fazem parte, a TAP, a SATA, com aqueles que fazem parte da Star Alliance, os low cost estão fora disto, mas estão fora disto por sua iniciativa, por sua iniciativa, são os low cost têm uma forma própria de trabalhar e não querem fazer acordos com ninguém e, portanto, isso são questões completamente diferentes, as companhias regulares fazem acordos com a SATA e têm bilhetes interlines, que são bilhetes corridos a preços mais vantajosos e estão salvaguardados com a possibilidade de fazer três Stopovers na Região, é impossível que um turista que venha cá uma semana, se quiser, visita três ilhas e ainda pode ir a algumas delas de barco...

Deputado José Ávila (PS): Qual barco?

A Oradora: ..., como seja Pico e S. Jorge, até pode visitar cinco ilhas numa semana, portanto não é por aí que as pessoas deixam de conhecer toda a Região a preços substancialmente favoráveis em termos de programas turísticos, portanto esse aspeto está resolvido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Obrigada.

Portanto, este aspeto está esclarecido e penso que nem percebo, nem vejo que haja reclamações dos turistas, nem das agências de viagens em relação a isso, percebo que nas ilhas...

Deputado José Ávila (PS): Já há desmarcações, Sra. Secretária?

A Oradora: ...possam achar que isso acontece nas ilhas de destino, como é o caso da Graciosa, mas a verdade é que as pessoas vão lá, sem qualquer dificuldade através deste mecanismo que eu acabei de enunciar.

Em relação às gateways, é importante que se diga aqui, porque esta também é a oportunidade, de que as gateways da Horta, do Pico e de Santa Maria, já estão autorizados pelo Governo da República a suportar os custos de ir de aviões diretos às gateways da Horta, Pico e Santa Maria, portanto, os encaminhamentos que estamos a falar aqui são apenas das restantes ilhas.

E, também já estão aprovadas as obrigações de serviço público para a SATA, como sabem de 140 Milhões de euros, esta foi uma questão em concreto, a outra questão, em concreto, que colocou, foi a questão da promoção da ilha Graciosa através do apoio a iniciativas concretas realizadas na ilha que promovem o destino Graciosa e nesse aspeto nós temos, temos o Rally da Graciosa, aprovado e apoiado pela Direção Regional do Turismo e com apoio, ainda, de outros departamentos para o transporte das viaturas e estamos a analisar o campeonato de Surf e BodyBoard e a segunda volta à ilha de Kayak, estão em análise, que são eventos que promovem a Graciosa.

Deputado José Ávila (PS): Quantos, Sra. Secretária?

A Oradora: De resto, os eventos, a promoção geral é promoção Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária Regional.

A Oradora: Promoção Açores, é essa a política de promoção, é uma promoção da Região, do destino Açores, porque nós temos que chegar a mercados internacionais com uma imagem única, com um discurso único – Açores!

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Pergunto se há mais inscrições, no âmbito deste objeto primeiro?

Parecendo não haver, Sr. Deputado Nuno Barata, podemos avançar para o segundo objeto: Transportes e acessibilidades, faça favor para a primeira pergunta.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

Continua, de facto a ser muito difícil, uma tormenta, diria, a definição clara, cabal de uma eficiente política de transportes, de uma eficaz política de transportes de pessoas, de bens, de mercadorias entre as diferentes ilhas da Região, penalizando,

sobremaneira as ilhas mais pequenas, nomeadamente, e, é desta que falamos hoje, a ilha Graciosa.

Constatando que, após a visita que efetuei à ilha Graciosa e do agendamento dessa Sessão de Perguntas, o Governo Regional reagiu prontamente com um comunicado sobre as Termas do Carapacho, com uma visita do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural à ilha, e, já não vou falar das Jornadas Parlamentares, porque essas, em boa verdade, já estavam agendadas antes da minha visita à Graciosa.

Verifica-se também que não há um único graciosense que não se queixe das dificuldades que sente nos transportes e acessibilidades, aliás, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, disse mesmo em resposta aos agricultores naquela ilha que vai estudar o assunto com o seu colega dos Transportes, em resposta aos agricultores da Graciosa e bem!

É imprescindível ultrapassar todas as limitações logísticas que nessas ilhas pequenas se vão evidenciando e, no nosso entender, e esta é a pergunta, é urgente perceber que soluções preconiza o Governo dos Açores para, até à conclusão do estudo que foi solicitado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, garantir uma melhoria substancial da capacidade, quer de escoamento das produções de cada uma dessas ilhas, nomeadamente da Graciosa, que é aquela que falamos hoje e da melhoria das acessibilidades exteriores à ilha Graciosa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Nuno Barata, a questão que coloca é obviamente muito pertinente, porque para nós, os transportes, isto é, apenas como introdução, porque todos concordamos com isto, os transportes e as acessibilidades são fundamentais para uma Região como a nossa, com as características insulares e periféricas até ultraperiféricas como a nossa, são os nossos pontos de entrada, são as nossas estradas, são as nossas infraestruturas, é o sistema de transportes aquilo que determina a qualidade de vida dos açorianos e o desenvolvimento de cada uma das suas ilhas, eu penso que é importante fazer esta introdução para que percebam bem como estamos conscientes da importância deste tema e como estamos a trabalhar para que ele consiga responder aquilo que são as necessidades efetivas de todos os açorianos, de todas e cada uma das ilhas dos Açores, e, nesse sentido eu começava por aquilo que referiu ao de leve, mas que eu acho que é importante que fique aqui bem claro, que nós vamos já lançar no mês de junho o concurso, a consulta para o estudo sobre os transportes marítimos de capotagem e dentro da Região, portanto, já no mês de junho será lançado e esse estudo, pretende, como é obvio, o melhor serviço para todas as

ilhas, que contribua para a construção de um verdadeiro mercado interno...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... com escalas frequentes, com maior previsibilidade, com maior regularidade, com preço idêntico para todas as ilhas e que articule a capotagem com os operadores locais.

Temos que envolver todos neste processo, todos! Empresas que deram o seu melhor durante décadas a esta Região, todos têm que ser envolvidos, numa solução, que naturalmente tem que ser diferente daquela que é hoje, mas que tem que responder fundamentalmente àquilo que são as necessidades de todas as nossas parcelas, de todas as ilhas dos Açores. Por isso mesmo o caderno de encargos está praticamente concluído e estamos neste momento a ponderar com muito cuidado, porque tem que ser mesmo com muito cuidado, todos os termos de referência para fazerem parte desse caderno de encargos, porque um caderno de encargos bem feito produz um bom resultado, se ele não for definido com todos os pormenores e com todos os detalhes pode haver falhas no estudo que nos apresentem, e, portanto, estamos neste ponto e é um ponto que me parece fundamental, fundamental. Temos, também aqui, uma outra questão, que eu gostava também de deixar, logo à partida, que me parece importante, tem sido muito falado a questão do transporte de carga aérea inter- ilhas , neste momento está a ser analisada uma solução, que me parece que é a mais plausível neste momento, depois de todas as diligências que a SATA já fez para encontrar um cargueiro no mercado, que será a

transformação de um DASH 400 dos mais antigos em cargueiro, no final do verão 2022 e depois em 2023 entrará em leasing na frota da SATA uma oitava aeronave.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): Muito bem! Isto chama-se resolver os problemas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, neste momento julgo que temos equacionada uma boa solução, temos agora o verão IATA, com sete aeronaves, tem seis da SATA e vai entrar uma em leasing, no inverno uma das mais antigas passa a cargueiro e no verão de 2023 entrará uma oitava aeronave ao serviço da SATA, e, isto fica, julgo eu que fica resolvida esta questão da carga, porque nós compreendemos que é preciso valorizar o nosso peixe fresco, é preciso valorizar os produtos frescos produzidos por cada uma das nossas ilhas...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: ... é preciso criar um mercado interno e é preciso abastecer a procura interna nos Açores e assim é que se constrói...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... o mercado interno.

Para além destas duas questões estruturais que é o estudo dos transportes marítimos de mercadorias e esta questão do cargueiro para as mercadorias por via aérea, eu queria deixar já aqui claro, que neste verão IATA, a ilha Graciosa terá vinte e um voos semanais da SATA, mais sete frequências...

Presidente: Sra. Secretária Regional, agradeço que termine.

A Oradora: ...semanais do que no verão de 2019.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O que significa que teremos uma oferta bastante acrescida em relação a 2019, portanto sempre o nosso ano de referência, para podermos dar resposta àquilo que é...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária Regional

A Oradora: ...espectável, um aumento...

Presidente: Tem que terminar.

A Oradora: Aquilo que é expectável ser a procura turística do destino Graciosa.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Nuno Barata para a réplica, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

Sra. Secretária Regional, é com agrado que oiço V. Exa. falar de uma articulação entre a capotagem insular e as empresas de tráfego local, operadores privados, todos eles que têm feito um enorme esforço por garantir o abastecimento destas nossas ilhas em mercado concorrencial, que é uma coisa que pouca gente sabe e lá em casa, então, ainda menos sabem, aqui dentro todos nós sabemos, ou pelo menos temos a obrigação de saber, mas a capotagem insular, ou seja os transportes entre o Continente Português, a Madeira e os Açores, não recebe compensação por obrigações de serviço público, apesar de encapotadamente terem obrigações de serviço público e são três companhia que estão em concorrência permanente nessas rotas do Continente, Madeira e Açores, por isso mesmo, congratulo-me por essa vossa visão de articulação entre estas duas realidades de transporte marítimo de mercadorias.

No entanto, Sra. Secretária, o seu antecessor a certa altura, e não podemos esquecer que o seu antecessor foi membro deste Governo, XIII Governo Regional, aventou a possibilidade de construir um

navio de transporte de passageiros para a Região, para fazer a operação sazonal, operação essa que, como eu já tenho dito em vários fóruns e nomeadamente nesta Casa, se revelou catastrófica economicamente nos últimos anos, como vem comprovar o último relatório do Tribunal de Contas, e, por isso, parece-me importante que fique claro e que o XIII Governo Regional deixe claro nesta Casa, se pretende ou não prosseguir com esta política económica catastrófica para a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente
Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, eu agradeço as suas palavras, porque eu vou reiterá-las: efetivamente é preciso nós termos muito cuidado. Temos um sistema que funciona há vários anos, com empresas que não recebem um euro da Região Autónoma dos Açores.

Tem falhas?

Tem falhas!

Temos que colmatar essas falhas?

Temos!

Mas o novo sistema de transportes tem de ser incremental. Não é nenhuma revolução! É incremental! Responder a todas as questões

e a todos os problemas que têm sido identificados. É por isso que os termos de referência vão ser elaborados com muito cuidado para que todos, todas aquelas questões que nós temos vindo a reportar ao longo do ano e que temos tido conhecimento, desde o transporte de gado, desde as questões dos quinzenais que vão a Santa Maria e à Graciosa, que não respondem já às necessidades dessas ilhas. São as únicas duas que têm rotas quinzenais, todas as outras têm rotas mensais.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Semanais!

A Oradora: Portanto, todas essas questões vão ser bem identificadas para serem colocadas nos termos de referência e para termos um estudo que corresponda às necessidades, que será dialogado com todos, será exposto a todos e faremos a melhor opção, em consenso, para aquilo que nós queremos para o transporte marítimo de mercadorias dos Açores, capotagem e insular, porque os TMG's, o Parece e os Barcos do Pico merecem a nossa consideração, têm porventura, uma oportunidade para fazer um *upgrade* e serem parceiros deste projeto.

É isso que nós gostaríamos que acontecesse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Não faça como as Agendas!

A Oradora: Em relação à questão que colocou do... peço desculpa, mas tinha uma segunda questão....

Deputado Nuno Barata (IL): O navio de passageiros!

A Oradora: Ah!... O navio de passageiros. Muito bem, Sr. Deputado.

De facto, ele já não tem importância para nós, por isso é que me esqueci.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: É porque nós já deixámos cair esse projeto.

Deputado José Ávila (PS): Mas está anunciado!

A Oradora: Deixámos cair esse projeto, porque entendemos que o Governo não deve ser armador, ou só deve ser armador onde houver serviços públicos e não houver empresas que o possam substituir. Além do mais, os Fundos Comunitários não participam navios de passageiros com as características daqueles que nós temos aqui. Só elétricos, mas elétricos não permite também funcionarem aqui e navegarem nos nossos mares. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Estão abertas as inscrições para este objeto.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

De facto, os transportes são fundamentais para todas as ilhas dos Açores e eu queria lembrar aqui, as Sras. e Srs. Deputados, que a coesão territorial tem custos, eu acho que isso é elementar, aliás há verbas disponíveis da União Europeia precisamente para a coesão e agora não percebo porque é que agora só se fala em despesismo e só se fala em questões que têm a ver com a...questões mais financeiras do que propriamente em termos de coesão.

Eu quero lembrar as Sras. e os Srs. Deputados que durante anos e anos andamos aqui, todos os dias, todos os dias não digo, mas em quase todos os anos a pedir mais toques, mais voos, mais navios, mais acessibilidades, melhores Portos, mais rampas, fizemos isto sistematicamente, eu estou a falar do Partido que estava na posição e da oposição também, todos os anos havia discussões sobre o tema Transportes e isso era sempre uma das grandes questões.

Mas vamos a outras questões, eu acho que é um erro tremendo assentar a mobilidade dos açorianos apenas no transporte aéreo, não está aqui em questão a Tarifa Açores, que foi uma boa medida...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ...está aqui em questão...Ó Sras. e Srs. Deputados, é evidente, na perspetiva do consumidor, toda a gente gosta de pagar

menos por transporte e neste momento quando tomam a decisão da Tarifa Açores é evidente que os açorianos ficam satisfeitos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Menos o PS! Os açorianos menos o PS!

O Orador: ..., mas há uma coisa que não podem, o transporte aéreo não pode substituir o transporte marítimo, tenham paciência...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ninguém disse isso!

O Orador: ...repensem, façam os estudos que querem fazer, mas não façam isso, não assentem a mobilidade dos açorianos apenas no transporte aéreo.

Sra. Secretária, a Sra. disse, que de facto, vai aumentar as rotações dos aviões na Graciosa, o que a Sra. não disse é que vai baixar o número de lugares oferecidos, a Sra. vai colocar mais dois voos, a Sra. vai colocar mais um voo, com o DASH 200, a Sra. Secretária vai meter mais um voo de um DASH 200, que as duas viagens ao fim do dia tem capacidade para menos seis passageiros e além disso tem uma outra questão muito grave, que eu gostava de ouvir o Sr. Secretário do Mar sobre isso, é que o DASH 200 só tem capacidade no máximo 200/250 kgs de descarga.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E os DASH 400 tem para uma tonelada e meia, ora bem, os exportadores graciosenses vão ficar pior servidos na época de julho e agosto...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: ..., porque a Sra. vai transformar a rotação da parte da tarde, no lugar de ser um DASH 400 vai passar para dois DASH 200. Ó Sra..... e onde é que está, onde é que estão as questões financeiras nisto? Não há despesa? Então como é que vai ficar a exportação do nosso pescado que felizmente, o pescado da Graciosa, como sabem...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...é muito valorizado, precisamente por causa disso, que é colocado nos mercados rapidamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muto obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, para responder, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu queria começar por lhe dizer que o novo estudo, aquele que iremos lançar para os transportes marítimos, tem Obrigações de Serviço Público. Portanto, não há dúvida sobre isso. Atualmente, ele ainda não custou nada ao Orçamento da Região, mas quando nós queremos incrementar, quando nós queremos melhorar o serviço, quando nós queremos aumentar os toques nas várias ilhas, obviamente que há Obrigações de Serviço Público.

Essas Obrigações de Serviço Público ficarão obviamente vertidas no estudo que se irá fazer. Nós não temos ilusões, não vamos melhorar o serviço e manter sem a participação do Governo Regional.

Portanto, é uma questão que eu queria esclarecer.

Portanto, o Governo está recetivo para melhorar o sistema, para alterar o sistema relativamente às ilhas que não estão bem servidas, com o pagamento de Obrigações de Serviço Público.

Que fique bem claro que não há milagres nestas coisas.

Outra questão que colocou, a questão dos transportes marítimos da Atlânticoline.

Eu gostava de lembrar que a Linha Branca tem uma percentagem de ocupação, em 2020, de 18,4%...

Deputado José Ávila (PS): Então feche!

A Oradora: ... e teve uma ocupação média, em 2021, de 18,4% e, em 2020, de 33,5%.

O que isto quer dizer não é acabar com a linha, Sr. Deputado. O que isto quer dizer é que esta linha tem um grande potencial de crescimento, como é óbvio.

Deputado José Ávila (PS): E quanto é que têm as outras rotas? Diga lá!

A Oradora: Se apenas tem 34%, ela pode crescer muito e, portanto, temos aqui solução para muitos mais turistas na ilha Graciosa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Temos muitos mais turistas, temos muita mais capacidade de transporte para a ilha.

Portanto, sobre isso, também me parece que no dia em que esta linha tiver com uma percentagem de ocupação considerada razoável, cá estaremos para encontrar a solução: outra linha! A extensão de outras linhas, até à Graciosa. Nada disso está fechado. Está tudo em aberto, assim haja procura. Mas está em aberto e está em estudo.

Deputado Carlos Silva (PS): Há bocadinho a senhora disse o contrário!

A Oradora: Fica só esta nota, porque não há nada fechado.

Em relação à questão que levantou de que tinha 21 voos, ou seja, mais sete voos do que o ano passado, Sr. Deputado, mal seria se, passar de 14 voos para 21 voos, não houvesse aumento de lugares. É que há aumento de lugares efetivos! Até posso dizer-lhe: 992 lugares...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... no período de junho a setembro. Era impossível não haver.

O DASH 200 vai lá, de vez enquanto, mas também vai o DASH 400.

Deputado José Ávila (PS): Vai de manhã, como vai agora!

A Oradora: Vai!... Vai muita vez!

Mas há um aumento do número de lugares disponibilizados.

Deputado Manuel Ramos (PS): São voos circulares da Terceira!

A Oradora: Há mais voos, mas também há mais lugares disponibilizados. Não tenha dúvida nenhuma sobre isso.

Portanto, se houver carga, traz carga, se não houver carga, encontraremos solução.

Também queria lembrar-lhe que há um contentor de frio instalado na aerogare na Graciosa para exatamente recolher o peixe e sair na primeira oportunidade. Não é de manhã, sai à tarde. Vão ter aqui vários voos. Não sai num dia, sai no outro e cá estaremos para ir resolvendo, pontualmente, todas as situações.

Ainda não houve uma única situação que não tivesse ficado resolvida.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

De facto, este segundo objeto da Sessão de Perguntas, promovida pela Iniciativa Liberal é aquele aspeto relativo à ilha Graciosa, desde logo em termos sociais e económicos, mas principalmente em termos económicos da mobilidade e da coesão que não é deste Governo, mas é muito antigo na Graciosa e sim, Sr. Deputado José Ávila, eu desta bancada, aliás, dessa bancada, mas assim como desta bancada, não deixei vez nenhuma de falar do grave problema que é as acessibilidades e transportes, mobilidade dos graciosenses...

Deputado José Ávila (PS): Agora já não é!

O Orador: ... e aquilo que é necessário fazer e o percurso que tem que ser feito e é bom que nós todos sejamos sérios para olhar para os números.

O Sr. Deputado, para já, devia já ter ido olhar aos horários, porque isso que o Sr. disse não é verdade, não tem sempre um DASH 200, dois DASH 200 por dia, tem neste momento, vai ver, desde logo, a partir do dia 16 de junho, portanto, junho, agosto, portanto, até

setembro, tem já todos os dias ou a maioria dos dias um DASH 400 no último voo da tarde.

Para o Santo Cristo, que ainda faltam alguns meses...

Voices de alguns Deputados da Câmara: Semanas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Santo Cristo, na Graciosa.

O Orador: ...já tem voos extraordinários para a Graciosa.

O Sr. tem neste momento, este Governo, o Sr. Deputado António Lima, bem sei que não conhece muitas das nossas tradições religiosas, mas é verdade, também há Santo Cristo na Graciosa.

Este Governo, pela primeira vez, Srs. Deputados, este Governo vai implementar três voos diários, todos os dias, o seu Governo e o Governo que era presidido ali pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro e antes dele, pelo Sr. Presidente Carlos César, chegou a dar descomposturas no Conselho de Ilha, porque nós queríamos um voo ao domingo, deu descomposturas às pessoas da Graciosa, porque nós queríamos um segundo voo, um voo para S. Miguel, nós vamos ter, este ano, três voos por dia todos os dias, dois com a Terceira e um com S. Miguel, se isso não é aquilo que nós andamos a reivindicar nesta Casa e que este Governo está a cumprir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É verdade que vamos ter mais toques, vamos ter mais oferta de lugares e vamos ter maior resposta àquelas que são as necessidades eventuais, e, que neste momento ainda não estão

resolvidas, mas que, conforme anunciou a Sra. Secretária dos Transportes e Mobilidade...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... vamos ter também um avião cargueiro depois do verão, para nos resolver os grandes problemas que temos em termos de carga aérea.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas queria deixar a pergunta que é obrigatório e não devemos deixar de cumprir o nosso Regimento. Nós fizemos nove propostas emblemáticas e que são essenciais para o futuro da Graciosa naquele que é o nosso projeto, não andamos a encher manifestos de coisinhas pequenas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que se fazem para depois fazer estatística, se as nossas nove propostas forem cumpridas, pode ter a certeza que os resultados deste Governo...

Presidente: A pergunta...

O Orador: ...vão ser muito melhores do que vinte e quatro anos do seu Governo.

E a pergunta que eu faço, porque não ficou claro, e, é bom que os graciosenses, porque já alguns me perguntaram, que esta coisa do *mentiderozinho* político, que anda pela ilha a dizer umas coisas que vão acontecer e que não vão...

Deputado José Ávila (PS): Isso é a sua especialidade, Sr. Deputado!

O Orador: ...é bom que fique esclarecido. A linha branca este ano, vai continuar a existir ou não vai? Porque é bom que os graciosenses saibam que a linha branca irá ou não existir e peço que me responda sobre isso, Sra. Secretária.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Atingimos a nossa hora regimental, pergunto à Câmara se tenho autorização para dar a palavra à Sra. Secretária, só para responder a esta questão?

Faz favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruto da Costa, a Linha Branca vai continuar a existir. Portanto, nesse aspeto não há qualquer dúvida sobre isso.

Apenas a Linha Amarela desapareceu e todos sabem porquê.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi um relatório do Tribunal de Contas que disse que tinha um prejuízo de 23 milhões de euros,...

Deputada Alexandra Manes (BE): Isso já estava decido muito antes do relatório do Tribunal de Contas! Já estava decidido muito

antes! Aliás, foi o seu antecessor que disse que a Linha Amarela não era uma “vaca sagrada” para este Governo! Deixaram as Flores fora deste percurso!

A Oradora: ... importância que a Região não pode continuar...

Deputada Alexandra Manes (BE): O seu antecessor disse que a Linha Amarela não era uma “vaca sagrada” para este Governo! Já estava decidido há muito tempo!

Presidente: Sra. Deputada Alexandra Manes, os apartes não podem impedir a Sra. Secretária Regional de fazer a sua intervenção. Peço-lhe alguma contenção. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sra. Deputada, eu não disse que eu é que tinha acabado com a Linha Amarela. Que fique claro! Não!... Ela terminou! Alguém decidiu terminar e o Tribunal de Contas veio dar-nos razão.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que a Sra. Secretária disse!

A Oradora: É a única coisa que eu estou a dizer. É apenas isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, só mais um minuto, porque eu perdi algum tempo com os apartes da bancada do Bloco de Esquerda.

Queria dizer que, efetivamente, a Linha Amarela já estava confirmada antes de eu aqui chegar, portanto, dou-lhe isso, porque é óbvio, é uma realidade, é um facto, mas mantemos...

Deputado Manuel Ramos (PS): Vai pedir um estudo!

A Oradora: Não é preciso estudos, porque o Tribunal de Contas encarregou-se de o fazer.

A partir daí, a Linha Branca, continua, que é a resposta que interessa, mas também quero aqui sublinhar que a Linha Branca tem reduzido a sua percentagem de ocupação, porque efetivamente a Tarifa Açores tem tido uma grande implantação na rota para a Graciosa.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isso é um facto e, no fundo, reiterando aquilo que também disse o Sr. Deputado relativamente à Tarifa Açores, foi um projeto excelente para os Açores.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Eu diria mesmo que depois da liberalização do transporte aéreo para São Miguel e Terceira, em 2015, este foi o segundo passo para uma reforma estrutural do transporte aéreo de passageiros.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço...

Para uma interpelação? Vamos continuar à tarde, Sr. Deputado, com este debate. Temos ainda cerca de 30 minutos para dar continuidade a esse debate depois do almoço. Portanto, vamos encerrar para o almoço.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde, Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 06 minutos

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estávamos na Sessão de Perguntas de resposta oral por parte do Governo sobre o futuro da ilha Graciosa,

Sr. Deputado José Ávila, está inscrito para uma interpelação, tem a palavra para uma interpelação, faz favor.

(*) Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, muito obrigado.

Como foram ditas aqui algumas coisas e o seu contrário, pelo menos, no meu entendimento, eu pedia a transcrição das últimas três intervenções da Sra. Secretária Regional do Turismo e Mobilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Sim Sr., Sr. Deputado, assim pedirei aos serviços para que façam essa transcrição das últimas três intervenções da Sra.

Secretária Regional e, as mesmas serão distribuídas pelas Sras. e pelos Srs. Deputados.

Está inscrito para uma questão o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Eu não ia falar, não fazer esta pergunta relativamente aos transportes, mas a Sra. Secretária Regional do Turismo e Mobilidade, abriu a porta e eu atrevi-me e tive que entrar.

Falamos da capotagem marítima e a capotagem marítima estamos a falar daquilo que seria o preço de contentorização que fosse igual para todas as ilhas e não apenas para S. Miguel e não aumentar ainda mais o preço para as ilhas mais pequenas ou as ilhas de periferia dentro da Região Autónoma dos Açores, que por si só, já estamos na periferia a nível nacional.

E, o próprio PSD, fez, nesse caso, os Deputados da Assembleia da República, eleitos pelo círculo dos Açores do PSD, fizeram um Projeto de Lei, que é o Projeto de Lei nº 782, que teve o parecer positivo do PAN, mas não teve o parecer positivo do Governo Regional dos Açores, mas teve o parecer positivo do Governo Regional da Madeira, apesar da iniciativa não ser sequer sobre a Região Autónoma da Madeira e a dizer que: *bem, tudo bem, isto não tem a ver com o preço da contentorização, porque isso não é o que interessa, o que interessa é mesmo a regularidade e não o preço em si*, mas, por via das dúvidas se nós já estávamos um pouco

baralhados por termos o mesmo Governo do PSD e também coligado com o CDS que deu um parecer negativo aos Deputados da Assembleia da República do PSD, temos depois o ex-Secretário Regional dos Transportes que veio dizer, uns dias depois: *não, não, as linhas mestras é o preço igual para todas as ilhas e a regularidade do acesso*, que vem contradizer o parecer do Governo Regional dos Açores sobre o seu próprio Deputado na Assembleia da República.

Apesar de acharmos, à partida que isto é tudo uma incongruência, eu pergunto e tendo em conta a opinião e, obviamente do parecer do PAN, relativamente à capotagem marítima, que sim beneficia imenso as nossas ilhas da periferia, nomeadamente, os graciosenses, nesta altura, seja ele por cliente de, em termos de contentorização, mas até o próprio preço em si, porque isso é sempre revelado, relativamente ao preço final para o consumidor, eu pergunto agora ao Governo dos Açores se é a favor da capotagem marítima sob o preço da contentorização e não o preço em si do PVP para a ilha Graciosa?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, para responder, faz favor, Sra. Secretária.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Pedro Neves, eu no início quando anunciei deste nosso debate o estudo sobre o transporte marítimo de carga, eu referi expressamente e vou repetir: *onde se pretende o melhor serviço para todas as ilhas que contribua para a construção de um verdadeiro mercado interno, com escalas mais frequentes, maior previsibilidade, regularidade e preço idêntico para todas as ilhas que articule a capotagem com os operadores locais*, portanto, isto é essencial...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...para nós, essencial! E, eu fiz questão de na altura ler, porque isto faz parte dos termos de referência que vamos colocar no caderno de encargos, é fundamental, e, aliás, está no Programa do Governo, devo dizer e é fácil ir lá verificar, portanto, o que nós queremos aqui é um preço único para todas as ilhas, com melhor serviço, com melhor frequência, com melhor capacidade de corresponder às necessidades de cada uma das ilhas, com maior previsibilidade, com maior regularidade, é o melhor serviço. Por isso mesmo, haverá obrigações de serviço público...

Deputado Pedro Neves (PAN): Com o parecer do Governo!

A Oradora: ... não temos dúvidas nenhuma, haverá, seguramente! Porque não há na situação atual, no dia em que nós queremos incrementar mais viagens, mais paragens em todas as ilhas, mais toques, em cada uma das ilhas que o necessitarem, um melhor serviço, uma maior frequência e manter o preço único, obviamente que vai haver compensações pelas obrigações de

serviço público, mas que fique claro, preço único para todas as ilhas!

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretária Regional. A Mesa neste momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faz favor, interpelação? Faça favor

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Não tenho mais perguntas para o objeto dois, queria passar ao objeto três, aliás, tenho, mas preferia não as fazer.

Presidente: Então tem a palavra para avançarmos para o objeto três, pode iniciar, faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

A náutica de recreio é um segmento da nossa economia que pode trazer grande desenvolvimento económico às nossas ilhas e, principalmente, às ilhas mais pequenas, saibamos fazer os investimentos certos, nas ilhas certas e com a capacitação desses investimentos de forma a potenciar essa atividade económica, o bom exemplo que temos é de uma ilha também pequena, a terceira

dos Açores, que é Santa Maria, onde a Marina potenciou o aparecimento de algumas empresas, não só de animação turística, mas também e principalmente empresas de manutenção de embarcações, mais em foco na questão da invernagem que é muito procurada por quem atravessa o atlântico das Antilhas até à Europa. A ilha Graciosa tem um investimento que foi feito para potenciar essa náutica de recreio, a Baía da Barra da Graciosa, mas que foi financiada com recurso a um subterfugio diria, não foi feito um investimento num porto de recreio, numa Marina, foi feito um investimento encapotado sob a forma de proteção da orla costeira, significa isso que quem venha dali a fazer uma Marina, corre o risco de hoje para amanhã de ter que devolver os fundos comunitários que foram utilizados naquela infraestrutura, esperemos que Bruxelas não veja bem essas coisas, que Bruxelas feche os olhos a esse subterfugio encontrado para financiar uma marina sob a forma de proteção da orla costeira.

Mas importa, aqui saber, da parte deste XIII Governo Regional, que nos esclareça de facto o que é que pretende fazer com aquela zona da Barra, que infraestruturas pretende ali instalar, que valências pretende ali sejam potenciadas e que apoio pode ser criado naquela zona para os náuticos de recreio, não só da Região, mas principalmente os estrangeiros que cruzam o Atlântico e que precisam, muitas vezes, não raras vezes,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... de deixar as embarcações em terra e que isto, como já disse há pouco, potencia a criação de emprego, economia, novas

empresas, novos empreendedores e vem contribuir também para aquilo que falamos esta manhã, para a fixação de jovens naquela ilha.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo para responder.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Nuno Barata, a questão que coloca já foi de alguma forma aqui afluída há bocado no debate da parte da manhã, de qualquer maneira, eu gostaria de dizer que, para nós é fundamental criar condições para a náutica de recreio, é fundamental criar condições para o aparecimento de navios e embarcações de recreio, sejam elas particulares, sejam elas de empresas que se dedicam a essa área e ninguém melhor do que nós, nas nossas ilhas para termos condições para criar esse tipo de infraestruturas.

Efetivamente esta questão da Marina da Barra da Graciosa, como se costuma dizer: nasceu mal, e, como o ditado diz que *o que nasce torto dificilmente se endireita*, nós temos agora esse problema para resolver, mas vamos chegar lá. E, portanto, o que está neste momento feito, é uma proteção da orla costeira, como sabe, financiado, e, portanto, vamos deixar que assim continue, a proteção era essencial para criar aquela Baía e criar condições para uma Marina, entretanto faremos e estamos em negociações com as Pescas, com o Mar, neste caso, com os assuntos marítimos e com a

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e com a Câmara Municipal da Santa Cruz da Graciosa, para, em princípio, fazer um contrato aral, entregar a Baía à Câmara Municipal e seria a Câmara a fazer os investimentos necessários para a concretização deste projeto de uma Marina na Barra da Graciosa, naquela Baía.

É isto que está delineado, é uma situação que talvez permita conciliar essa situação que referiu, porque a obra do Governo está encerrada do ponto de vista da obra, falta ser auditada, mas será com certeza, com o relatório final por fundos comunitários, será encerrada definitivamente e, entretanto, vamos trabalhando com a Câmara Municipal para fazer o projeto e para avançar com a construção da Marina, é esse o nosso propósito e é neste momento o ponto de situação.

Muito obrigada.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

Sra. Secretária Regional, eu agradeço o esclarecimento, mas permita-me que deixe aqui dois ou três alertas sobre essa possibilidade de entrega da Marina da Barra, ou daquela Baía da Barra, porque Marina ela ainda não é, pelo menos por enquanto à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, nós temos na Região Marinas que são geridas pela Portos dos Açores, são propriedade, são área de jurisdição da Portos dos Açores e temos duas Marinas que são municipais, a da Praia da Vitória e Vila Franca do Campo, e temos uma espécie de Marina na Povoação que também é de gestão camarária, acontece que essas Marinas além de serem concorrenciais entre si, são concorrenciais...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas onde é que está a concorrência disso, Sr. Deputado? O senhor não é liberal?

O Orador: ...já, lá vou...são concorrenciais por defeito, ou seja, elas o que fazem é desbaratar um potencial que essa Região tem e que não pode ser desbaratado, porque quem nos visita e precisa de nos visitar ou porque tem que fazer uma paragem que tem que apanhar o avião para regressar a casa, ou porque tem uma avaria, são pessoas que têm grande poder económico, muito mais poder económico do que qualquer um dos utentes açorianos que usam essas Marinas e este não pode ser um processo que se continue a usar os impostos dos açorianos para pagar o défice de exploração das Marinas. As Marinas têm que ter um preço que garanta que elas são rentáveis e não podem continuar a acumular prejuízos.

Eu percebo que a nossa parte da economia, os nossos utilizadores locais tenham um preço mais reduzido, porque a nossa economia

não permite que possamos pagar os preços que se pagam ao nível internacional, mas temos aqui um bom exemplo, aqui ao lado, essa belíssima Marina da Horta, que, digamos, é visitada por embarcações de gente com muito poder económico que paga aqui menos de um décimo do que paga em qualquer marina da Europa e, podem ter a certeza de uma coisa, essas pessoas não vão deixar de parar nos Açores se os preços forem mais elevados, nós temos que ter a coragem de mexer no regulamento de tarifas e de mexer no regulamento de tarifas da Portos dos Açores, por portaria do Governo Regional para subir as tarifas das Marinas e torna-las rentáveis, não podemos continuar a pagar para outros usufruírem daquilo que é do melhor que nós temos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional, faz favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Nuno Barata, eu compreendo as suas preocupações e partilhamos dessas preocupações, sobretudo naquilo que diz respeito à construção de Marinas por parte das autarquias e construção de Marinas por parte do Governo Regional, e, concretamente no que referiu, Vila Franca do Campo, Povoação e já não sei qual é a outra que referiu, mas essas eu conheço bem e sei exatamente qual é o problema.

A verdade é que neste caso tratar-se-á de um contrato aral, e, portanto, o Governo não fica de fora da solução, será um contrato de forma que haja um projeto a construir e ser projetado e depois construído, com o acompanhamento do Governo Regional, e portanto, essa questão do acompanhamento e de uma boa execução e de uma boa exploração ficará sempre assegurada, caso a exploração venha a ser entregue à Câmara, porque essa parte também ainda não está resolvida, a questão seria de construir, portanto eu diria: primeiro vamos construir e depois resolveremos os problemas que vêm a seguir, e, nesses problemas, certamente estará a exploração, estarão os tarifários, estará a necessidade de tornar essas infraestruturas minimamente rentáveis, estaremos atentos a todos esses problemas.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Estão abertas as inscrições no âmbito do terceiro objeto, Investimentos Públicos Estruturantes. Sr. Deputado Manuel Ramos, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputado Manuel Ramos (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Membros do Governo

Realmente não posso concordar quando se diz que a Marina da Barra nasceu torto. Não posso, porque o investimento que está lá feito (com certeza todos os Srs. Deputados já visitaram a Baía da Barra) foi fundamental para este passo que vai ser dado agora.

Foi feito na altura certa! Não havendo fundos comunitários para a construção de marinas foi a solução,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O truque!

O Orador: ... e muito bem, optada pelo atual Governo, como foi feito em muitas outras ilhas da Região.

Hoje, a infraestrutura de abrigo está concluída e apenas falta executar os equipamentos: os pontões, as redes e a casa de receção.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Não é assim!

O Orador: Portanto, quem visita a Baía da Barra nota logo que o que lá está construído é a base para a construção de uma marina.

Mas a pergunta que queria efetuar não tem a ver com a Marina da Barra, diretamente, mas, sim, com a proteção da orla costeira da Ventosa.

A obra de proteção da orla costeira da Ventosa foi uma obra já candidatada pelo Governo anterior, foi um ajuste direto candidatado também a Fundos Comunitários, uma obra que foi executada parcialmente.

Os Deputados da ilha Graciosa já fizeram um requerimento ao Governo a solicitar esclarecimentos sobre aquela obra. Foi-nos

enviado o mapa de trabalhos e o projeto, e foi-nos dito também que a obra estava concluída.

Observando um projeto e comparando o que está executado em obra, só metade do projeto é que foi executado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Falta executar cerca de 50% do projeto.

A minha pergunta é muito direta e é para o Sr. Secretário: é realmente saber se o ajuste direto foi pago na totalidade, ou se a parte que não foi realizada não foi efetivamente liquidada.

Se não foi liquidada o que é que o atual Governo pretende fazer com aquela obra?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder Sra. Secretária Regional do Turismo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada, Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Manuel Ramos, a questão aqui é simples e já foi explicada, há uma obra de proteção da orla costeira e querem fazer uma Marina...

Deputado José Ávila (PS): Não foi essa a pergunta que ele fez!

A Oradora: ... e nós temos que encontrar a melhor forma e fazer!
A partir daí, eu estou a falar desta obra, e, portanto, a partir daí é essa a questão e a questão é encontrar a melhor forma de nós não

criarmos aqui um problema, temos que ir pela solução possível e a solução possível é esta

Deputado Manuel Ramos (PS): Os senhores até já transportaram pontões para lá!

A Oradora: ...de forma a evitar que haja devolução das verbas dos fundos comunitários, e, portanto, sobre isso, penso que estamos esclarecidos, é uma situação que iremos trabalhar a partir de agora em termos de valências, em termos de estruturas, em termos de obras de apoio, mas isso será objeto de um projeto a combinar, por contrato aral, entre as Pescas, Assuntos do Mar, a Secretaria do Turismo e a Câmara Municipal.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Manuel Ramos pede a palavra para?

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** É para uma interpelação.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente
Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

A minha questão e a questão que eu trouxe aqui foi relativamente à obra de proteção da orla costeira da Ventosa...

Deputado Carlos Silva (PS): A Sra. Secretária não respondeu!

O Orador: ... e não do porto da Barra...

Presidente: Está entendido

O Orador: ... e essa resposta...

Presidente: Não foi dada.

O Orador: Não a obtive como há pouco também não obtive a resposta sobre os investimentos de base tecnológica, obtive foi uma resposta sobre turismo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ó Sr. Presidente, neste âmbito da interpelação, para também, interpelar a Mesa no seguinte sentido: eu ouvi a intervenção do Sr. Deputado Manuel Ramos nesta Sessão de Perguntas, questionando o Governo e, naturalmente, o Sr. Deputado Manuel Ramos, fez mais do que uma questão, não pode é o Governo responder por Secretários diferentes, porque só pode responder uma vez. Parece-me a mim que aquilo que aconteceu foi que o Sr. Deputado Manuel Ramos introduziu dois assuntos e o Governo só pode responder por um e queria que o Sr. Presidente esclarecesse os açorianos e a Câmara, que realmente o Governo só pode intervir uma vez, depois da questão ser formulada e se for mais do que uma questão, o Governo não pode intervir por vários Secretários, a não ser que faça como o anterior Governo que só intervinha com um Secretário nestas Sessões.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o Governo é que tem que dizer isso, não é o senhor que responde pelo Governo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Efetivamente o Sr. Deputado Manuel Ramos falou sobre dois assuntos, o Governo

respondeu a um e o outro ficou, efetivamente, como talvez é de uma tutela diferente, ficou sem resposta.

Para uma interpelação, Sr. Deputado Manuel Ramos, faça favor.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente
Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Eu queria pedir uma transcrição rápida da minha questão e eu frisei que a minha questão era relativamente à proteção da orla costeira da Ventosa, na minha interpelação e quando expus a questão, referi que o esclarecimento que eu pretendia era sobre a orla costeira da Ventosa.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, está registada a sua interpelação e será feita essa transcrição. Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Este objeto, terceiro, da Sessão de Perguntas, aqui muito bem trazida pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, diz respeito a investimentos públicos estruturantes na ilha Graciosa e é um facto que há um ano e meio atrás, quando se iniciou esta legislatura, havia e há, investimentos públicos estruturantes que se vêm arrastando ao longo de muitos anos em promessas eleitorais e em

governações que não tiveram sucesso em cumprir com os graciosenses aquilo que estava nos respetivos programas eleitorais e há investimentos que a Graciosa anseia há muitos anos e que continuamente os Governos do Partido Socialista, foram adiando ou fazendo este tipo de trapalhadas que era deixando passar a oportunidade e para depois correr atrás do prejuízo e, sobre prejuízos, Sr. Deputado José Contente, bem podemos falar sobre obras da sua alçada...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E não só!

O Orador: ... enquanto era Secretário das Obras Públicas na Graciosa, bem problemas temos para resolver nas nossas estradas...

Deputado José Contente (PS): Qual estrada?

O Orador: ... infelizmente e o dinheiro se calhar não chega para tudo.

Mas a minha questão sobre investimentos públicos estruturantes tem que ver com, naturalmente, a aerogare da ilha Graciosa, que é uma obra essencial, até porque, a atual aerogare nem sequer se pode considerar aceitável em termos daquilo que nos foi deixado pelo Partido Socialista, mas também outros investimentos como o caso de o aumento da pista do aeroporto e a sua certificação da iluminação para voos noturnos, assim como a gare marítima de passageiros na Praia, mas também o Partido Socialista, foi prometendo e lembro-me até de uma reunião na legislatura passada, que os Deputados eleitos pelo Partido Socialista da Graciosa, tiveram antes de um Plano e Orçamento, para apresentarem essa obra, que enfim, estamos certamente todos empenhados em que ela

finalmente se concretize, e, de entre esses investimentos públicos estruturantes elegia também a questão das termas, mas a Sra. Secretária já falou sobre essa obra.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Mas há estas obras que são volumosas para a Graciosa e isso também mexe com a economia da ilha, mas que são essencialmente estruturantes para o desenvolvimento daquela ilha e com isso, naturalmente, o desenvolvimento dos Açores.

E, sendo esta, provavelmente, a última oportunidade que terei de fazer uma questão ao Governo, questionava sobre essas duas obras que são estruturantes, mas queria também dizer que continuamente questionamos o Governo e eu comecei por dizer que o cumprimento dos objetivos propostos no início da legislatura é essencial que o Governo não só explique o que está a fazer, explique o que encontrou, mas essencialmente demonstre qual é o empenho que está a ter na concretização destas obras...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado

O Orador: ...que são tão importantes para a ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, para responder, faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada, Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Naturalmente que, quando se fala de transportes, quando se fala de economia das ilhas, quando se fala de desenvolvimento económico, as infraestruturas são instrumentais e fundamentais para se conseguir esse desenvolvimento e para se conseguir que efetivamente os transportes sejam eficazes, que haja mobilidade de pessoas, que haja mobilidade de mercadorias, que haja coesão entre as várias ilhas, que haja criação de riqueza, de emprego, de progresso. E, por isso mesmo eu saúdo o Governo Regional, na medida em que juntou na mesma pasta, Turismo, Infraestruturas e Mobilidade, porque pelo menos do ponto de vista da coerência interna e da capacidade de articulação das várias áreas é possível termos aqui uma resposta integrada, no que diz respeito a todas essas questões que são fundamentais e essenciais para o nosso dia a dia, para o dia a dia de todos os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E por isso mesmo, as infraestruturas estratégicas são fundamentais e merecem toda a nossa atenção e eu gostaria, de respondendo diretamente às questões colocadas, porque também não há muito mais tempo para este debate, e, portanto, para deixar aqui algum tempo para outras questões que possam surgir, ia direta à resposta, ou melhor, ia direta à pergunta, com uma resposta também direta, dizendo que a nova aerogare da Graciosa está adjudicada, que a obra é financiada pelo PO 2020, portanto, pelo atual PO, portanto está em condições de arrancar, custa 7,2 Milhões de euros e prevemos que o início desta obra seja no mês de junho,

portanto, no próximo mês, estamos prontos para consignar esta obra no próximo mês de junho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação ao alargamento e à sinalização luminosa da pista do aeródromo da Graciosa o projeto está em execução, por uma empresa credenciada para o efeito, que é a COPEL, o prazo de conclusão que a empresa tem para apresentar o projeto é em setembro, deste ano, porque isto requer um conjunto de conversações e de articulações com a ANAC, é uma obra, que obviamente, tem que corresponder às solicitações e às diretrizes da Autoridade Reguladora da Aviação Civil, é também uma obra financiada pelo PO 2020, e portanto, logo que haja projeto, está pronta a ser lançado o concurso para a execução da obra e custa 9,6 Milhões de euros, é pelo menos, o investimento atualmente previsto e esperamos que o lançamento do concurso seja feito no último trimestre deste ano.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Atingimos o tempo global, mas como consta do nosso Regimento e foi acordado em Conferência de Líderes, vamos permitir que os outros Grupos e Representações Parlamentares, que não tenham feito qualquer questão sobre esse objeto o possam fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): - Sr. Presidente, prescindindo, na medida em que a Sra. Secretária acaba de descrever um conjunto de investimentos que vão ser realizados, agora a curto prazo e por isso a minha pergunta deixa de fazer sentido. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto aos outros Grupos e Representações Parlamentares se querem colocar alguma questão no âmbito deste terceiro objeto?

Não havendo essa intenção, está encerrado este debate.

Definiu a Conferência de Líderes que o ponto 2. da nossa Agenda será o debate de urgência amanhã, na manhã de quarta-feira, o ponto 3. na manhã de quinta-feira e avançamos para o ponto 4. da nossa Agenda: **Anteproposta de Lei n.º 6/XII – “Nona alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, revogando os benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos”** é apresentada pela Representação Parlamentar do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação, faz favor.

Deputado Pedro Neves (PAN): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados,

Demais presentes,

Os partidos políticos são uma entidade política organizada, essencial ao sistema democrático pluralista, estando obrigados a refletir criticamente sobre as suas rotinas, sobre o seu contexto, sobre a evolução da sociedade e sobre as suas condições de eficácia.

Todavia, a democracia e o seu exercício ficam fragilizados sem os partidos políticos. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos afirmou que os Partidos Políticos são essenciais à democracia. Em paralelo, o Tribunal Constitucional afirmou que são uma “peça fundamental do sistema político”.

Os partidos políticos vêm a sua importância reconhecida no sistema constitucional-democrático português enquanto pessoas coletivas de natureza associativa privada dotada de um regime especial justificado pela sua utilidade pública e pela persecução de certos fins e funções constitucionais de natureza política.

Porém, a abertura e proximidade dos partidos ao debate e à sociedade civil, é um requisito essencial e indispensável à existência de um relacionamento normal e saudável com os cidadãos. A sua missão política deve pautar pela defesa dos interesses da sociedade e nortear os seus comportamentos pelos ideais apregoados.

Deve existir um vínculo entre os partidos políticos, a sua ação política e a sociedade civil, sob pena de se assistir a uma crise de eficácia das organizações políticas e a interconectividade com a sociedade.

A evolução e alargamento das funções dos partidos políticos, sobretudo no que à aplicação dos recursos respeita, deve passar por uma gestão e equilíbrio de interesses, para defesa eficaz dos interesses locais, regionais e nacionais.

Se considerada a atual conjuntura económico-financeira, é imperativo ponderar, numa época em que ainda continuam a faltar recursos financeiros adequados para a melhoria da vida dos cidadãos, se não devem também os partidos políticos abdicar dos seus benefícios fiscais, em concreto as isenções fiscais, com vista a estar em igualdade de condições com os cidadãos que os elegeram e que representam.

Tecer um juízo de prognose favorável a este raciocínio, centra-nos numa nova era de ética política, novos padrões, com reflexos imediatos no controle da despesa realizada e financiada com verbas provenientes do erário público, por exemplo.

Tal raciocínio remete-nos para a obrigação de proceder à alteração da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, Financiamento dos Partidos Políticos, na medida em que a mesma define a isenção dos partidos políticos no pagamento de vários impostos.

Esses benefícios fiscais, que passam pela isenção do seu pagamento, geram, desde logo, uma situação de desigualdade com os demais cidadãos, contribuintes em geral, sobretudo numa altura em que o contribuinte pagador assiste a um aumento do valor dos impostos. Aumentar o valor dos impostos não se coaduna com a isenção de pagamento desses mesmos impostos pelos partidos

políticos. Estamos a transmitir uma mensagem errada à população que nos elegeu!

Pelo que, aquilo que se pretende é repor esse tratamento igual perante a lei, reestabelecer essa igualdade, equidade fiscal, alterando-se a legislação em vigor, por forma a pôr termo a esses benefícios, passando todos os partidos políticos a proceder ao pagamento dos seus tributos, conforme é realizado pelos demais cidadãos.

Temos assistido a um crescimento invulgar do património dos partidos políticos. Sendo que este património, na sua larga maioria, está isento do pagamento dos impostos a que a maioria dos cidadãos portugueses está sujeito.

As declarações dos Partidos Políticos à Entidade de Contas e Financiamento dos Partidos comprovam que os imóveis declarados ascendem a largas dezenas de milhões de euros, e grande parte destes está isenta do pagamento de IMI. Em 2019, ascenderam a um valor de 50 milhões de euros em imóveis, sendo que a maioria deles está isenta de pagamento de IMI.

É receita que o Estado e os municípios estão a perder e que sobrecarrega o contribuinte, sendo, por isso, um benefício fiscal injusto na sua génese. Aquilo que agora se propõe, por um lado é alterar a lei por forma a repor um tratamento fiscal igualitário entre os cidadãos e os partidos políticos, por outro, um aumento da receita pública.

Certo é que poderíamos ter ido mais longe na alteração à lei do financiamento dos partidos, e apresentado alterações legais às

subvenções públicas aos partidos políticos e às campanhas eleitorais, mas, tendo em conta o sentido de voto e o argumentário nos últimos anos de várias bancadas na Assembleia da República achamos que, para já, iríamos estar a colocar areia na engrenagem. Daí que o fim dos benefícios fiscais seja uma boa “casa de partida” para o caminho que se pretende trilhar na correção e atenuação das disparidades e desigualdades entre contribuintes.

É com base nessa premissa que o PAN/Açores apresenta nesta Assembleia uma alteração à Lei n.º 19/2003, que, a concretizar-se, irá permitir ao Estado arrecadar um valor significativo e considerável que todos os anos fica por cobrar devido às isenções fiscais atribuídas aos Partidos Políticos por esta Lei.

Esta é uma alteração à Lei, que tem âmbito nacional, aplica-se a todo o território português. É um meio para um sistema fiscal mais justo, equitativo e transparente, que visa, essencialmente, cortar excessos, cortar uma despesa que sobrecarrega o contribuinte, e os partidos políticos têm que liderar pelo exemplo, assumindo a sua responsabilidade política e social.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa.

Eu não anunciei os tempos que faço agora, o Proponente, o Partido Socialista e o Governo dispõem, para este debate, de 22 minutos, o PSD de 20 minutos, o CDS/PP dispõe de 14 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem ambos de 12 minutos e as Representações Parlamentares do CHEGA e do IL de 10 minutos, o

Sr. Deputado Independente de 5 minutos, e, alerta a câmara que também, o Proponente deu entrada de uma substituição integral da Anteproposta nº 6/XII.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (Indep):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. E Srs. Membros do Governo

Aqui está um exemplo do sistema que se auto protege e que já não faz sentido.

Para que as pessoas percebam como é que é possível nós termos taxas, taxinhas constantes, como dizia ali o Sr. Deputado outro dia, parece a Idade Média, para atravessar uma ponte lá se tinha que pagar uma taxa, e continuam os donos do sistema, os Partidos Políticos isentos de tudo isto, não faz sentido e da parte do CHEGA, aqui estará sempre para denunciar isto e se juntar também nesta luta. Os Partidos Políticos têm que ser tratados como qualquer cidadão, como qualquer empresa que é tratado no nosso País e que devia ser em todo o mundo assim, os Partidos Políticos não são uma exceção, os Partidos Políticos não podem criar uma exceção e, estamos aqui também nesta luta para apoiar, para dizer “não” e que não haja aqui exceções para Partidos Políticos, seja em que circunstâncias forem, seja em impostos, seja em benesses, seja no que for.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

Esta Anteproposta de Lei que o Partido das Pessoas, Animais e Natureza, nos traz hoje aqui, vem por um pouco de moral, eu diria mesmo, naquilo que tem sido um *fórró* das corporações que governaram esse País ao longo dos últimos anos e que foram criando para si as exceções àquilo que depois iam impondo ao vulgar dos cidadãos, é assim, que algumas das corporações olham para o cidadão, como um ser vulgar e diferente deles, não pode continuar, Sr. Deputado Pedro Neves. Tem razão V. Exa. quando traz a essa câmara essa Anteproposta de Lei e por isso, a Iniciativa Liberal vai acompanhar essa sua iniciativa e votá-la favoravelmente.

Mas não são só os Partidos Políticos as corporações que são beneficiadas e que têm, digamos, isenções fiscais neste País, há ainda o costume, o mau costume, de olharmos para algumas corporações como sendo diferentes dos cidadãos comuns, como sendo diferentes das empresas, como sendo diferentes daqueles que promovem o bem estar social, que criam emprego, que criam atividade económica, que geram riqueza, quando alguns criam riqueza, o Estado cai-lhes em cima com taxas e impostos, outros, podem no entanto continuar a fazer concorrência, muitas vezes

desleal, muitas vezes direta e manterem esses benefícios fiscais, da nossa parte acompanharemos todas as iniciativas que retirem essas benesses para alguns, desde que elas, não sejam para todos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra pelo PSD, a Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente,
Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Para o PSD esta não é uma questão de igualdade entre pessoas e entre partidos, entre cidadãos e entre partidos políticos, é uma questão para os partidos políticos de obrigação ética

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os partidos políticos não podem promover eleitos que defendem as suas matrizes, que legislam, como nós aqui nesta casa, ou que são eleitos locais, que aplicam estas taxas aos seus cidadãos, às vezes ainda tentam aumentar com coeficientes de localização, ou coeficientes de afetação, ou se são espaços comerciais, ou se são espaços de vária natureza, constituindo isto boas receitas para as autarquias, convenhamos, os valores são bastante avultados ao fim de um ano e depois são estes próprios partidos políticos que fazem, sim, obviamente, muita falta à democracia, que promovem toda a espécie de princípios e de valores, e, que têm na sua natureza

exatamente difundir e doutrinar, através destes valores e destes princípios, e, depois serem estes partidos políticos a não pagar o imposto sobre imóveis que “obrigam”, entre aspas, obviamente, os cidadãos a fazê-lo, não é correto!

Já é longa a história sobre a alteração a esta Lei, também na República, de vários partidos, já vários partidos a propuseram, já vários partidos votaram a favor, já vários partidos votaram contra, todos nós temos a mesma exata culpa, distribuída de igual forma, dado o histórico, obviamente, por todos. Uns queriam alterar um artigo, os outros queriam alterar outro, mas o facto é que nunca houve consenso nesta matéria, talvez a partir de agora, havendo um possível consenso na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, possa servir esta própria Assembleia como um exemplo, não só no princípio da alteração à Lei, mas também para todo o País.

Por isso, naturalmente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... o PSD, acompanhará.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Pedro Neves, tenho muita pena que as suas boas intenções com este Diploma tenham dado azo a algumas intervenções demagógicas e populistas que nada servem os seus propósitos certamente, digo, também, que o Partido Socialista concorda, inteiramente com as palavras ditas pela Sra. Deputada Sabrina Furtado, que esta não é uma questão de desigualdade e não é desigualdade porque tratar igual coisas que são completamente diferentes, não faz absolutamente sentido nenhum.

Neste caso estamos a falar de associações de direito privado que desenvolvem, como muito bem referiu o Sr. Deputado Pedro Neves, no seu Diploma, no preâmbulo do seu Diploma, desenvolvem uma relevante atividade do ponto de vista de prossecução do interesse público, são imprescindíveis para a democracia e, portanto, confundir isso com o particular não é correto.

Nós pensamos que o problema das pessoas não se resolve por esta via, mas, também entendemos que a utilização de um argumento que também usa, no sentido de considerar que nesta situação que atravessamos há que, de alguma forma, impor sacrifícios que podem ser menos fortes para associações de direito privado e por essa forma privilegiar os particulares, que é uma medida que se torna justa e portanto, nesse sentido o Partido Socialista acompanhará a sua proposta e, portanto, também dizer que o Sr. Deputado Pedro Neves também tem noção disso e referiu dali daquela tribuna que isto é uma matéria iminentemente Nacional e, portanto, nós estamos aqui a exercer dentro e até aos limites da

nossa autonomia um poder que nos assiste e, portanto, notando também esse facto, fica aqui dito que na sua essência que contará, certamente, com o voto favorável do Partido Socialista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

O regime jurídico de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais tem sido alvo de sucessivas alterações e propostas de alteração, atendendo ao carácter predominantemente público dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

É importante salientar que o carácter predominantemente público de financiamento dos partidos políticos e campanhas constitui um meio essencial de prevenção da corrupção e de assegurar a transparência das atividades político partidárias.

Se é verdade que a lei não deve deixar de garantir que os partidos disponham dos meios financeiros suficientes para o desempenho da sua atividade e prossecução dos fins para que foram criados, entre eles concorrer para a formação da vontade popular e para a organização do poder político, assegurando a igualdade de

oportunidades, também é verdade que esse financiamento não pode ser mais do que o necessário para o cumprimento estrito daquelas funções.

Em 2012, o manifesto eleitoral do BE, para as legislativas nacionais já mencionava a seguinte medida: fim da isenção de IMI para os partidos políticos.

O BE já afirmou e já apresentou propostas no sentido de rever os benefícios fiscais concedidos aos partidos políticos, tendo em conta a escassez de recursos do Estado e as exigências aos demais contribuintes, e, por isso, já foi proposta o fim da isenção de IMI, bem como a eliminação das restantes isenções sobre o património, bem como o IMT.

Exemplo disso, foi o projeto de lei, em 2016, que pretendia a redução de 10% da subvenção para o funcionamento dos partidos e redução de um mínimo de 25% para as campanhas eleitorais.

Como tal, o Bloco de Esquerda/Açores acompanhará a presente proposta, votando-a favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

O CDS acompanhará, obviamente, esta iniciativa, já faz parte do histórico do CDS, a redução dos benefícios fiscais aos partidos

políticos, já o fizemos noutras fóruns, nomeadamente na Assembleia da República e, portanto, nós consideramos que os partidos políticos são coletividades de cidadãos, obviamente que estão unidos por ideais sociais, ideais políticos, mas não deixam de ser estruturas da nossa sociedade e, portanto, não faz sentido nenhum que beneficiem de algum estatuto especial, nomeadamente nesta matéria que diz respeito à cobrança de impostos sobre o património, e, portanto, naquilo que vem sendo já a tradição do CDS desde há muitos anos, obviamente que iremos acompanhar esta Proposta do PAN.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Sr. Deputado Carlos Furtado (Ind.): Muito Obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Pedro Neves vamos lá ver se é desta. Sinceramente estou admirado o que é que mudou nos últimos, quase cinquenta

anos, em que passou-se de um período de, não eram aprovadas iniciativas dessas, para uma altura em que agora toda a gente concorda, espanta-me! O que é que mudou? Onde é que estavam todas essas boas vontades durante esses anos todos, quer dizer, toda a gente ficou a assobiar para o lado, porque dava jeito e aos partidos que representavam, que efetivamente não se pagasse esses impostos.

O que é certo é que o fim desses benefícios fiscais é da maior justiça, as pessoas que estão lá em casa que pagam esses impostos, seja o IMI, o IMT, Imposto de Circulação e outros impostos, veem com espanto que efetivamente durante muitos anos os partidos tivessem protegidos por esse grande guarda chuva de benefícios fiscais.

Não é admissível, não é admissível principalmente quando muitas pessoas contam os tostões ao final do mês, para fazerem face às despesas básicas de um lar e, que mesmo assim, todos os anos, em determinada altura, nomeadamente nesta altura do ano, e, alguns agora e outros em outras fases do ano têm que andar a juntar dinheiro para pagar o IMI, aquele imposto que toda a gente é contra, mas que toda a gente tem que pagar.

E veem que, com admiração que efetivamente os partidos não pagavam, eu admito, e tenho a certeza que os partidos prestam um inestimável valor à democracia e à sociedade, mas também temos que ter em consideração que é assim; contrariamente a outras instituições de utilidade pública, os partidos têm receitas próprias que lhes permitem pagar esses impostos, não estamos a falar de

filarmónicas, não estamos a falar de instituições de solidariedade social, estamos a falar de partidos políticos que têm subvenções próprias para fazerem face às suas despesas quotidianas e, que mesmo assim com essas receitas próprias asseguradas que têm permanentes, ainda tinham o benefício de não pagar esse tipo de impostos, esperemos que esse exemplo que vai sair daqui da Região Autónoma dos Açores, que irá até à República, que leve uma mensagem clara, de que nos Açores já não se concorda e que já não se admite que haja essas isenções fiscais para os partidos políticos e, que também na República percebam que, já vai tarde mas nunca será tarde de mais para corrigir essa injustiça para com o povo português.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

O Partido Socialista vai votar a favor, não foi assim que eu percebi?

Deputado Francisco Coelho (PS): E o PPM em Lisboa também vai votar a favor!

O Orador: Portanto, esta iniciativa ficará então...O PPM desde 1983 que não vota iniciativas na Assembleia da República,...

Deputada Ana Luís (PS): Sorte deles!

O Orador: ... pela simples razão que não estamos lá desde 1983, e por isso, isso não dependerá de nós, dependerá da maioria absoluta

do Partido Socialista, porque aqui é fácil, não é? Porque toda a gente sabe que isto depois tem que ser decidido em Lisboa.

Mas o que é que dizia o Partido Socialista em Lisboa até há bem pouco tempo? Porque esta iniciativa do PAN é muito semelhante à que foi apresentada em Lisboa, na Assembleia da República, também pelo mesmo partido, e o que é que dizia o Partido Socialista? Nós temos aqui: *“alguns dos projetos com origem em diferentes quadrantes ou irem no sentido de questionar isenções fiscais sobre a atividade política dos partidos em sede de IMI, IMT e IVA, não tem outro efeito que não seja desconsiderar a atividade política e cavalgar a onda populista e demagógica que se fará sentir mais tarde ou mais cedo na qualidade da nossa democracia, não devemos entrar na voragem de ver quem corta, quem corta mais e mais rápido, não queremos uma democracia capturada por populismos, resista-se ao populismo vesgo, ouse-se continuar a acreditar que os partidos políticos são espaços de agrupamento, de associação, e, sobretudo que a democracia tem um preço”*, se o Partido Socialista nacional, na Assembleia da República, continuar a pensar o mesmo já vemos qual será o destino desta iniciativa que o PAN apresentou aqui na Assembleia.

Este posicionamento foi também acompanhado por outra força progressista de esquerda, o PCP, e, o PCP também teve aqui algumas tiradas sobre esta matéria e, basicamente o discurso é o mesmo, *“fazemos uma apreciação diferentes das propostas populistas e demagógicas relativas ao reconhecimento de utilidade pública dos partidos no plano do regime fiscal, apresentadas pelo*

CDS, Bloco de Esquerda e PAN, o que não acompanhamos a posição que une estes três partidos no aproveitamento do discurso antidemocrático sendo feito contra os partidos tem verdadeiramente como alvo a democracia” e mais e faz aqui um percurso histórico e diz o seguinte: “Sras. e Srs. Deputados, as regras relativas ao IMI são iguais para todos os partidos e foram aprovadas nessa Assembleia da República por unanimidade, nunca ninguém questionou na aprovação daquelas regras a sua existência, porque é que ao fim de todos estes anos o Bloco de Esquerda, que beneficiou dessas isenções vem agora dizer que não está de acordo com elas”, bom, isto é só para fazer aqui um enquadramento mais geral desta iniciativa, uma vez que a mesma será remetida para Lisboa.

Faço aqui uma declaração de interesses também, além de não podermos votar em Lisboa, nós não somos como o PCP que é um latifundiário nestas matérias, tem um grande património, o PPM não tem nada.

Deputada Ana Luís (PS): Porque será?

O Orador: Por isso, nós, a aprovação desta iniciativa para nós terá o mesmo efeito, não pagamos nada e vamos continuar a não pagar nada, porque não temos nenhum património a este nível, e, por isso o que eu quero aqui dizer é que, eu, o PPM, o Grupo Parlamentar do PPM concorda com esta iniciativa, não concorda com o discurso populista e demagógico contra os partidos, não acompanhamos isso, os partidos são absolutamente essenciais para a atividade democrática, é bom que não se cavalgue também esta onda, com

este tipo de discursos, porque a verdade é que este desprestígio dos partidos terá um dia, terá um efeito muito perverso sobre a democracia, porque não há democracia sem partidos, não há democracia sem partidos políticos e, portanto, concordando com esta iniciativa, que aliás, o PAN teve oportunidade de dizer que não é tão, há uma diferença fundamental, não é tão fundamentalista, digamos assim, como a que foi apresentada na Assembleia da República, concordando com este passo é importante dizer, que desde já, desde já, repudio também, os discursos contra os partidos políticos que aqui foram feitos, portanto, os partidos políticos são essenciais no âmbito do debate, devem ser preservados e não devem ser demonizados, e, portanto, nesse sentido, diabolizados, e, por isso é que eu quero aqui dizer o seguinte: aprovo esta iniciativa, ela tem alterações importantes em relação à que foi apresentada em Lisboa, mas mesmo assim, tive oportunidade de ler aqui aquele que foi o posicionamento do Partido Socialista e do PCP nesta matéria em Lisboa e a menos que o mundo tenha dado uma grande volta e que os posicionamentos políticos se tenham alterado muito, não vejo, que existam condições políticas para a mesma passar em Lisboa, tendo em conta que o Partido Socialista tem, hoje, a maioria absoluta, o PCP está um pouco mais reduzido, é verdade, mas continua lá.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Sr. Deputado Paulo Estevão, eu não resisto a responder-lhe, o Sr. Deputado certamente não ouviu convenientemente aquilo que eu disse...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ouvi!

O Orador: ...e a desconsideração que referiu e que leu aí numa declaração de voto do Partido Socialista na República, é exatamente aquilo que eu referi aqui que não era aceitável e que não nos permitia considerar uma situação de desigualdade porque não estamos a comparar particulares com particulares, estamos a comparar os partidos políticos desenvolvem o importantíssimo e relevante interesse público, que são importantíssimos para a democracia, tal qual como o Sr. Deputado fez, e, nesse aspeto também o Sr. Deputado concorda comigo, diferente a única coisa é que eu consigo apertar o casaco, o Sr. Deputado não.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Sr. Deputado, eu ouvi o seu discurso, mas o seu discurso teve como resultado um sentido de voto diferente daquele que foi adotado pelo Partido Socialista há muito pouquíssimo tempo em Lisboa e é isso que eu estou aqui a referenciar, inclusivamente pelos Deputados do Partido Socialista, também, que representam a Região Autónoma dos Açores em Lisboa é esta a minha referência, eu apenas achei que a conclusão é diferente o discurso será próximo, agora a conclusão é diferente e o Partido Socialista, só há um Partido Socialista, só há um Partido Socialista! O Partido Socialista é o Partido Socialista, passo a redundância, e, portanto, aqui V. Exas. se têm alguma autonomia, vejo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está a olhar-me com um ar enfadado, mas a verdade é esta, ou seja, quem está a ouvir este debate, eu quis alertar as pessoas, quem está a ouvir este debate pensa: muito bem, aqui estes Srs. agiram com, vão conseguir aqui uma redução daqueles que são os privilégios dos partidos, bom, eu achei que deveria apresentar aqui, aquela que foi a posição do Partido Socialista a nível nacional, que há pouco tempo acabou de inviabilizar esta mesma Proposta apresentada pelo mesmo partido, pelo PAN, em Lisboa, é apenas para dar conhecimento à cidadania.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

A posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista está, e, muito bem, expressa pelo Sr. Deputado João Vasco Costa, mas eu faço essa intervenção em socorro do Sr. Deputado Paulo Estevão. O Sr. Deputado Paulo Estevão está a ser demasiado rigoroso e exigente consigo próprio, e está, sobretudo, com esta visão segundo a qual um partido que tem presença regional não pode ter um entendimento diferente sobre essas matérias. Está a ser demasiado severo consigo próprio, porque, até à sua intervenção, eu sempre achava que o Sr. Deputado não se revia nem sentia as irregularidades pelas quais o PPM a nível nacional tem sido notícia de ter praticado e de praticar, e, que dessa forma via em V. Exa. alguém que, com autonomia se situava fora dessa trapalhada que tem sido notícia a nível nacional.

Mas, não só em socorro do Sr. Deputado Paulo Estevão eu intervenho, intervenho porque me parece que o assunto é importante e sobretudo porque sinto como Deputado desta Casa que é minha obrigação deixar um alerta, e, que no fundo vai ao encontro já de várias intervenções que foram aqui feitas. Eu julgo que o pior serviço que se pode prestar à democracia é entender que a sua qualidade se prende apenas com este tipo de questões, não é assim! Infelizmente, não é assim! Há um conjunto muito vasto, para além destas questões e que diz respeito ao funcionamento dos partidos políticos, à relação de confiança que existe e tem de existir entre a sociedade civil, dita assim, e os partidos políticos, as maleitas de que essa relação sofre que vão bem para além destas questões. E acho que, sem retirar mérito à iniciativa, sem retirar valia às

posições que foram aqui expressas, felizes seríamos nós se todas as patologias do sistema se resumissem a esta questão. A relação de confiança não se resume a esse tipo de problemas, vai muito para além disto e é importante que não...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É um exemplo!

O Orador: ... nos esqueçamos, e é importante que não nos esqueçamos que resolvido ou não resolvido, porque também pode acontecer, e, nisso o Sr. Deputado Paulo Estevão tem razão, também pode acontecer que esta iniciativa não passe na Assembleia da República, é legítimo que não passe ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já está a preparar o terreno!

O Orador: ... não, não estou a preparar terreno nenhum, eu estou a tentar fazer uma intervenção que vai um bocadinho para além do aparte e das questões que foram já suscitadas. Certamente essas que eu estou a falar, não estou a descobrir a roda, estão, também, nas preocupações de outros Deputados e de outros partidos políticos desta Casa. Mas isso também serve para sinalizar junto de quem nos ouve, a consciência por parte dos partidos políticos, que se é certo que o sistema tem méritos e é importante nessa relação, também tem aspetos que, cada um de nós deve fazer um esforço por corrigir e que vão bem para além apenas desta questão relativa à parte fiscal.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Já viram V. Exas. e quem está a seguir este debate como é que são os amigos na política? E, portanto, eu tive aqui um socorro por parte do Sr. Deputado Vasco Cordeiro referindo-se, certamente, a uma publicação, em que a publicação refere um conjunto de acusações que têm que ser provadas e, obviamente aquelas que são as referências que foram feitas a nível nacional e não ao PPM/Açores, bom, terão de que ser provadas em sede própria.

Outra coisa é, e aqui também é um gesto de amizade que eu deixo a V. Exa. é as irregularidades que foram apresentadas ao Partido Socialista por parte do Tribunal Constitucional, e, é com amizade que eu lhe deixo também este apoio e este auxílio e que lhe faço essa recordação, de uma notícia muito recente que tem apenas três ou quatro dias, já sei que V. Exa. não concorda com a apreciação e acha injusta a apreciação que foi feita por parte da entidade de contas, bom, mas essa também foi a notícia bastante recente, portanto, retribuo amizade com amizade a V. Exa. e depois quero dizer-lhe o seguinte: amor com amor se paga, quero dizer-lhe o seguinte: o que eu considero que é importante é que se perceba que este instrumento que aqui, a Anteproposta, que aqui vai ser aprovada, tem aqui um posicionamento político por parte do Partido

Socialista que é diferente daquele que é o posicionamento político adotado pelo Partido Socialista em Lisboa ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É verdade!

O Orador: ... e que foi votado também pelos Deputados eleitos pelo PS/Açores, no âmbito da Assembleia da República que votaram também a favor, portanto temos aqui duas posições diferentes, que é o Partido Socialista...

Deputado Bruno Belo (PSD): E é verdade!

O Orador: ... temos o Partido Socialista a nível nacional, temos o Partido Socialista a nível regional e depois temos o Partido Socialista os três Deputados na Assembleia da República, que é mais um grupo também.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o problema? É isso que o incomoda, não é?

O Orador: Não estão no âmbito nacional, têm uma ligação orgânica ao PS/Açores, mas votam de acordo com o PS nacional e, portanto, é esta incongruência do Partido Socialista que levou ao seu abraço de amizade, mas Sr. Deputado, a verdade é que esta incongruência existe! É muito fácil votar aqui a favor, porque não tem consequências nenhuma, não tem consequências nenhuma! Porque, verdadeiras consequências só terá se for aprovado na Assembleia da República e eu quero ver qual será a posição do Partido Socialista a nível nacional e também eu quero ver, eu também quero ver, estou cheio de curiosidade, para saber qual será o sentido de voto dos três Deputados do Partido Socialista que

foram eleitos aqui, pela Região Autónoma dos Açores, eu estou com muita curiosidade de ver isto, eu estou a chamar a atenção ...

Deputado José Pacheco (CH): Estamos todos!

O Orador: ... de quem está a acompanhar este debate que esta história não acaba aqui, é preciso continuar a segui-la em Lisboa e é preciso ver qual é o seu desenlace e depois aí poderemos ficar a ver que incongruências e tomadas de posição é que depois não têm sustentação política, e, isto é para deixar tudo claro e clarinho, é para clarificar o debate, e, Sr. Deputado tem o apoio do PPM, porque eu concordo com estas medidas, não faço é o seguinte, e, não me peçam para fazer isso, que é diabolizar os partidos políticos, porque eles são essenciais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Se não forem os partidos políticos quem é que são? Quem é que é? Quem é que representa as diversas correntes de opinião?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Os homens providenciais!

O Orador: O que eu considero é que é necessário aprofundar este sistema, terminar com algumas regalias que não fazem sentido, é necessário fazer isso, o que é necessário é diferenciar os posicionamentos políticos, porque eles são muito diferentes e há quem viva nestas matérias de populismo e demagogia.

Deputados João Bruto da Costa e Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (*PSD*): Obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado, Vasco Cordeiro eu não podia concordar mais com quase tudo o que o Sr. disse, à exceção, exatamente, de diabolizar alguns partidos políticos e ainda acrescento mais ao que o Sr. disse. O Sr. disse que entre os partidos e os eleitores tem que haver sempre uma relação de confiança e repetiu quatro ou cinco vezes, não me recordo quantas, obviamente a palavra confiança, eu ainda acrescento que entre os partidos políticos e os cidadãos e os eleitores, têm sim, mais obrigação de dar o exemplo, cumprindo aquilo que apregoam os próprios partidos políticos e não ao contrário, por isso nem sempre é só uma questão de confiança, mas também sim, uma questão de exemplo, como por exemplo fazer anúncios e cumprir os anúncios que se faz, saindo da esfera do IMI, saindo da esfera das taxas, mas alargando a várias outras componentes partidárias e na sua relação com os cidadãos.

Agora, Sr. Deputado Vasco Cordeiro também é facto que ouvimos o Sr. dizer, e para mim, não foi extremamente claro, ouvimos o Sr. dizer que sim, que o Sr. Deputado João Vasco Costa já tinha, obviamente tomado a posição do Partido Socialista, mas eu fiquei sem perceber o que é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro pensa sobre esta matéria, se concorda, se não concorda, tem todo o direito de concordar aqui, como de discordar em Lisboa, aliás, na minha intervenção eu própria disse, e, antes da Sra. Deputada Alexandra

Manes ter falado de casos particulares de partidos, eu própria disse que todos nós temos algumas culpas nestas matérias, outras proposituras, outras de sentidos de voto diferentes ao longo da história, agora, nem todos temos a mesma responsabilidade sobre esta matéria, e, o que se espera Sr. Deputado Vasco Cordeiro é que também, votando a favor, o Partido Socialista aqui na Assembleia Legislativa Regional, possa, e não me importo nada de lhe pedir por favor, exerça a sua influência junto do Governo da República, junto do PS ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... na Assembleia da República, porque é o mesmo partido, para que finalmente esta Proposta possa ser aprovada porque os Srs. sim, nesta altura, têm uma maioria absoluta.

Obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Srs. Membros do Governo

Só para responder ao Sr. Deputado Paulo Estevão, não sei se era para mim ou não, mas estava a olhar olhos nos olhos para mim, sobre a diabolização dos partidos políticos, ou então só gosta dos meus olhos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: ... olhos avelã com esta luz...mas os meus primeiros parágrafos da minha apresentação, os primeiros parágrafos do PAN foi mesmo dizer à partida e dar os exemplos tanto do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, o Tribunal Constitucional, a dizer que os partidos políticos são essenciais à democracia, também disse também sobre a moralidade dos partidos políticos sobre a sociedade em si, e, por isso, não é o PAN que está a fazer, a diabolizar absolutamente nada, e, mesmo para que isto fosse sem tabelas, neste caso, na gíria de basquetebol “*o afundançaço*” pela unanimidade que estou a ver que é uma coisa rara de acontecer, mas que pelos vistos o PAN conseguiu, nós retiramos, obviamente alguns artigos que temos posições, obviamente diferentes, apesar de no seu geral, todos os partidos são unânimes nesse aspeto, obviamente, relativamente à sociedade, depois divergimos em alguns artigos e foi aquilo que sempre aconteceu na Assembleia da República de todos os partidos.

Por isso é que nós, obviamente, para não meter areia na engrenagem, retiramos determinados, nesse caso, alterações de artigos, para que houvesse um compromisso da parte do PAN para com todos os partidos políticos, porque acho que, a sociedade ganharia mais com este primeiro passo, porque senão, para o PAN

mais vale um primeiro passo do que não haver sequer um passo e a inação dos partidos políticos será a pior coisa para nós.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

O PS traz-nos aqui, duas palavrinhas, que gostaria de acrescentar mais uma que é o populismo, a demagogia e eu gostava de falar também do centralismo, e, não repetindo o que aqui foi dito, mas concordando com o que foi dito até ali pelo Sr. Deputado do PPM, eu estou para ver dentro deste populismo e desta demagogia que se acusa os outros, como é que fica na Assembleia da República, a votação por parte do Partido Socialista, que é Governo, a respeito disto e quero também saber os Deputados Açorianos que até iriam votar contra o seu partido, quando fosse necessário, como é que fica.

Populismo e demagogia? Estamos conversados meus amigos, é isto!

Deputada Ana Luís (PS): Era a si que ele estava a chamar populista!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste Diploma.

Vamos votar na generalidade a Anteproposta de Lei n.º 6/XII.

As Sras. e o Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor Sr. Secretário

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Foi aprovado por unanimidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sra. Deputada Sabrina, tem aqui a resposta!

Presidente: Iniciamos o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Não havendo, pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os quatro artigos do Diploma?

Estão à votação os quatro artigos do Diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os quatro artigos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto, faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Fez-se justiça hoje aqui nessa sala. A partir de agora, os Açores deixaram uma mensagem muito clara à República de que nos Açores não é permitido mais, do ponto de vista moral que a situação do IMI e dos outros impostos, que os partidos estiveram isentos de pagar, que a partir de agora os Açores, os Deputados dos Açores entendem que esta matéria deve ser revista, no sentido também estes, os partidos, serem contribuintes ativos para o bem estar da sociedade.

Foi uma votação que fiz com orgulho, porque eu acho que é assim que deve ser feito, acima de tudo, cabe aos políticos serem um exemplo da sociedade e isso que aqui se passou hoje nesta sala foi precisamente isso, foi um exemplo de sociedade e foi também um exemplo de sociedade, neste caso, e apesar de terem sido alvo de críticas, foi exemplo de sociedade, também o Partido Socialista que, mesmo sabendo que ia deixar incomodados os seus congéneres da República, assumiu aqui uma posição e foi alvo de crítica, sinceramente há momentos em que não gosto de ver que se *é preso por ter cão e preso por não ter cão*, o Partido Socialista fez aqui nessa Casa aquilo que devia fazer por direito e fez e, da minha parte tem o meu reconhecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos, para o ponto 5. da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional**

n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, que estabelece a Orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, é uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Independente e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado, para a sua apresentação, dispõe de 11 minutos, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep): Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Conforme essa iniciativa já foi apresentada no mês passado, ela tem como objetivo repor uma situação de igualdade de direito para com um funcionário que presta serviço ao Deputado independente nesta Assembleia.

Como é sabido, até à revisão da Orgânica que foi feita no final do ano passado, eram tratados todos da mesma forma, os elementos de gabinete que prestavam serviço nas mesmas condições, com a revisão da Orgânica essa situação deixou de existir e em função disso, como há uma discriminação negativa deste elemento de gabinete, apresenta-se essa Proposta de Decreto Legislativo Regional, para uniformizar um comportamento ou um tratamento que deveria ter sido acautelado na revisão da Orgânica e que eventualmente, por distração não terá acontecido, desta forma espero que esta Casa aprove essa alteração, porque trata-se de fazer justiça e tratar por igual o que efetivamente é igual.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr.

Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Carlos Furtado, digo-lhe com toda a frontalidade e respeito que me merece, que todas as situações de injustiça deverão ser um imperativo para nós corrigi-las e tratando-se de um lapso que discriminaria de forma negativa o Sr. Deputado e o seu colaborador, é nosso dever corrigi-la, mas não posso deixar de lhe dizer que vindo de quem sistematicamente pede redução de Deputados e pede a diminuição de encargos, não deixo de achar interessante.

Muito obrigado, Sr. Presidente. O Partido Socialista vai votar a favor.

(neste momento o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Paulo Silveira)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Srs. Deputados...

Vamos passar à votação deste Diploma.

Srs. Deputados querem transformar os seus apartes em alguma intervenção?

Sr. Deputado Carlos Furtado, quer usar da palavra? Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep*): Obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Senhores Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado João Vasco Costa, agradecido desde já pelo apoio do Partido Socialista relativamente à iniciativa que apresento, quanto ao, “mas” que o Sr. efetivamente deixou presente na sua intervenção, sim, reconheço que o, “mas” faz algum sentido...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não é um, “mas”, é uma realidade!

O Orador: ..., mas Sr. Deputado, o Sr. sabe tão bem como eu que, quando foi feita a revisão da Orgânica, eu apresentei propostas de redução dos custos da Orgânica desta Assembleia, o Sr. seguramente lembra-se disso e se essas reduções que eu apresentei se tivessem sido aprovadas, também eu, como todos os Deputados desta Casa e todos os elementos que prestam serviço a essa Casa, obviamente estariam diminuídos naquilo que são os seus direitos e naquilo que são as suas possibilidades de fazer despesas, portanto, quando o Partido Socialista, que é o partido que tem mais Deputados nessa Casa, entender por bem fazer uma redução de custos, podem vir ter comigo, estarei sempre de braços abertos para com o meu voto de um Deputado só diminuir essas despesas que acharem por bem que devem ser realizadas, porque essa é uma convicção minha, Sr. Deputado e sempre será. Eu acho que estamos obrigados a prestar o melhor serviço que pudermos aos açorianos pelo menor custo possível, portanto, percebo o seu aparte, Sr.

Deputado, mas, como já disse e o Sr. lembra-se eu apresentei propostas de redução de despesa atempadamente, portanto, não posso agora, não podem os Srs. me acusar de que foi contra, mas também quer aproveitar....

Deputado João Vasco Costa (PS): Não foi isso!

O Orador: ... até porque lembre-se Sr. Deputado, eu não estou a pedir nada para mim, Sr. Deputado, eu não estou a pedir nada para mim, quando muito estou a pedir para o funcionário que presta serviço a mim, que indiretamente está a prestar serviço aos açorianos, porque se fosse para mim, Sr. Deputado, exclusivamente para mim, pode ter esta garantia, Sr. Deputado, eu não pediria, eu aceitaria ficar com uma discriminação negativa, agora, para quem presta serviço e presta serviço aos açorianos seguramente terei de sair em defesa dessa pessoa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Diploma - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII**, votação na generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados que concordem façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Diploma tem quatro artigos, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto, na especialidade, naturalmente.

Não havendo oposição, estão à votação o 1º, o 2º, o 3º e o 4º artigo do Diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordem façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordem façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Votação final global foi aprovado por unanimidade.

Presidente: está assim encerrado este ponto da nossa Agenda, o ponto nº 5, avançamos para o ponto 6 - **Projeto de Resolução n.º 67/XII – “Ampliação da pista do Aeroporto do Pico”**, é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente da Assembleia

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Ao longo dos seus 40 anos de existência, o Aeroporto da ilha do Pico tem desempenhado um papel cada vez mais importante no contexto socioeconómico da ilha montanha;

O crescimento neste aeroporto em termos de passageiros movimentados tem sido progressivo, tendo inclusivamente registado, nos últimos anos, crescimentos percentuais acima da média regional, estando igualmente em linha com a elevada e crescente procura pelo Pico em termos turísticos;

Fruto dos investimentos públicos realizados na década passada, desde 2005 que é possível efetuar ligações aéreas diretas entre a ilha do Pico e o Continente, sendo que o número total anual de viagens na rota Lisboa/Pico/Lisboa tem vindo a aumentar a cada ano que passa.

Apesar dos resultados notáveis, e considerando a manutenção da Gateway do Pico, este Aeroporto apresenta alguns condicionalismos ao nível da operacionalidade dos aviões, os quais o tornam não só menos atrativo, mas também mais propenso a que existam cancelamentos de voos que, para além dos problemas que acarreta para as ligações regulares, afasta operações como aconteceu com a da TUI;

Devido ao atual comprimento da pista, a maioria das aeronaves de media curso, tais como as das famílias do Airbus A320 ou do Boeing 737, não conseguem descolar com o peso máximo permitido, o que implica o transporte de menos passageiros e/ou menos carga e/ou redução do alcance, reduzindo igualmente a rentabilidade das operações;

Com o aumento da pista, esta infraestrutura aeroportuária ficará também mais bem preparada para enfrentar algumas condições meteorológicas adversas, fazendo baixar o número de voos cancelados, bem como os prejuízos associados, sobretudo os económicos;

Um prolongamento da pista em aproximadamente 700 metros para oeste, como resulta dos estudos já efetuados, permite resolver as questões elencadas anteriormente, designadamente, uma operacionalidade sem restrições neste aeroporto para a esmagadora maioria das aeronaves de medio-curso utilizadas no mundo, onde se inclui, por exemplo, a totalidade da frota da SATA/Azores Airlines; Além de ser a maior infraestrutura aeroportuária totalmente detida pela Região, a localização privilegiada do Aeroporto da Ilha do Pico, praticamente equidistante das ilhas vizinhas do Faial e de São Jorge, não apenas o Pico, mas sim todo o “Triângulo” beneficiaria diretamente com o aumento da pista da infraestrutura portuária da Ilha Montanha;

Permitam-me, que na apresentação deste Projeto de Resolução sinalize o extraordinário e fundamental papel que tiveram três jovens Picarotos, ao colocar na agenda de todos os Picarotos e de todos os decisores políticos este tema, com o seu nível de esclarecimento e competência por todos reconhecidos, e, refiro-me em particular ao Ivo Sousa, ao Luís Ferreira e ao Bruno Rodrigues, não ficaria bem comigo próprio se não fizesse aqui, desta tribuna este devido reconhecimento e agradecimento público.

Embora seja importante lembrar que este projeto de resolução deu entrada nesta Assembleia no dia 2 de julho do ano passado, portanto há sensivelmente 10 meses, com os ajustes naturais que esta longevidade exige, não deixa de ser importante e atual, pelo que nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os seguintes pontos resolutivos:

1. Avançar com todos os trabalhos preparatórios para a concretização do projeto de execução da ampliação da pista do Aeroporto da ilha do Pico, designadamente, com um prolongamento para oeste na ordem dos 700 metros, por ser a solução técnica que garante a operacionalidade sem limitações para as aeronaves de médio curso, inclusive toda a frota atual da SATA Azores Airlines;
2. Garantir, no plano de investimentos de 2023 e dos anos seguintes e na sequência dos valores previstos em 2022, os recursos financeiros necessários à elaboração deste projeto de ampliação da pista do Aeroporto da ilha do Pico;
3. Promover, durante e após a conclusão do projeto, os contactos necessários com as diversas entidades aeronáuticas e outras, em particular com a UNESCO, com vista a salvaguarda da viabilidade plena do projeto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Mário Tomé, tem apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições e está inscrita a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo Regional

Sras. e Srs. Membros do Governo

A melhoria das condições de operacionalidade no aeroporto do Pico é uma reivindicação que tem sido amplamente manifestada pelas e pelos residentes nesta ilha.

O aumento desta pista permitirá assegurar operações para aeronaves de maior dimensão, como é o caso da família Airbus A320 e Boeing 737.

É factual a cada vez maior procura turística por esta ilha, que levou ao aumento significativo do número de passageiros desembarcados.

A obra necessária nesta infraestrutura beneficiará a ilha nos seus diversos sectores, tal como os próprios residentes que, independentemente da razão, se deslocam do Pico.

Para além disso, é um investimento que se complementa com a ilha do Faial e de São Jorge, devido à sua proximidade, privilegiando não só o triângulo, como de toda a Região. É um investimento estratégico que contribui para a alavancagem da economia regional.

Noutras ocasiões, o BE já afirmou a importância deste investimento para o Pico e para a nossa região.

É de salientar que o aeroporto do Pico é a maior infraestrutura aeroportuária totalmente detida e gerada pela Região, sendo, portanto, uma responsabilidade do Governo Regional.

Aliás, se o governo se comprometeu com o pagamento de 40% de um projeto numa obra extremamente necessária, num aeroporto que se encontra concessionada a uma empresa privada, que obtém lucros da utilização deste aeroporto, tem a obrigação de investir nesta que é pública.

Mas, de facto, entre o que foi dito numa visita estatutária ao Pico, em novembro de 2021, e o dia de hoje, na verdade, não existem grandes desenvolvimentos conhecidos, para além da alegria demonstrada pelo sr. Deputado Marco Costa...

Deputado Gustavo Alves (PPM): E a desafetação dos terrenos!

A Oradora: ..., no dia em que o plenário de abril teve início e quando se previa a discussão da presente proposta, onde disse que havia sido dado um passo fundamental com a resolução com que estabelece o perímetro de proteção na área onde se realiza a ampliação da pista.

Face a isto, permanecem dúvidas e convinha percebermos se já é o tempo certo para o Governo Regional se comprometer com algo em concreto, como por exemplo, data de início da obra?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

A presente Resolução vem exatamente ao encontro daquilo que é um compromisso do Governo Regional plasmado no seu Programa Eleitoral e no seu Programa de Governo, e, portanto, é para nós a concretização de um compromisso e já começamos há muito a trabalhar sobre esta matéria. E, queria por isso deixar aqui o nosso compromisso em relação a este assunto, porque o consideramos, por um lado, que corresponde às legítimas expectativas dos picoenses e dos empresários da ilha do Pico, mas também porque comungamos daquilo que aqui foi dito que é um aeroporto que pode trazer desenvolvimento a três ilhas ou até a mais, mas pelo menos pode perfeitamente corresponder a esta procura turística de S. Jorge e do Pico e, eventualmente também do Faial.

E, portanto, nesse sentido, eu gostava de deixar aqui muito claro, a esta Câmara, os passos que já foram dados pelo Governo Regional, porque efetivamente, não estamos aqui a ver passar o comboio, nem a ficarmos alegres com o que se passou no Plenário, com a retirada desta proposta, bem pelo contrário!

Nós queremos deixar aqui claro que: através da Resolução nº 42/2022 de 28 de março, foram aprovadas medidas preventivas para acautelar a ampliação da pista, porque todos sabemos que sem medidas cautelares, pode haver ocupação do solo e termos problemas e encarecer a obra, portanto, foi fundamental criar desde

já estas medidas preventivas e cautelares para a ampliação de 700 metros da pista, na sequência desta Resolução desencadeou-se um processo, a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e a secretaria Regional do Ambiente, desencadeou-se um processo de comunicação à UNESCO, para que possamos garantir que isto não tem qualquer impacto na qualificação daquela zona, ou seja na classificação da paisagem da cultura da vinha da ilha do Pico, como Património Mundial da UNESCO.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Prontamente, o Sr. Embaixador Morais Cabral, Presidente da UNESCO, respondeu ao Governo Regional dos Açores e diz que: muito bem, é necessário preencher um formulário com um conjunto de informações, para que esta modificação dos limites menores, possa ser submetida ao Centro de Património Mundial, para parecer, para ser analisada pelo Comité deste Centro de Património Mundial.

Temos já uma equipa de trabalho para responder a todas as questões relacionadas com o formulário que nos foi remetido pela UNESCO e estamos neste momento a preparar um estudo de impacto patrimonial para acompanhar o pedido.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, neste momento, como veem, Sras. e Srs. Deputados, estamos com o processo a avançar, até vos digo, mais rapidamente do que alguma vez qualquer um de nós podia esperar, dada esta capacidade da UNESCO nos responder em menos de uma semana, e, isto deve ser relevado, porque efetivamente representa a boa vontade também, e eu não tenho aqui nenhum problema em dizê-lo, por parte da UNESCO, de corresponder àquilo que são as pretensões dos açorianos, dos picoenses e das pessoas a quem este aeroporto vai servir.

Portanto, a equipa de trabalho está a trabalhar, o nosso compromisso é com a ampliação da pista do Aeroporto do Pico, o Governo cumpre os compromissos que assumiu e que estão no seu Programa Eleitoral, e, portanto, vamos continuar a trabalhar.

As verbas que estão inscritas são para em 2022, porque a Resolução também fala da inscrição das verbas, portanto, em 2022 temos verba suficiente para avançar com os trabalhos preparatórios, com o trabalho de estudo patrimonial e com tudo o mais que for necessário, em 2023 esta obra já está prevista no Plano Operacional 2027.

Muito obrigada.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Srs. Membros do Governo

Sobe hoje à nossa Assembleia a debate uma iniciativa sobre a ampliação do Aeroporto do Pico, ora, curiosamente quase em coincidência com datas muito importantes para este equipamento, foi a 25 de abril de 1982 que foi inaugurado o Aeroporto do Pico, portanto fez 40 anos no último dia 25 de abril.

Começou por militares e foi finalizado pelo Governo Regional de então, num tempo em que não existiam Fundos Comunitários...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Existia a Base das Lajes!

O Orador: ... em que as prioridades eram garantir acessibilidades, serviços de saúde básicos e de saúde.

Outras datas também relevantes, foi a 20 de abril de 2005, portanto, há 15 anos, fez há poucos dias, que se realizou a primeira ligação direta com Lisboa.

E foi no dia 19 de abril de 2018, portanto, completou agora 4 anos, que subiu a esta Assembleia a Petição pela melhoria das condições do Aeroporto do Pico, que aqui já foi relevada e que também deixamos a nossa palavra.

Quando falamos no Aeroporto do Pico, estamos a falar de um equipamento da Região, que tem desencadeado inúmera discussão e posições entre os políticos e consideramos que todas as evoluções

deste equipamento têm representado sempre uma mais-valia para os Açores, para o Pico em particular e para o Triângulo.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora, mas vamos ao momento atual, achamos que o ano 2022 ficará certamente bem vincado na história do Aeroporto do Pico.

Já falamos naquele que foi o primeiro passo em ficar inscrito no Orçamento da Região as verbas para ações de expropriação e de projeto da ampliação do Aeroporto do Pico, o Governo deu um segundo passo, com a Resolução nº 42/2022, com o reconhecimento do interesse regional na área de expansão do Aeroporto do Pico e criando medidas de prevenção urbanísticas e de gestão do território e em terceiro lugar, aquilo que foi a informação que o Governo Regional acabou de nos transmitir através da Sra. Secretária Regional, com a comunicação à UNESCO e uma preocupação que existia ligada à área de implantação em área de Património Mundial.

E, portanto, num ano e meio fez-me mais pelo Aeroporto do Pico que em dois mandatos, do Deputado Vasco Cordeiro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Apresentamo-nos nesta discussão de forma responsável e leais aos nossos compromissos eleitorais sem afrontar a proposta que é aqui apresentada, mas não podemos deixar de considerar um pouco extemporânea...

Deputado Carlos Silva (PS): Quando é que entrou a iniciativa?

O Orador: ... dado o conteúdo resolutivo, embora ele tenha sofrido alterações e as decisões que aqui foram enunciadas e que foram já tomadas.

Coincidência ou não, foram passados sete meses depois do Governo Regional deixar de ser do Partido Socialista que entrou nesta Assembleia uma Resolução com este conteúdo resolutivo.

Temos ouvido muitas vezes que o PS valoriza a sociedade civil e todas as posições dos políticos e toda a discussão pública que existiu em redor deste assunto, mas a verdade é como eu referi, foi em 2018 que tivemos aqui uma Petição e vasta discussão técnica e política, mas só foi depois, sete meses depois do Partido Socialista deixar de ser Governo, que teve uma iniciativa nesta Assembleia.

E, portanto, temos que confessar, que temos muitas dúvidas que se o PS fosse Governo neste momento traria a esta Assembleia uma Resolução com este conteúdo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, aos picoenses podemos garantir que vamos continuar a mantermo-nos na defesa do desenvolvimento do

processo do Aeroporto do Pico, com responsabilidade e confiança, com compromisso, que mantivemos com os picoenses às eleições, com lealdade aos picoenses, com respeito pelos picoenses e com confiança nas suas lutas e ambições.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Aproveito para informar que, efetivamente há uma substituição integral que não tinha no início feito referência à mesma.

A Mesa neste momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Marta Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Marta Matos (PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

O primeiro aspeto que gostaria de começar por afirmar é a nossa profunda convicção em relação à atualidade da nossa iniciativa, decorridos cerca de dez meses sobre a data da sua apresentação inicial.

A verdade, é que, a Sra. Secretária leu alguns dos formalismos cumpridos nos últimos meses, mas até hoje, o Governo Regional nunca se comprometeu publicamente com nenhuma das soluções apresentadas para a ampliação da Pista do Aeroporto do Pico, até hoje, o Governo Regional nunca se comprometeu com aquela que é a solução que nós defendemos neste Projeto de Resolução, que é o prolongamento em cerca de 700 metros para oeste e, para além disso, quando foram realizadas as audições em Comissão acerca deste Projeto de Resolução, aquilo que nós ouvimos o Governo Regional referir-se foi a uma hipotética ampliação.

Ora, sendo certo que esta decisão política condiciona e determina claramente as ações e as medidas que se devem seguir, nós não temos qualquer dúvida em relação ao mérito, à oportunidade e à validade, que continua a ter hoje, o nosso Projeto de Resolução.

Na verdade, não é difícil argumentar e defender a importância e a necessidade da ampliação da Pista do Aeroporto do Pico, com esta intervenção melhoram-se as condições operacionais da Pista do Aeroporto do Pico, nomeadamente em situações de condições climatéricas adversas, diminuem-se os cancelamentos, aumenta-se a capacidade comercial, a capacidade de transporte de passageiros, de carga, a capacidade de alcance das aeronaves e tudo isto são constatações óbvias e conclusões evidentes, a verdade, porém, é que nós não defendemos e pretendemos estes resultados apenas porque sim, ou por mero e eventual capricho.

Nós pretendemos, porque esta é a forma de dar resposta à contínua notoriedade que a ilha do Pico vem alcançando e à sua crescente procura enquanto destino turístico.

Nós pretendemos estes resultados, porque é a forma de dar resposta à crescente capacidade de alojamento da ilha do Pico.

Nós pretendemos estes resultados, porque esta é a forma de corresponder ao dinamismo das empresas e dos empresários do Pico, ao seu contínuo crescimento económico, ao número de investimentos...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: ... e ao número de investimentos que continuam a surgir em setores tão diversificados, como o turismo ou a vitivinicultura.

Nós pretendemos estes resultados porque esta é também a forma de potenciar o Triângulo enquanto destino turístico.

E nós pretendemos estes resultados porque esta é a solução de equilíbrio e de complementaridade, que se justifica na lógica do desenvolvimento de uma verdadeira política de coesão regional.

Nós trilhamos um longo caminho que nos permite estar hoje aqui a ter esta discussão e infelizmente falta uma resposta à altura da parte deste Governo, quase a meio desta legislatura, quase a meio desta legislatura, tudo aquilo que nós ouvimos foram anúncios públicos em relação a medidas preventivas, quando nós continuamos sem

saber qual é a versão de ampliação que este Governo defende, qual é a solução que pretende, nós sabemos aquilo que defendemos e aquilo que pretendemos e trouxemo-lo hoje aqui com este Projeto de Resolução.

Sr. Deputado Marco Costa, a sua afirmação de que foi feito mais nestes últimos meses do que nas governações anteriores é no mínimo inconsequente e injusta e não é de valor não reconhecer todo o trabalho que foi desenvolvido pelos Governos anteriores.

Nós, preocupa-nos, neste momento o presente e o futuro do desenvolvimento deste investimento, mas não é possível deixar de referir a primeira ampliação da pista realizada em 2003, os próprios edifícios da Gare e Terminal de Passageiros, os tanques de abastecimento de combustível, o restabelecimento da faixa STRIP, a aquisição e instalação de equipamentos para a Estação Meteorológica, a implementação do sistema ILS, o sistema de Grooving, o próprio estudo que nos permite estar hoje aqui a discutir e a defender aquela que é a solução que nós pretendemos para a Pista da Ampliação do Aeroporto do Pico...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: ... que são o prolongamento de 700 metros para oeste. No início desta legislatura este Governo Regional detinha já todas as condições necessárias para assumir esta solução de compromisso acerca deste investimento e não o fez, até hoje, nunca se

comprometeu com a solução que pretende para a Pista do Aeroporto do Pico, perdeu a oportunidade de o fazer logo no Plano e Orçamento para 2021 sem uma única palavra acerca da ampliação da Pista do Aeroporto do Pico, e, qual foi a argumentação do Governo na altura? Que nada podia decidir, porque tinha que reavaliar o estudo, que não considerava a aeronave A320 Neo, uma afirmação falsa, uma vez que o estudo contemplava não só o A320 Neo, como também, inclusivamente o A321 Neo.

Apresentamos uma Proposta de Alteração nessa altura que os Srs. chumbaram.

Deputado José Ávila (PS): Bem lembrado!

A Oradora: E hoje, a meio desta legislatura continuamos a ouvir falar em hipotéticas ampliações e sem a assunção de uma solução de compromisso acerca deste investimento.

Sras. e Srs. Deputados, a ampliação da Pista do Aeroporto do Pico não precisa, não carece ser transformada num qualquer tipo de luta partidária...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: ..., até porque constava do manifesto eleitoral dos dois maiores partidos com representação nesta Casa e é um investimento unânime entre todas as forças vivas da ilha do Pico.

A ampliação da Pista do Aeroporto do Pico não precisa também...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Em 2017 não precisava também!

A Oradora: ... que os seus protagonistas sejam os Deputados desta bancada ou os de qualquer outra bancada, é o Pico, por si só, o grande protagonista, é a ilha...

Deputado Gustavo Alves (PPM): A ilha? A Região!

A Oradora: ... e são as suas gentes que legitimamente o reivindicam e o merecem, e pode ser o Pico a reivindicá-lo, mas não existe qualquer dúvida de que este é um investimento estratégico e crucial para o Pico, para o Triângulo e para a toda a Região...

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito bem!

A Oradora: ..., falta unicamente a ação deste Governo que esteja à altura da validade e da legitimidade desta reivindicação.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Não ia começar a minha intervenção por aqui, mas não posso deixar, de obviamente, abordar esta última intervenção, da Sra. Deputada Marta Matos, que veio com alguma candura dizer que este investimento é um investimento...de...não, não, com inocência, eu vou mudar...

Deputada Ana Luís (PS): É melhor!

O Orador: ...vou mudar o adjetivo...

Deputada Ana Luís (PS): Continue! É melhor mudar de adjetivos!

O Orador: ... com alguma inocência, alguma pureza dizer...o quê, um homem não pode ser puro? É esse o problema?

Eu vou ser mais cândido na minha abordagem então.

Mas o que eu estava a dizer, Srs. Deputados, é que efetivamente veio falar de um investimento por ter um valor inegável, que obviamente é inegável, julgo que nesta Casa todos os Deputados ficaram, se não eram defensores deste investimento, julgo, que pelo menos, ficaram esclarecidos no seguimento das audições deste Projeto de Resolução, se não acompanharam o processo anteriormente no decurso das audições julgo que ficou claro para todos os argumentos, aquilo que era a importância para a ilha do Pico, aquilo que era a posição das forças vivas da ilha do Pico, relativamente a este investimento, isso foi claro, também acho que é, e, deve ser realçado, já foi anteriormente no âmbito da Petição, que também aqui foi discutida, mas realçar de novo, o trabalho do próprio grupo do Aeroporto do Pico, porque de forma bastante consistente e capaz, foi capaz de mostrar e até rebater alguns dos argumentos, que eram às vezes veiculados, sem fundamento ou que eram meras suposições e que eles não tiveram problemas em pegar nessas suposições e ir verificar factualmente se essas suposições eram ou não eram verdadeiras e contestaram e julgo que muito contribuíram para este processo, nomeadamente até para aquilo que é, neste momento a tomada de posição deste Projeto de Resolução

sobre uma posição ou pelo menos sobre qual é a opção que este Projeto defende, que não é uma ampliação de 1700 metros, é uma ampliação de 700 metros para oeste, esta é a argumentação, no fundo que leva e que suporta também esta reivindicação do Partido Socialista.

Mas não posso dizer, e, eu quando comecei a minha intervenção, era exatamente há aqui, não sei, uma inocência ou negar e não fazer um *mea culpa* daquilo que o Partido Socialista não fez e aquilo que não avançou neste processo.

É verdade aquilo que elencou, é verdade o grooving, é verdade a iluminação, é verdade o combustível, isso é tudo verdade, mas a realidade é que o Partido Socialista nos últimos oito anos não deu nenhum passo, no sentido de assumir que era para fazer uma ampliação da Pista...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... esse é que é o facto, e é nesse sentido, Sra. Deputada, e é nesse sentido que eu lhe digo que traz aqui alguma pureza, como se fosse agora o Partido Socialista esteve sempre em cima do projeto e agora veio o XIII Governo Regional que nada quer fazer em prol do Pico e dos picoenses, isso é uma inverdade! E é verdade, e, tenho que subscrever aquela que foi a afirmação do Deputado Marco Costa, foram dados muito mais passos neste

último ano e meio em prol de uma definição e de uma concretização daquele investimento do que foi feito no passado, porque no passado foram dadas condições de operacionalidade àquela Pista, mas não no sentido de fazer qualquer tipo de ampliação, não foi.

E, por isso, há aqui vários aspetos e também, os passos que foram dados, a Sra. Secretária já falou nesta questão da UNESCO, que é uma questão importante, e, para dizer que a Deputada Marta Matos diz que este Governo diz umas coisas e não faz nada e os factos comprovam exatamente o contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Da mesma maneira, que obviamente em 2021, não fazia sentido estar a colocar no Plano e Orçamento, mais uma vez era aquilo, que era a tática ou a prática, por assim dizer do Partido Socialista, que era propagandear em Planos e Orçamentos com uma verba insignificante, mas para constar, para dizer que está a pensar no assunto e que vai fazer alguma coisa, quando depois na realidade não ia fazer.

Este Governo, desde o início, sempre afirmou que iriam verter em Orçamento aquilo que era efetivamente uma possibilidade de se concretizar, aquilo que era efetivamente um passo que queriam dar, nomeadamente a criação do grupo de trabalho, nomeadamente ver os passos que eram necessários para ver, a própria Madalena com o PDM, aquilo que depois se vem a traduzir numa Resolução do próprio Conselho do Governo para se estabelecer um perímetro de proteção na área de possível intervenção.

E, por isso, isso são tudo factos que são inegáveis e indesmentíveis a propósito do trabalho deste XIII Governo.

E, o Partido Socialista, também, tenho que dizer isto, que foi efetivamente passados sete meses de entrada em funções deste Executivo, que apresentou este Projeto de Resolução e todos sabemos, exatamente como é que surge este Projeto de Resolução, este Projeto de Resolução surge no seguimento da votação nesta Casa de um Projeto de Resolução que versava sobre a ampliação e a vinculação deste Governo e deste Executivo, no processo de ampliação do aeroporto da Horta, e, quando foi votado esse documento, houve aqui uma tentativa: ah é? Então se vocês votaram a favor deste, agora quero-vos ver a votar contra ao do Pico, mas, estas bancadas não votam contra ao do Pico, nós sempre defendemos e a nossa posição e eu posso dizer que a posição do CDS foi sempre a mesma, o Aeroporto do Pico e o Aeroporto da Horta são aeroportos complementares e eu quero, sempre e sempre, que o dia em que um voo não pode aterrar na Horta, que divirja para o Pico e o dia em que não puder aterrar no Pico que divirja para a Horta, eu julgo que isso serve os interesses da comunidade do Canal e todos nós devemos subscrever essa posição.

E, eu sou um acérrimo defensor dos dois aeroportos e até digo mais, eu antes de ampliações, eu até defendo outra solução, dentro do meu partido e com alguma, obviamente, nós defendemos a solução da ampliação mas antes de haver ampliações e antes de haver, ou enquanto não acontecem estas ampliações, se calhar deviam-se também pensar em opções de utilizar outras aeronaves, que

permitissem mais toques diários nestas duas ilhas e que permitissem aumentar a capacidade, e, isso são soluções que, obviamente devem ser discutidas em sede de quem gere o setor da aviação, nós podemos fazer propostas, não nos vamos ingerir nem na SATA, nem em qualquer outra empresa.

Por isso, também tenho que abordar aqui, e, porque estava a falar agora do Aeroporto da Horta, relativamente à abordagem que a Deputada Alexandra Manes faz a este assunto, dizer que este Governo está disposto para se intrometer ou para participar da ampliação do Aeroporto que não é detido na totalidade pela Região, ou que está concessionado a uma empresa, esses malévolos empresários, que estão aqui a tirar lucros e taxas e que obviamente quando uma pessoa pensa na própria ANA, o que deve pensar é se efetivamente o Aeroporto da Horta, do ponto de vista de taxas e tudo, se é rentável para aquilo que são os gastos operacionais, que não o é! E a ANA, aquele aeroporto foi concessionado no âmbito de um pacote nacional, obviamente quem fica com o bom fica com o mau, isso não me preocupa, e, aqui a questão é: o Governo Regional e nós também sempre o defendemos e o Sr. Presidente do Governo teve essa posição, ao contrário dos anteriores Governos e inclusivamente, agora não está aqui para se defender, mas também, que é o Deputado Vasco Cordeiro, quando era Presidente deste Governo, e, já aqui enquanto Deputado, sempre defendeu e é legítimo, que não se gastasse um cêntimo dos açorianos na Pista do Aeroporto da Horta.

E a pergunta que eu lhe deixo a si...

Deputada Alexandra Manes (BE): Não é minha culpa!

O Orador: ... é a mesma que eu na altura deixei ao Deputado Vasco Cordeiro é: é o fim da concessão Sra. Deputada Alexandra Manes, é o fim da concessão e havendo o investimento onde é que está o Aeroporto? Se o Aeroporto vai com a ANA para França e com a VINCI, ou se fica aqui na Horta, se continua a servir os açorianos e os faialenses ou se vai servir os franceses, é isso, era a pergunta que a Sra. devia fazer a si própria, quando vem tentar misturar assuntos e dizer que o Governo Regional não devia participar eventualmente nesta situação ou se participa nesta também tem que participar na do Pico.

O Governo Regional, e para terminar, o Governo Regional, foi sempre muito claro na sua posição tanto face à ampliação do Aeroporto da Horta e liderou politicamente o processo e interveio de forma a que se pudessem dar avanços significativos, pelo menos em desenhar uma solução do que é que é possível fazer e que fundos é que eventualmente estarão disponíveis para fazer uma ampliação na Horta, da mesma maneira que no Pico, salvaguardou aquilo que eram os interesses do ponto de vista de uma mais valia que é a paisagem protegida da vinha da ilha do Pico, fazendo e diligenciando junto da UNESCO, diligenciando a propósito da salvaguarda de um perímetro, para que possa efetivamente acontecer essa ampliação sem haver depois expropriações muito mais onerosas e que inviabilizem o processo e também demonstrou que do ponto de vista financeiro, está disponível para inscrever nos próximos Quadros Comunitários, logo haja abertura para isso, e

logo haja um enquadramento, que obviamente os valores também são muito importantes, os valores que depois se vierem a materializar do ponto de vista do projeto e a concretizar depois este projeto arrançando as verbas necessárias para tal e nesse aspeto, e termino, digo que este Governo Regional efetivamente na sua curta duração, ainda curta duração, já fez mais pela mobilidade aérea deste Triângulo do que se fez, pelo menos nos últimos dois mandatos.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Srs. Membros do Governo

Sra. Deputada Alexandra Manes, foi completamente ultrapassada no seu comentário inicial pelos factos que foram aqui revelados, a Sra. falou na minha satisfação no dia 25, a Sra. Secretária disse que no dia 22 de abril já sabia das questões ligadas à UNESCO, e, portanto, a Sra. perde....

Deputada Alexandra Manes (BE): Eu nunca perco, Sr. Deputado!

O Orador: ...completamente nesse comentário da satisfação, porque eu tinha e tenho muita confiança nas atitudes e nos atos de decisão deste Governo, que ficaram bem especificados aqui hoje.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Depois, a Sra. Deputada Marta Matos, considerou inconsequente a minha intervenção, eu relembro também aquilo que foi a posição que lhe disse, eu continuo a ter muitas dúvidas sobre a posição do PS neste processo, e vou lhe explicar porquê: os Srs. defendem, no seu 1º ponto resolutivo a ampliação nesta área.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um mapa à câmara)

O Orador: Ora, foram os seus Governos, o Governo liderado pelo Deputado Vasco Cordeiro, que aprovaram nesta área de ampliação no ano 2020, candidaturas ao VITIS e à Conservação do Património da Paisagem Protegida, com vinculação entre 7 e 15 anos, que interesse declarado era este que está nestas aprovações?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os Srs. respondam-me! Mais, além das candidaturas terem reporte de 2020 e de 2019, 15 hectares, implicaram

despender de verbas públicas, que pelos nossos cálculos podem andar entre meio milhão e setecentos e cinquenta mil euros, os Srs. acham que isto é uma atitude de responsabilidade na gestão de fundos públicos...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... querer nesta iniciativa dizer que defendiam a ampliação do Aeroporto do Pico? E, portanto, a Sra. Deputada chamou-me inconsequente na minha intervenção inicial, eu acho que tem o direito de chamar irresponsável nas atitudes de governação do último mandato do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Estamos a discutir um Projeto de Resolução com um objeto amplamente discutido na sociedade civil e principalmente pelos partidos políticos e Governos Regionais.

O aumento da Pista do Aeroporto da ilha do Pico é uma pretensão dos picarotos, mas também de todos aqueles que têm horizontes alargados para prosperidade da Região Autónoma dos Açores e também daqueles que olham para cada uma ilha dos Açores, como parte integrante da economia regional e que para sermos mais fortes, mais robustos economicamente, temos que nos unir para chegar ao ponto desejado.

Uma Região mais preparada para as nossas famílias, empresas e visitantes, no fundo, todos queremos uma Região com objetivos ambiciosos, daí surgiu um movimento cívico muito importante em 2017, através de uma Petição com 2.351 subscritores, que imprimiu pressão social na temível governação Socialista, almejando o objeto deste Projeto de Resolução, referente a esse passado recente, tínhamos o Partido Socialista de batuta na mão, partido que governava a Região há décadas e que em 2018 e 2019 estava no auge da sua arrogância política da maioria absoluta no Parlamento Açoriano, a ambição de crescimento num todo regional, não foi o suficiente para que este mesmo partido metesse a sua prepotência na gaveta, deixaram esse dossier cá fora, engavetaram sugestões bastante relevantes, como a dos peticionários, preferiram manter a postura conhecida e não validada pela maior parte dos açorianos, de política sem humildade e de repulsa por quem rebate as suas ideias.

Basta ver, ouçam bem, basta ver o valor da abstenção regional 54,59% em 2020 e a seguinte queda do Governo ismónico, quero com isto abordar vários momentos protagonizados pelo Partido Socialista a respeito deste assunto.

Em 2017 o Governo Regional de então, através da Secretaria que tutelava os Transportes, rejeitou a necessidade do aumento da Pista do Pico, invocando o grooving como investimento previsto para aquela legislatura, nada mais, após uns meses, no ano 2018 o Sr. Deputado Mário Tomé, do Partido Socialista afirma em Comissão que o transporte de passageiros cresceu 117% entre 2008 e 2017, existindo mais 46% de voos para o Pico, na mesma e, para tristeza do Sr. Deputado, não havia interesse do seu partido para afirmar o que os habitantes do Pico...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ...sabem que é fundamental para a economia da ilha crescer com prosperidade.

Chegados às eleições de 2020 já se vislumbrava num manifesto eleitoral do Partido Socialista do Pico, o que sabiam que era uma grande pretensão do povo, ampliar a Pista do Aeroporto do Pico, na linha do interesse do povo, sete dias antes das eleições o então Presidente do XII Governo Regional, Dr. Vasco Cordeiro anuncia que, e cito: *Do ponto de vista político há a assunção clara da parte do PS, da necessidade de ser encarada a ampliação da Pista*, e devo dizer que só agora, só antes das eleições é que surge o compromisso político do aumento da Pista, antes era com

sobranceira e arrogância política do “quero, posso e mando” da maioria absoluta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Este timing revela os truques do Partido Socialista, deixar para depois assuntos prementes e que são instrumentalizados para angariar votos, isto é lamentável e o povo deve entender o nível de demagogia protagonizado por esse partido, finalizando, é obvio que o Grupo Parlamentar do Partido Popular Monárquico apoia este Projeto de Resolução, visando o aumento da Pista do Aeroporto do Pico, que é uma questão de estratégia de futuro para os Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

O que tivemos aqui por parte do Sr. Deputado Rui Martins, foi um novo paradigma das concessões, ou seja, a VINCI, quando se for embora, como não pode pegar no Aeroporto e levá-lo consigo debaixo do braço, também não tem nenhuma obrigatoriedade de investimentos, é o novo paradigma aqui das concessões.

Sr. Deputado Marco Costa, face à sua intervenção e àquilo que disse que eu tinha perdido, Sr. Deputado Marco Costa, tenho um lema na vida, que é: nunca perco! Eu ganho sempre, nem que seja experiência, agora o Sr. Deputado Marco Costa é que perdeu é que esqueceu-se de verificar as datas do último Plenário e o último Plenário começou de 19 a 22, portanto, não foi dia 25...

Deputado Marco Costa (PSD): A senhora é que disse 25!

A Oradora: ...que o Sr. estava todo contente, não foi dia 25 que o Sr. estava todo contente no Pico, foi dia 18 e a publicação por parte do Governo Regional aconteceu no dia 22, que foi a sexta-feira, o último dia do Plenário, portanto, Sr. Deputado Marco Costa, tem que estar mais atento.

Sra. Secretária, posto isto, e face aqui ao que importa realmente e é não entrar nestas partidarites aqui, o que interessa realmente a obra do Aeroporto do Pico, como já foi referido aqui, é um investimento

estruturante e o facto é que falou e muito bem no Dr. José Morais de Cabral, uma pessoa de quem eu conheço bastante bem...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

(Berta Cabral): E eu!

A Oradora: ... e o facto é que fiquei sem perceber se já tinha sido submetido o formulário e pergunto-lhe, porque, realmente isto é determinante para o avanço desta obra, pergunto-lhe se face à rapidez com que o Dr. José Morais de Cabral lhe respondeu e bem, porque é uma marca do trabalho dele, pergunto-lhe se, com a mesma rapidez lhe respondeu, se já submeteu o formulário e se já há alguma resposta por parte da UNESCO, relativamente a esta matéria.

Obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Está em preparação!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Obrigado, Sr. Presidente

Primeiro gostaria de dar um cumprimento especial à Sra. Secretária, porque tomou posse recentemente e lhe desejar o maior sucesso nas suas funções, assim como, os outros Secretários que foram nomeados, portanto, desejo, obviamente, o maior sucesso.

Eu penso que, portanto, eu não iria fazer qualquer intervenção, depois da brilhante intervenção que a minha colega fez, mas de facto, a Sra. Secretária, veio-nos dar um conjunto de informações que nós desconhecíamos, até porque recentemente tivemos audições no âmbito da Comissão da Economia, com o anterior

Secretário, que eu acho que ele fez uma grande confusão, em que esta ampliação custava 60 Milhões, portanto, os 700 metros, penso que houve ali um conjunto de informações que nós não tivemos acesso, assim como algumas confusões.

Mas, obviamente, relativamente ao meu colega Marco Costa, eu acho que ele ficou um bocadinho excitado com esta questão toda da ampliação do Aeroporto do Pico, mas tenho que recordar aqui algumas coisas que são importantes.

O PS, como partido...

Deputado Marco Costa (PSD): É preciso pagar algumas coisas do passado!

O Orador: ...da governação, obviamente cometeu alguns erros, a verdade é esta, quem governa comete erros...

Deputado Gustavo Alves (PPM): É preciso é assumi-los!

O Orador: ..., aliás este Governo já o fez com as Agendas Mobilizadoras e está cá há um ano, portanto, e vai cometer outros, com certeza.

Mas devo referir que o meu colega e amigo Marco Costa, se houve aqui alguém, se houve um partido que teve sempre contra o castramento da mobilidade no Pico foi o PSD, e, eu recordo-o, repare, porque é que em 92, tem o argumento que não havia Fundos Comunitários, foi ampliada a Pista de 1200 metros para 1500 metros? Em 2003, eu vou ler uma intervenção que já li aqui nesta Casa do Dr. Mário Fortuna, que pertencia ao gabinete de estudos do PSD, sobre a ampliação da Pista do Pico e eu vou ler: *vem esta intervenção a propósito de recentes declarações do Professor*

Doutor Mário Fortuna, destacado Social Democrata e responsável pelo gabinete de estudos do PSD, em entrevista a uma rádio no passado dia 28 de fevereiro de 2003 e retomadas pela imprensa nos dias que lhe seguiram, considerando: que não faz sentido a ampliação do Aeroporto do Pico, pois não é essencial no Pico ter a sua própria Pista, dado que no fundo o que o Pico pretende é ser uma alternativa ao Faial, ainda bem que mudaram de opinião, ainda bem que mudaram de opinião, aliás, eu pessoalmente até fiquei muito contente quando o Governo, através da Resolução cria, portanto, o mecanismo de proteção da área, qualquer picaroto, agora eu acho é que não podemos fazer disto, como a minha colega estava a dizer, porque os factos foram transmitidos algumas evidencias pela Sra. Secretária, e bem, dos contactos que foram feitos, até com a UNESCO, nós desconhecíamos, portanto, agora quanto à irresponsabilidade do PS governar no Pico, meu colega e amigo Marco Costa, os resultados 2020 falaram por si!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Há pouco ouvi numa intervenção que alguém abordou o facto que este Governo está em funções já há quase metade dessa legislatura e que efetivamente o assunto Aeroporto do Pico continua, e passo a expressão, em *banho maria*. Sim, realmente isso é uma realidade, mas também é preciso atendermos à realidade e a realidade que nós todos sabemos é que essa Região, esse País, o Mundo, está agora a passar os restos de uma pandemia a nível mundial que nos trouxe tudo menos certezas, ou seja, foi um mar de incertezas e de um momento ao outro, tudo aquilo que era uma carta de intenções, até do outro Governo, passou a ser secundário, porque havia um objetivo maior, que era resolver o problema premente de saúde pública, de acautelar a economia dessa Região, e, na altura, que eu saiba, ninguém foi contra essa mudança de atitude em função da realidade, pois eu acho que em função daquilo que também já se passou com o Governo do Partido Socialista antes de outubro de 2020, também é preciso perceber que o Partido Socialista quando saiu da governação não deixou o problema da pandemia resolvido e não deixou, porque, ainda recentemente falamos aqui de problemas com a sustentabilidade do setor das Pescas, que foi levantado aqui nesta Casa, dos agricultores, dos profissionais da área do Turismo e de outras tantas atividades que viram as suas dificuldades acrescidas na nossa Região, pelo facto de estarmos expostos a uma

pandemia que não é do agrado de ninguém, mas que os problemas ficaram por resolver.

Não fosse a pandemia já razão suficiente para acautelar aquilo que seria os discursos e as prioridades de um Governo que tem que governar em rigor e acautelando as necessidades de maior premência, tivemos recentemente a situação da guerra na Ucrânia, que veio trazer mais incertezas ao mundo, temos também, um pouco antes disso, o começo da subida das taxas de juro a nível mundial, que veio trazer preocupações acrescidas a Países e a Regiões que têm endividamentos acima daquilo que é o normal e o aconselhável, temos ainda, e, mais recentemente a situação de S. Jorge que também merece atenção e cautela, porque nunca saberemos ao certo até que o tempo nos dê algum descanso o que é que poderá estar pela frente e temos ainda, e, é preciso lembrar essa situação, por exemplo, de assegurar as gateways do Pico, do Faial e de Santa Maria, que só muito recentemente é que parece que é uma luz verde de Lisboa, mas que eventualmente teria que se calhar para acautelar esse serviço público, que é o acesso a esses aeroportos através de gateways, que eventualmente o Governo da Região pudesse ter que intervir também nessa situação, ora bem, em todas essas situações que eu aqui demonstrei eu acho que era prudente sempre, que se falasse do Aeroporto do Pico, como do Aeroporto da Horta, que houvesse alguma prudência, para não criar falsas expectativas nas pessoas, porque uma promessa é uma dívida e eu entendo bem que houvesse prudência, por parte das palavras do atual Governo em comentar as obras do Aeroporto do Pico, até

mesmo na sua própria fase de projeto, porque obviamente, isso representa um compromisso com as pessoas que eventualmente e por motivo de força maior pudesse não se cumprir, porque de resto, de resto todos concordamos com o aumento da Pista do Aeroporto do Pico, como do Faial, como a certificação para voos noturnos de outras Pistas dos Açores que não têm...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ..., obviamente que todos concordamos com essas situações, mas há alturas da vida em que temos que fazer escolhas e as escolhas tendem e muito bem, a atender às situações de maior necessidade e acautelar os interesses mais fragilizados num povo que está dividido por nove pedaços de terra.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Já não era propriamente para intervir, mas, obviamente, tenho que dar aqui uma réplica à Sra. Deputada Alexandra Manes, porque vê-se que desconhece em absoluto o processo da ampliação da Pista do Aeroporto da Horta.

Porquê? Porque desconhece o que é que a VINCI está obrigada do ponto de vista contratual, desconhece quais é que são os valores que

a ampliação pode acarretar e aquilo que é o valor que a própria VINCI disse que ia disponibilizar para essa ampliação e desconhece o benefício de uma solução participada e o benefício que essa solução participada, tendo o Governo Regional à cabeça a liderar este processo politicamente, possa ter para o sucesso daquela ampliação e por isso não lhe reconheço com os seus trocadilhos e com *levar Pistas debaixo do braço*, não lhe reconheço, propriamente, que os seus argumentos tenham qualquer tipo de relevância para aquilo que são os desideratos dos faialenses e que por isso não vou valorizar mais.

Depois, relativamente àquilo que o Sr. Deputado Mário Tomé disse que havia aqui algumas coisas que não eram sabidas, mas isso mostra, exatamente que este Governo, relativamente, por exemplo, aos contactos com a UNESCO e relativamente à própria deliberação do Conselho de Governo, mostra que este Governo não está parado, ou seja, estava a trabalhar, trabalhou e continua a trabalhar, ato contínuo e isso é muito positivo e é algo que, lá está, ficamos todos a saber e deve sem duvida regozijá-lo a si, como nos regozija a todos, e por isso é que efetivamente é a prova de que não ficaram parados à espera e trabalharam proactivamente em arranjar soluções. E, efetivamente o que devia ter preocupado o Sr. Deputado foi esta questão que o Deputado Marco Costa levantou e muito bem, acerca do programa VITIS, que poderia condicionar aquela área, que agora vocês defendem, que agora defendem como sendo a solução mais adequada e que eventualmente durante os próximos quinze anos, não poderia ser utilizada e pior do que isso,

se depois viesse a ser utilizada estávamos a deitar por terra um investimento que tínhamos andado a financiar.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, Sra. Secretária.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Só uma nota final da minha parte, relativamente a este processo, tendo em conta as intervenções da Sra. Deputada Marta Matos e da Sra. Deputada Alexandra Manes.

Em relação à Sra. Deputada Marta Matos, custa-me dizer-lhe mas parece que não ouviu a minha intervenção ou então estava a falar para alguém que não estivesse nesta Casa, porque nesta Casa toda a gente percebeu que quando o Governo diz que está a cumprir um compromisso eleitoral, que está a cumprir um compromisso no que está no Programa do Governo, que já fez uma quantidade de diligencias no sentido de concretizar esta obra, eu não sei o que é

que precisa mais para dizer que há um compromisso do Governo Regional, relativamente à ampliação...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ...do Aeroporto do Pico, ponto! Claro, claro, como água, há um compromisso e vai ser cumprido, está a ser cumprido! Olha, eu só gostava, Sra. Deputada, que o Governo da República assumisse com a mesma clareza um compromisso com o Aeroporto da Horta, que é do seu partido!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Em relação à questão levantada pela Sra. Deputada Alexandra Manes, Sra. Deputada a resposta do Sr. Embaixador Morais Cabral, nosso Embaixador em Paris, durante muito anos e, portanto, conhecido de muita gente, como é óbvio e também da minha parte, diz exatamente que: *o formulário de apresentação da referida proposta, que se encontra em anexo às orientações técnicas para a aplicação da convenção do Património Mundial disponível, deve ser preenchido por nós, seria* (e esta parte é muito importante) *em todo o caso conveniente a preparação de um estudo de impacto patrimonial para acompanhar o pedido, e, portanto é nesta fase que*

nós estamos a aguardar a adjudicação deste estudo para depois apresentar o formulário acompanhado deste respetivo estudo.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação deste **Projeto de Resolução n.º 67/XII – “Ampliação da pista do Aeroporto do Pico”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário:

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Mário Tomé para uma declaração de voto, faça favor

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Obrigado, Sr. Presidente

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através do Projeto de Resolução n.º 67/XII, trouxe a debate de uma forma séria e responsável, um assunto de extrema importância para a ilha do Pico, para o Triângulo e para os Açores, a melhoria das condições de operacionalidade do Aeroporto do Pico.

A importância e a necessidade do investimento do Governo Regional dos Açores, na ampliação da pista do Aeroporto do Pico em 700 metros para oeste, como resulta dos estudos já efetuados e por ser a solução técnica que garante a operacionalidade sem limitações para as aeronaves de médio curso e toda a frota da atual SATA/Azoresairlines e contribui decisivamente para melhorar as condições de segurança e de diminuir as penalizações que se constata atualmente, criando assim, uma janela de oportunidade quer para a atratividade de novas rotas, permitindo o contínuo investimento da iniciativa privada e respetivo crescimento económico, potenciando o emprego e a fixação de pessoas.

A ampliação da pista do Aeroporto do Pico não é um capricho político para os Deputados do PS do Pico, e com certeza, não será para os colegas Deputados do PS do Pico, assim como para todos os Deputados desta Casa, mas sim, um reconhecimento e ambição justa dos empresários do Pico, das autarquias do Pico e da sociedade civil bem expressa na Petição sobre as questões de operacionalidade do Aeroporto do Pico.

Este é o momento, os Açores têm ao seu dispor um volume recorde de Fundos Comunitários, aproximadamente 3,2 Mil Milhões de euros, o que permitirá resolver situações de extrema importância para o desenvolvimento das nossas ilhas, como é o caso do aumento da pista do Aeroporto do Pico.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa, faça favor, para uma declaração de voto.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Como nós apresentamos aqui em debate, não iríamos afrontar de forma nenhuma esta iniciativa, acho que foi um momento importante para a perceção de qual é a leitura que existe sobre os compromissos tomados, sobre a forma como o Governo dos Açores está a trabalhar sobre questões estruturantes, como consideramos ser esta das questões relacionadas com a ampliação do Aeroporto do Pico, posicionamo-nos com responsabilidade ao longo deste processo, num compromisso que assumimos perante os picoenses e reiterando aquilo que são os momentos políticos de todo o processo, daquilo que foi o debate que aconteceu, daquilo que são os processos que da nossa parte, enquanto eleitos, continuaremos a defender os interesses dos picoenses e concordando com as palavras que foram tidas pelo colega Mário Tomé e Marta Matos, sobre a importância que teve em todo este processo da sociedade civil em particular com o grupo do Aeroporto do Pico, uma palavra para o Ivo Sousa, para o Luís Ferreira e para o Bruno Rodrigues, que

certamente nos estão a acompanhar neste momento, como muitos picoenses e que, de forma reivindicativa como sempre acompanharam este processo irão estar sempre à espreita para nos apoiar a todos na tomada de decisões e, em reivindicações que certamente podem ser mais ou menos acolhidas. E, portanto, é com muita segurança e satisfação...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que nos associamos a esse Projeto de Resolução na defesa desta infraestrutura que certamente irá estar, continuar a estar ao serviço de todos os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar para o próximo ponto da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 90/XII – “Recomenda ao Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia elétrica”**, é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente do Governo,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência de atrasos nos pagamentos de faturas a suportar com a iluminação das estradas públicas regionais, foi celebrado, em novembro de 2020, um acordo de pagamento entre a Região Autónoma dos Açores e a EDA – Eletricidade dos Açores.

As faturas abrangidas por este acordo de pagamento, referem-se ao período de agosto de 2012 a setembro de 2020, e o seu valor ascende a 6,5 milhões de euros.

O acordo firmado prevê o pagamento em 3 anos: de 2020 até 2022.

Em novembro de 2021 o Governo autorizou o pagamento dos encargos com juros de mora de cerca de 1ME euros relativos à 1ª tranche do acordo de pagamento – 2 ME -, faltando ainda apurar os valores dos encargos com juros referentes aos 4,5 ME ainda em dívida.

O acordo de pagamento celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a EDA - Eletricidade dos Açores previa o cálculo de juros de mora, sendo, no entanto, omissa quanto à taxa de juro a aplicar.

Os juros em questão foram calculados à taxa de juro comercial, ou seja, 7%, seguindo uma Recomendação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Essa recomendação (nº 1/2020) é apenas isso: uma recomendação e pretende dar orientações aos comercializadores de energia, no sentido de uniformizar as diferentes taxas de juro de mora que vinham a ser aplicadas aos seus consumidores em geral.

A ERSE recomenda a aplicação de uma taxa de juro civil - 4% - no caso dos consumidores particulares e taxas de juro comercial – 7% a 8%, no caso dos créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas.

Nada impede, no entanto, que outra taxa de juro seja acordada entre as partes e, neste caso, que a taxa seja menos penalizadora do erário público.

Esta recomendação da entidade reguladora claramente não foi pensada para uma situação relativa a dívidas de iluminação pública e ainda menos para uma situação relativa a dívidas de uma entidade pública não comercial, como é o Governo Regional.

O recurso cego a esta recomendação beneficia a EDA que verá os seus lucros aumentar à custa do contribuinte e de forma particular os seus acionistas privados.

O Governo Regional com esta decisão abdicou de defender o erário público e os contribuintes, para dar um brinde à República Popular da China, dona da EDP, e ao grupo Bensaúde, acionistas privados da EDA.

Este governo, como aconteceu no caso das agendas mobilizadoras, mais uma vez governa para os grandes interesses económicos.

Saliento que a região poderá vir a pagar, só em juros, cerca de 2ME por uma dívida de 6,5ME.

Valor a que se junta os juros das dívidas dos hospitais à EDA, dívidas essas que ascendem a 24ME.

Esta é uma taxa de rentabilidade obscena, um verdadeiro assalto aos cofres da região perpetrado pelo próprio governo regional.

Recordo que a EDA é uma empresa com 51% de capital público cujos enormes lucros – cerca de 27ME nos últimos 2 anos - não seriam possíveis sem a subsídio pública através da compensação tarifária - que em 2021 atingiu 83,9 ME - ou sem apoios públicos ao investimento que só em 2022 atingem 39ME.

Recordo ainda que metade dos dividendos da EDA vão direitinhos para os seus acionistas privados, EDP e grupo Bensaúde. Em 2021 a EDA distribuiu 7,3ME em dividendos.

Este parlamento não pode ficar impávido e sereno quando o Governo Regional beneficia os acionistas privados da EDA.

Sim, beneficia, porque a mais nenhum fornecedor relevante a Região paga taxas de juro deste nível sem sequer uma tentativa de negociação.

O Governo deve negociar as taxas a aplicar ao pagamento de juros de mora, referentes ao fornecimento de energia elétrica, quer da Região, quer de entidades públicas sob sua tutela, de modo a garantir uma redução significativa da taxa de juro.

Esta é uma proposta justa que pretende libertar os açorianos de mais um imposto encapotado: o imposto encapotado à EDA.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições, a Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faz favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Eu, gostaria de começar por dizer que nós só estamos aqui hoje a discutir esta Resolução, porque o Governo Regional anterior, do Partido Socialista, deixou de pagar a iluminação pública à EDA a partir de setembro de 2012, há dez anos, caso contrário não estaríamos com este problema aqui.

De acordo com o pagamento negociado, porque, entretanto, em 2020, o Governo anterior, através do Sr. Secretário, Vice-Presidente e Secretário Regional das Finanças, decidiu fazer um acordo com a EDA, assinado em 12 de novembro de 2020, talvez seja bom perceberem quando é que foram as eleições de 2020, e, esse acordo reconhece a dívida de iluminação pública entre 2012 e 2020 no valor global de 6 Milhões 550 Mil 935 e 98 cêntimos.

A cláusula 3º desse acordo diz expressamente, e eu vou citar: *remete para aplicação de juros de mora “juros demora”*, que como se sabe os juros de mora são publicados anualmente por despacho do Ministro da Justiça e o Ministro das Finanças até 15 de janeiro de cada ano.

Ora, se o Governo anterior não teve o cuidado de na cláusula 3ª especificar que taxa de juro é que se devia aplicar nesta situação, deixou aqui uma margem enorme, remetendo exclusivamente para juros de mora e juros de mora é um conceito juridicamente exposto neste despacho anual do Ministro das Finanças e do Ministro da

Justiça, esta é uma realidade, e, é essa a taxa que de acordo com a Resolução está aceite pela ERSE e que o Governo Regional pode cumprir ou contestar, e a Resolução vem, exatamente no sentido de nós reanalisarmos e de nós contestarmos eventualmente essa receita.

E, portanto, chegados aqui, Sr. Deputado, quero-lhe dizer muito claramente duas coisas: primeiro este Governo assume os compromissos assumidos, tenham eles sido assumidos por este Governo ou por qualquer outro Governo

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, compromisso assumido é compromisso cumprido!

Segunda coisa que lhe quero dizer, não excluimos renegociar as taxas de juro, não excluimos visitar este processo, não excluimos reconsiderar tudo isto, aliás também lhe acrescento, já pedi ao Prof. Eduardo Paz Ferreira, como sabe o autor da nossa Lei de Finanças das Regiões Autónomas, para fazer um parecer sobre esta situação, para com base nele nós adotarmos aquilo que considerarmos mais adequado na defesa dos interesses da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Em primeiro lugar, importa clarificar, Sra. Secretária, a Sra. secretária não resistiu à tentação, já era previsível, mas também, importava lembrar que havia um diferendo, relativamente aos direitos de passagem pela iluminação pública nas vias regionais e, portanto, essa parte a Sra. não referiu, tal como existiu no passado um diferendo com a EDA, relativamente à taxa de passagem pelas vias municipais e esse assunto foi alvo de um acordo e posteriormente resolvido e, portanto, isso influência, se existe uns valores que estão em dívida, resulta também desse diferendo, resulta dos valores de iluminação pública, porque havia diferentes entendimentos entre o Governo Regional do Partido Socialista e aquele que era o entendimento da EDA e que não era convergente e assumimos esse diferendo em defesa dos consumidores açorianos, sem qualquer problema e existia também um valor de iluminação que estava em dívida referente aos hospitais e sabe o que é que nos disse o Sr. Presidente da Administração da EDA em audição, Sra. Secretária? Disse que o Governo, do qual a Sra. faz parte não

pagava os hospitais, nomeadamente não pagavam eletricidade, e, portanto, a pergunta que eu faço é se neste momento os hospitais pagam ou não pagam eletricidade? Portanto, vou aguardar pela sua resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

A iniciativa do Bloco de Esquerda teve vários méritos, entre eles, ajudou a esclarecer a situação, quer os antecedentes desta dívida à EDA, por parte do Governo, relativamente à iluminação pública, e, portanto, nesse sentido é uma iniciativa meritória.

Mas há aqui um pano de fundo que é importante que se diga, o Governo devia seis Milhões e meio de euros à EDA, mas é preciso também ter consciência daquilo que era a dívida a fornecedores e que uma parte substancial ainda se mantém, porque é um problema profundo, não se resolve num ano de governação, que era a dívida a fornecedores em geral, aquilo que está na conta da Região 2019, a dívida não financeira da Região são duzentos e setenta Milhões de euros a fornecedores e a dívida não financeira, dívida a fornecedores em 2020 são duzentos e setenta e quatro Milhões de euros, nós falamos de valores elevadíssimos se pensarmos naquilo que é o PIB da Região, ou seja, aquilo que era a dívida a fornecedores da administração pública regional no perímetro

orçamental é superior a 5, 6, 7% do PIB, situação, perfeitamente insustentável, e, portanto, a dívida à EDA e que infelizmente não é só essa, mas essa dívida em concreto, é legítimo que, um partido, nesse caso o Bloco de Esquerda, levante a questão da taxa de juro que está a ser aplicada, muito acima daquilo que são as condições do mercado.

Mas, na verdade, aquilo que é o contrato celebrado com o Governo anterior, aquilo que foram as explicações prestadas pelo Sr. Presidente da EDA, demonstraram que a EDA, não estava a cometer qualquer ilegalidade e cumpria aquilo que são recomendações da Entidade Reguladora, ainda que, exista a margem entre os 4 e os 7%, que é uma questão que pode ser analisada, e, portanto, essa questão da dívida à EDA é uma questão complexa no âmbito daquilo que é a situação financeira da Região na próxima quinta-feira teremos oportunidade de falar das Finanças Públicas da Região, e essa é naturalmente uma questão relevante, a dívida a fornecedores, e, portanto, aquilo que é a iniciativa do Bloco de Esquerda e aquilo que foram as explicações da Sra. Secretária, leva-nos a apoiar a iniciativa, no sentido que, esta Assembleia...

Deputado Carlos Silva (PS): Em comissão não pensava assim!

O Orador: ... não se compromete em nada, não viola norma nenhuma, no sentido de recomendar ao Governo, aliás, aquilo que já anunciou a Sra. Secretária, no sentido que, havendo possibilidade de uma renegociação dessa taxa de juro, para um valor inferior,

naturalmente ganha o Governo, ganhamos todos nós, e, portanto, nesse sentido, de uma forma direta e simples apoiamos a iniciativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Relativamente a esta iniciativa do Bloco de Esquerda, consideramos que há aqui alguns factos que importa colocar à cabeça, o primeiro é que o Governo tem de ser pessoa de bem, ou seja, o Governo tem que assumir e arcar com as dividas que contrai, ou seja, o Governo não é mais do que qualquer outro cidadão que tem responsabilidades para com quem cumpre aquilo que são os serviços que são contratualizados, por isso, isso é logo o ponto assente.

Depois, o Governo tem que pagar aquilo que deve e aplica-se aquilo que está nos contratos e que a Sra. Secretária já explicou muito bem, que é o facto de deixar um bocadinho de forma, ou seja, de remeter para aquilo que são a publicação dos juros de mora, aquilo que é a publicação e por sua vez a aplicação a estas dividas,

e, por isso, de forma genérica, obviamente, que também não vemos qualquer problema em que o Governo tente negociar uma verba, uma taxa de juro, mais favorável à Região e aí, obviamente que estamos de acordo com aquilo que é a Proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado Carlos Silva (PS): Devia ter dito isso em Comissão!

O Orador: Não temos certezas...

Deputado António Lima (BE): Ninguém tem!

O Orador: ...quanto à possibilidade de isso vir a acontecer, não é!? Até porque, também não sabemos qual é que é depois os pareceres jurídicos que virão da parte da empresa em sede de negociações. De qualquer das formas cumpre a este Governo, se esta Assembleia assim o decide, cumpre a este Governo fazer essa negociação e conseguir o melhor acordo para a Região.

Mas há depois afirmações que o Sr. Deputado António Lima, obviamente não conseguiu não ceder à tentação de ir ali à tribuna e fazer uma série de acusações que já são típicas e conhecidas do Bloco de Esquerda e que têm a ver com a defesa do grande capital, não é um termo muito bloquista, é mais comunista, mas na essência vai dar ao mesmo e o que eu lhe pergunto, ou seja e não podemos concordar com as afirmações que o Governo Regional não defende os interesses dos Açores e dos açorianos, neste particular, porque a pergunta que lhe faço é: diz que o Governo Regional vai gastar dois Milhões de euros em juros, para pagar uma dívida de seis Milhões de euros e o que eu lhe pergunto é quanto é que a EDA pagou de juros em financiamento, para obter financiamento acerca dos

investimentos que queria fazer, que não pode fazer com capitais próprios, porque o Governo por exemplo lhe devia seis Milhões de euros, ou seja, e qual é que é a taxa de juro...

Deputado Carlos Silva (PS): É 1% em vez de 7!

O Orador: ... que a EDA se financia e qual é que é a taxa de juro a que o Governo se financia?

Pronto, sim, o mercado neste momento, mas essa é que é a realidade, agora a questão é quanto é que a EDA também pagou e o Sr. também não afirmou.

E depois há outro argumento que diz que a EDA, basicamente o Governo Regional está aqui a dar um rebuçado ou uma benesse à China e aos acionistas, esquecendo deliberadamente que o próprio Governo Regional é acionista da empresa e, obviamente também tem a sua quota parte de receita, não é?

Ou seja, na verdade, não vai tudo para a China como tentou aqui dizer.

E depois, relativamente ao argumento do Sr. Deputado Carlos Silva, que diz que a Sra. Secretária foi previsível, bem, o Sr. Deputado é que foi mesmo, mesmo, previsível, que obviamente já toda a gente sabia que ia fazer a questão do pagamento dos direitos de passagem.

Deputado Carlos Silva (PS): A Sra. Secretária não respondeu!

O Orador: Mas o que eu lhe pergunto é?

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): A pergunta é para ali, não é para aqui!

O Orador: O que é que fez o Governo Socialista, que saiu das eleições de 2012, relativamente ao apuramento daquilo que era a dívida da EDA à Região pelos direitos de passagem? Quanto é que a EDA deve à Região por direitos de passagem?

Ou seja, mas isso foi quantificado nestes Governos? Ou seja, quando o Governo Socialista em 2012 e em 2016, não, em 2012, não será a Sra. Secretária que vai responder por 2012 nem por 2016, se calhar temos aqui o responsável máximo dos Governos anteriores que se calhar nos pode elucidar, quanto é que o Governo Socialista de 2012 e o Governo Socialista que saiu das eleições de 2016, quanto é que apurou e quanto é que faturou à EDA sobre os direitos de passagem, porque há uma coisa, que nós aqui no CDS defendemos, é que aqui não há deixar de pagar dívidas unilateralmente porque achamos que há dinheiro do outro lado a haver.

O que tem que acontecer é: a EDA fatura ao Governo Regional aquilo que é a despesa com a eletricidade na iluminação pública e o Governo Regional fatura à EDA aquilo que são as verbas pelos direitos de passagem, o que eu gostava de saber é o que é que fez o Governo de 2012 e o Governo de 2016, relativamente à faturação e se conseguiu ou não conseguiu boa cobrança dessas faturas, essa é que é a pergunta que se impõe, quando quiserem falar sobre direitos de passagem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo, regressamos às 18h30.

Eram 17 horas e 58 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, estávamos no debate do Ponto 7 da Agenda, Projeto de Resolução nº 90/XII, e estava inscrito o senhor deputado António Lima a quem dou a palavra, faz favor senhor deputado.

Eram 18 horas e 34 minutos.

(*) Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente

Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo

Eu inicio esta intervenção começando por referir, e na sequência de algumas críticas que foram feitas ao Bloco de Esquerda por não se ter referido à dívida, à existência da dívida propriamente dita, eu, quer dizer, por princípio como é obvio, não devem existir dívidas aos fornecedores, não deveriam, mas a verdade é que elas existem, e neste caso até, possivelmente, por algumas divergências que existiam como já foram aqui referidas sobre a questão dos direitos de passagem. No entanto o que importa é a forma como se resolve

este problema, a dívida obviamente vai ser liquidada, vai ser paga, há um acordo de pagamento, mas, foi este Governo, perante uma interpretação do governo e da própria EDA que decidiu assumir uma taxa de juro de 7% que implicou dois Milhões de euros de juros, que já foram pagos um milhão de euros, já foi pago decidiu, pagou um milhão de euros na verdade, esse Governo decidiu pagar aquela taxa de juro. Agora, agora está a reconhecer alguma razão ao Bloco de Esquerda, mas já lá vamos, e ainda bem. Mas Sra. Secretária como referiu, disse que este Governo assume os compromissos, mas eu diria mais, diria que o compromisso de qualquer governo é, em primeiro lugar, com os seus cidadãos e com o interesse público, e a defesa do interesse público impõe, impõe que o governo perante uma situação que prejudique efetivamente o interesse público, e prejudique efetivamente os contribuintes, deva procurar encontrar uma solução menos penalizadora e uma solução menos penalizadora. que não prejudica em nada a EDA, que, com uma negociação de uma taxa de juro mais baixa, substancialmente mais baixa como defendemos, receberá ainda juros de mora e terá ainda uma rentabilidade a partir dessa dívida muito superior àquela que qualquer aplicação financeira tem no mercado neste momento. Por isso, será sempre um grande negócio para a EDA, não será prejudicada em nada, a não ser que não se pague juros de todo e que não me parece que seja essa a intenção e nem é isso que estamos a propor.

Eu, gostaria também de referir que, se o acordo de pagamento que existiu de novembro de 2020 foi uma responsabilidade

naturalmente do anterior governo, aquelas que são as dívidas de outras entidades nomeadamente dos hospitais, a quem, que devem um valor, uma verba muito substancial, mais de vinte milhões de euros à EDA, a forma como essa dívida será liquidada e os juros de mora a aplicar é uma responsabilidade deste governo, e esta Resolução, este Projeto de Resolução que nós trouxemos aqui, pretende também precaver a existência de pagamentos de juros de mora desta monta como foram definidos para as dívidas de iluminação pública, é por isso que nós fazemos referência a outras dívidas e não apenas às de iluminação pública, é que se aplicando a mesma taxa de juro e tendo em conta uma maturidade semelhante dos hospitais, semelhante àquela que existe na iluminação pública, podíamos estar a falar de cerca de sete Milhões de euros só em juros, para os hospitais, a que somam dois Milhões de euros de iluminação pública, seria um valor absolutamente astronómico para uma dívida de cerca de vinte e seis e meio ou vinte e sete Milhões de euros. Um juro de nove milhões de euros, o que seria de facto uma espécie de Euromilhões que seria atribuído à EDA, isso seria, é inaceitável e seria inaceitável. Ainda bem, Sra. Secretária, que o Governo reconhece, agora que poderá ser feito diferente, mas não é apenas o Governo que reconhece, é a maioria que suporta o Governo, que agora parece reconhecer, pelo menos alguma razão na proposta do Bloco de Esquerda.

Mas não foi isso que nós ouvimos em Comissão, aliás, tanto o Governo como a EDA e os partidos que suportam o governo, diziam que isto, que renegociar esta dívida era ilegal. Este juro, não

é dívida, o juro, renegociar esta taxa de juro era ilegal, que não poderia ser, que isso era até quase imoral, que beneficiaria a Região em comparação com os outros clientes da EDA. Ora, esses argumentos foram por demais utilizados, e ainda bem que agora reconhecem a razão que o Bloco de Esquerda tem nesse aspeto.

Mas não posso deixar de citar, por exemplo, para se ver ao ponto que chegou a maioria quando se estava, quando no debate público sobre esta matéria, o CDS, pela voz do Sr. Deputado Pedro Pinto escreveu: *a ERSE recomenda o cumprimento da lei que se aplique aos consumidores privados uma taxa de juro civil, e aos consumidores comerciais uma taxa de juro comercial de sete e oito por cento. Para o Bloco de Esquerda...*

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Estava a citar a ERSE!

O Orador: ...,dizia o senhor deputado Pedro Pinto *está fora de questão cumprir a lei e propõe fazer uma nova lei à medida, para que o Governo Regional ou entidades públicas paguem só quatro por cento de juros de mora, a taxa civil, gerir o erário público está fora das considerações, quando surgem problemas fazem-se novas leis à medida.* Sr. Deputado está a ver...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está a ver?

O Orador: ...que o seu Governo reconhece que afinal aquilo que nós pedíamos não era uma lei à medida, era que se houvesse moral e que houvesse ética e que se defendesse o interesse público e agora finalmente o Governo reconhece que há algum sentido nessa proposta e veremos como é que a concretiza. Mas ainda bem que mudou de opinião e que irá votar favoravelmente...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Presunção e água benta...

O Orador: ... julgo eu, a proposta. Sra. Secretária, mas eu tenho uma pergunta relativamente à sua intervenção e àquilo que referiu que seria o entendimento e a intervenção que o Governo Regional ia ter sobre esta matéria, referiu que iria solicitar um parecer ao Professor Doutor Paz Ferreira sobre este assunto em concreto, mas eu gostaria de pedir um esclarecimento, Sra. Secretária relativamente a este parecer e à intenção do Governo, uma vez que ao que parece esta proposta será aprovada e que este parlamento recomendará efetivamente ao Governo que negocie uma taxa de juro distinta mais baixa com a EDA, gostaria de perguntar se o que irá pedir exatamente o Governo ao professor doutor Paz Ferreira, se irá perguntar se é possível, de forma lacta, ou se procurará cumprir, cumprindo aquela que é a recomendação que este parlamento fará, se procurará adquirir segurança jurídica para fazer essa negociação com maior força, com maior segurança, é porque a EDA tem um entendimento que o Governo tinha, aliás eram, eram estranhamente coincidentes, de que a lei obrigava à aplicação desta taxa de juro, o que é que o governo vai pedir neste parecer, vai pedir segurança de juro na posição de que é possível negociar e reduzir esta taxa, ou vai perguntar em abstrato ao Professor Doutor se é possível ou não, é porque isto faz toda a diferença.

Muito obrigado.”

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, faz favor senhor Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária, nós registamos o seu silêncio...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Já terminou o debate?

O Orador: ... perante a pergunta que fizemos, espero que... não... não acabou o debate Sra. Secretária, mas fiz uma pergunta, agradeço que responda e que não faça como o governo tem feito a não responder aos requerimentos quando eles existem para prestar esclarecimentos ao Parlamento, portanto fico a aguardar pela sua resposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

De facto Sra. Secretária, eu não sei se o Sr. ex-Secretário Mota Borges fez uma transição de pasta, de pastas consigo, porque na audição que foi realizada na comissão de economia, na audição realizada na comissão da economia, o Sr. Secretário achava que esta proposta não fazia qualquer sentido, que cabia à região pagar os 7% e nem sequer pedir um parecer jurídico. Na audição realizada em março, eu questioneei o Sr. Secretário Regional se existia algum parecer jurídico que sustentasse a posição do Governo, o Governo mais uma vez não respondeu, e, portanto, também seria importante que o Governo no momento em que decidiu pagar os 7% da taxa de juro, tivesse alguma base jurídica...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Alguma base jurídica?!

O Orador: ...sobre o pagamento desse valor, até porque foi o Sr. Presidente da EDA que realçou que o pagamento de uma taxa de juro de 7% era até imoral, quando a própria EDA financiava-se a taxas de juro de 1%, e, portanto, as palavras não são minhas, são do próprio Presidente da EDA a esse respeito.

Disse também, também realço aqui além da alteração de posição do Governo Regional, a alteração de posição da maioria que sustenta o Governo. O Deputado António Vasco tentou trazer o assunto da dívida para desviar as atenções, mas o Sr. Deputado António Vasco esquece de um pormenor muito relevante que é o prazo de pagamento a fornecedores nesse momento é exatamente igual àquele que se registava em 2019, por exemplo, e os Srs. na altura criticavam os Governos do Partido Socialista. No final do primeiro trimestre de 2022, o prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 122 dias e, portanto, eu não vejo os Srs. indignados como estavam antigamente, é verdade que existem desafios, não começaram agora, é verdade, mas a realidade que existia até 2020 é uma realidade que estava publicada e era conhecida por todos, mas merecia da vossa parte severos reparos.

Também o Deputado António Vasco esquece-se de um pormenor muito relevante, quando fala de dívida, esquece que o governo que suporta é responsável pelo aumento da dívida de 280 milhões de euros em 2021 e esse também é um facto relevante que não se devia esquecer quando vem acusar os Governos do Partido Socialista. Relativamente à proposta, nós entendíamos na audição e mantemos

a posição hoje de que a taxa de juro que estava a ser aplicada resultava de uma interpretação que o governo fazia que no nosso entender não era a que defendia os interesses dos açorianos. Porquê? Porque é a própria ERSE no comunicado e na recomendação que faz que reconhece e irei citar que: *a ERSE verificou a existência de práticas muito distintas entre os comercializadores, havendo situações de cobrança e não cobrança de juros pela mora, e quando cobrados, a aplicação de diferentes taxas de juros legais, taxa de juro civil atualmente de 4%, ou taxas de juro comerciais presentemente 7 e 8%*. Já explicou o Bloco de Esquerda e bem que a interpretação entre consumidores e atividades comerciais pode sustentar aqui à adoção de uma taxa de juro mais baixa que os 7% que foi o que defendemos em Comissão e que faria todo o sentido ao Governo Regional solicitar um parecer jurídico não agora, mas já em março defendíamos isso, e, portanto, ficamos satisfeitos que a Sra. Secretária pensa o mesmo que o Partido Socialista a esse respeito, e de certeza que dará outra segurança à operação.

E para concluir, também nós na altura questionamos Sra. Secretária, se o Governo tinha encetado algum contacto com a ERSE, de forma a averiguar se a aplicação de uma taxa de juro mais baixa também teria aceitação por parte da entidade reguladora, porque é óbvio que as recomendações devem ser tidas em conta, mesmo que seja apenas uma recomendação, se for possível aplicar uma taxa de juro mais baixa, eu creio que ganharão sobretudo os açorianos, e é essa a nossa principal preocupação.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente,

Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo,

Esse Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, para não dizer que é *melhoral*, eu vou dizer que é *benuron*, não é mal nem bom. Mas principalmente, já lá vou Sr. Deputado António Lima, mas principalmente todo esse processo, quer o processo dos direitos de passagem, quer o processo da cobrança de juros pela EDA, deve ser revisitado não só pela Sra. Secretária que já demonstrou abertura para o visitar, mas devem ser revisitados por todos nós. E devem ser revisitados com argumentos que ponham de uma vez por todas claro aqueles que são os atributos das autarquias locais em termos de direitos de passagem, quais são os direitos de passagem que de facto cabem às autarquias locais, e não será demais lembrar que há autarquias locais que cobram direitos de passagem sobre infraestruturas que são da Região e que não são das autarquias e, portanto, este processo deve ser revisitado e deve ser revisitado o mais rapidamente possível, assim como também deve ser revisitado

um terceiro processo, além da negociação dos juros, que têm que ver com as necessidades que a EDA tem de consumos de energia noturnos e esses consumos de iluminação pública são, eu não diria 100%, porque no lusco fusco ainda há consumos e de inverno ainda há consumos elevados ao nível da atividade económica, mas, o que é facto é que a maioria desses consumos, para aí 80% deles são um favor quase que a Região faz à EDA na medida em que contribuem para os consumos excessivos durante a noite que aquela empresa tem que manter porque derivam na sua grande maioria, principalmente nas ilhas de São Miguel e Terceira, derivam de energias alternativas, energias limpas, energias renováveis. Esse Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que vamos votar favoravelmente, Sr. Deputado António Lima, não pela sua intervenção naquela tribuna porque o senhor consegue quase sempre estragar a bonomia dos pontos resolutivos das suas resoluções, com intervenções dogmáticas...

Deputado António Lima (BE): Não me diga que vai defender a República Popular da China?

O Orador: Não, não, isso deveria ser, a República Popular da China devia ser uma coisa que o Sr. Deputado António Lima, na sua ideologia comunista devia estar a defender e não eu! Eu nunca defenderia tal coisa.

Mas, porque precisamente, recomenda ao Governo que revise o processo de negociação da taxa de juro a aplicar. Eu percebo, nós não sabemos os contornos das negociações que existiram com o Governo anterior e com a EDA nos sentido do acordo que foi

firmado, nós percebemos que o acordo firmado deve ser cumprido pelo atual Governo, mas também não ficaria bem com a minha consciência se daqui dessa tribuna não exortasse o Governo a visitar esse processo e tentar de uma forma consequente, ativa, proativa negociar essa taxa de juro, bem como outras taxas que possam aparecer, outros juros de mora que possam ser cobrados a entidades públicas que estejam em atrasos com a EDA, com os serviços municipalizados e etc. etc. etc., porque nós sabemos que nomeadamente no Serviço Regional de Saúde esses atrasos são persistentes, são resilientes, usam uma terminologia muito atual, o Sr. Presidente do Governo está muito preocupado com os custos do Serviço Regional de Saúde, já quase que pede à República que nos pague a saúde, até porque ela se torna quase incontrolável para os nossos orçamentos, o Sr. Secretário das Finanças “coça no nariz” quando se ouve falar de saúde e por isso é importante que o Governo faça esse esforço de, para já, começar a tentar cumprir com esses fornecedores para não ter que pagar juros, porque os juros comerciais são sempre acima, os juros de mora são sempre acima dos juros comerciais, mas também não estamos aqui para aumentar sucessivamente o endividamento da região sob pena de hipotecarmos o futuro, não o nosso provavelmente, que já vamos em idade adiantada, mas dos nossos filhos, dos nossos netos, inclusivamente hipotecar a Autonomia dos Açores por via do endividamento excessivo.

Sr. Deputado António Lima, V. Exa. leva o voto desta bancada parlamentar, mas não poderia deixar de lhe dar esse reparo que,

quer na forma como o Sr. apresentou, quer até no preâmbulo do documento, não resiste à tentação do dogmatismo comunista de esquerda, socialista se quiser, do Bloco.”

Presidente: Obrigada Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente,

Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo

Nesta intervenção vou ser bastante pragmático. O Bloco de Esquerda coloca em causa os juros de mora, o valor dos juros de mora que estão a ser pagos. E, recomenda a este, solicita que este Governo, que este Parlamento, recomenda ao Governo Regional a renegociação deste processo. A verdade é que já o vamos fazer no caso desta iniciativa ser aprovada, já o vamos fazer numa situação de desvantagem, concordará comigo Sr. Deputado, e, dirijo-me a si porque é o proponente, que já existiu um momento em que a posição negocial da Região era melhor. E esse momento foi em 2020, quando se fez este acordo, este acordo que estabeleceu que a Região pague os 6,5 milhões de euros e estabeleceu também o seguinte, estabeleceu também, em relação ao qual crescem os respetivos juros de mora, em relação ao qual crescem os respetivos juros de mora. O Governo anterior não definiu qual era o valor desses juros de mora, não definiu, podia tê-lo feito, podia e devia, não o fez!! E era o momento adequado para o fazer, no âmbito de uma negociação em que se compromete a pagar os 6 milhões e meio de euros. Concordará comigo que esse era o momento de

negociação. E também, o Sr. Deputado Nuno Barata levanta aqui uma questão com que eu concordo, que é: e os direitos de passagem? E outras questões que poderiam ser negociados, digamos assim, em pacote, com, em pacote, com a EDA. Bom, aquele também era o momento, se a Região e o Governo anterior considera que deve ser ressarcida dessas verbas, bom então aquele também era o momento em que deveria ter sido colocado em cima da mesa essa matéria. Ou seja, o acordo, o acordo a que chegou deveria ter incluído esse conjunto de matérias e devia ter definido os juros de mora. Eu penso que esta é a posição pragmática e racional e o Governo anterior não o fez. E o atual Governo herda, portanto, um pacote, herda um assunto em que tem de fazer o quê? Cumprir o acordo, que é o que o Governo tem de fazer, porque isto é o Governo dos Açores, isto não é o Governo nem do PSD, do CDS ou do PPM nem é o Governo do PS, é sempre o Governo dos Açores, e os sucessivos Governos dos Açores cumprem os compromissos que os sucessivos Governos assumiram, em nome dos Açores. E, portanto, o que há aqui a fazer é cumprir o acordado. O que eu quero aqui referir é, chegada a esse momento, os juros de mora, bom, a ERSE define que, nesta recomendação, que vossa excelência, bom, isto é apenas uma recomendação, não, é uma recomendação de uma entidade que tem, que tem atribuídos pelo estado competências específicas nesta matéria enquanto regulador, não é uma entidade qualquer...

Deputado António Lima (BE): Ninguém disse isso!

O Orador: ... não é, é uma entidade que tem competências específicas que lhe foram atribuídas e delegadas pelo Estado! Pelo Estado! E é uma entidade que transferiu para a EDA 80 milhões de euros em 2011, em 2012, 93 milhões de euros, em 2013, 92 milhões de euros, portanto, não é uma entidade qualquer, é uma entidade que financia, que financia muito significativamente a EDA, e que tem competências que lhe foram delegadas pelo Estado Português. Portanto, neste sentido, daqui o que, a recomendação é simples, a recomendação diferencia e diz e vou ler: *a aplicação das taxas de juro civil, supletiva e legal aos contratos de fornecimento de energia celebrados com consumidores tipicamente clientes domésticos, deve ser aplicada, portanto esta taxa de juro civil e para, e aos outros o que diz é muito simples e na minha perspetiva bastante fácil de ler e de interpretar, a aplicação das taxas de juro comercial, supletivas legais apenas aos contratos de fornecimento de energia celebrados com restantes clientes*, quais são os restantes clientes? São os clientes não domésticos, são os clientes não domésticos, ou seja, são todos os outros. Ora, a região é um cliente doméstico, cabe nessa categorização? Não me parece! Não me parece, não tem qualquer racionalidade dizer. Portanto, há 2 tipos de clientes, os domésticos e os não domésticos. V. Exa o que define é que a Região é um cliente, que a Região é um cliente doméstico, é o que o Sr. está a dizer. Oiça, o português é como é, a interpretação, a interpretação não pode ser feita de outra forma. Portanto, disse o senhor, os responsáveis do Conselho de Administração, disseram o seguinte: nós não queremos que nos sejam imputadas

responsabilidades, perante esta recomendação da ERSE, perante as entidades competentes, perante o Tribunal de Contas, nós, nós, consideramos que as taxas de juro, nós consideramos que a taxa de juro, a taxa de juro que tinha de ser aplicada é a taxa de juro, a taxa de juro comercial e se não fizéssemos poderíamos ser imputadas as responsabilidades por parte do Tribunal de Contas a esses gestores, foi o que eles disseram. Não lhe parece legítimo que tenha esta interpretação de acautelar com o seu, que a forma como estão a decidir é uma forma legal? Eu penso que há legitimidade por parte do Conselho de Administração de acautelar que o seu procedimento é legal, porque têm responsabilidades, podem lhes ser atribuídas responsabilidades, podem ser, são gestores públicos, são gestores públicos e como sabe têm especiais responsabilidades. Portanto, diz V. Exa. agora, bom, mas nós, mesmo assim, vamos recomendar. O Parlamento recomenda que se tente encontrar uma solução menos penalizadora para a Região. Nós podemos fazê-lo, podemos fazê-lo, mas o que eu lhe quero dizer, o que eu lhe quero dizer é que já partimos de uma posição enfraquecida Sr. Deputado, já partimos de uma posição enfraquecida porque se quiséssemos impor outra coisa isto deveria estar no acordo, e no acordo não foi acautelado por parte do anterior Governo Regional. E segundo ponto, negociar em pacote tudo o resto, sim Sra., concordo com isto, mas também isto não foi acautelado pelo anterior Governo Regional, e é por isso que eu lhe quero dizer é que, nesta matéria, nesta matéria a posição do Governo Regional já está enfraquecida, recomenda que mesmo assim se faça, com certeza! Com certeza!

Pode fazer-se, mas neste momento, nesta fase do processo, o Governo Regional e as hipóteses de sucesso já não são tão grandes, como se tivéssemos tido esta cautela no início deste processo, e, portanto, este Governo, está a herdar um processo que não foi bem defendido por parte do Governo Regional anterior.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Senhor Deputado António Lima, há pouco quando o senhor disse que a maioria mudou de opinião, Sr. Deputado, a maioria nesse caso são 29 deputados, Sr. Deputado, o Sr. nunca ouviu da minha boca que estava ao lado dos outros não sei quantos Deputados, que eu já não sei se eram 25, 27 ou 28. O Sr. nunca ouviu da minha boca que estava ao lado de uma posição que defendia que tínhamos mesmo que pagar os juros à EDA, e que isso era assunto inegociável. Não, Sr. Deputado, eu fiquei tão escandalizado como o Sr. deve ter ficado quando viu o Conselho de Administração da

EDA representado na Comissão a dizer que o assunto era um assunto resolvido, de que os juros é para pagar e acabou. Portanto, e vi essa intransigência por parte do Conselho de Administração da EDA ao mesmo tempo que vi um Governo fragilizado ou mostrando fragilidades a falar sobre este assunto. E eu na altura, se quer que lhe diga, fiquei mesmo muito incomodado porque percebi aqui que trata-se de um assunto muito sério, porque desde logo, porque está-se a pedir ao Governo Regional dos Açores que pague juros, os aproximadamente 9 milhões de euros que o Sr. referiu ou outro valor que se aproxime disso, de uma situação que tem a ver com iluminação pública, um bem de primeira necessidade, e o abastecimento de energia elétrica aos Hospitais da Região. Ou seja, no limite o que estaríamos aqui a falar é que, estes ditos 9 mil euros são tirados ao Governo Regional, para pagar juros à EDA, que no limite estamos a falar, é dinheiro tirado à tesouraria dos hospitais para prestar serviços de saúde aos nossos doentes, para pagar juros a um parceiro do Governo Regional, que não poucas vezes tem sido beneficiado com a parceria que existe entre o Governo e a EDA em determinados investimentos que vão acontecendo ou que aconteceram ao longo de muitos anos e que não vamos aqui criticar, mas que decorrem daquilo que é a atividade normal da EDA e daquilo que são as funções do Governo da Região. Portanto Sr. Deputado, eu nunca mostrei que era a favor a essa situação e até à hora de votar, o Sr. havia de contar com a minha posição, nunca disse que era a favor nem a contra, mas, mas votaria, mesmo, mesmo que houvesse outra postura por parte deste Governo como a

Sra. Secretária já mostrou, mesmo que fosse outra posição igual à do antigo Secretário, obviamente que eu estaria ao seu lado nesta situação, porque trata-se de fazer justiça. Trata-se de deixar a tesouraria nos hospitais, em grosso modo trata-se de deixar a tesouraria nos hospitais que por outra razão poderiam parar aos cofres da EDA, e o negócio da EDA que eu saiba é produzir e vender energia, não é vender dinheiro, porque o que temos aqui a discutir essencialmente é que estaríamos, a EDA estaria a vender dinheiro, a comprar dinheiro a uma taxa de juro baixa, para vender à taxa de juro comercial, e isto, e isto numa terra onde há muita gente pobre e que vive com dificuldade e que tem que recorrer aos serviços de saúde públicos por não ter outra forma de o fazer, para conseguir mais alguma saúde, obviamente que não era esvaziar os cofres da Região de aproximadamente 9 milhões de euros, sem, e passo a expressão, sem pelo menos dar luta. A Sra. Secretária já disse que encomendou um parecer ao Doutor Paz Ferreira, sinceramente, eu acredito que o parecer vai ser favorável à Região, e sinceramente ainda acredito mais que depois de toda a discussão que esse assunto trouxe, eu acredito que o próprio Conselho de Administração da EDA terá alguma dificuldade em justificar as taxas de juro comerciais que defendia há umas semanas atrás em Comissão. Portanto, eu acredito sinceramente que esse assunto vai ter um desfecho feliz, precisamente porque a forma como esse assunto foi trazido a público, mostra alguma imoralidade em pagar esses valores de juros a uma empresa que tem lucros anuais todos

os anos e que vive também, vive também é preciso percebermos isso, daquilo que são as transferências que a entidade reguladora proporciona a essa empresa, e que essas transferências é que permitem que os acionistas da EDA têm os lucros que têm, e que todos os anos metem esse valor ao bolso. Eu não quero aqui assumir dogmas de esquerda, mas acima de tudo, estou sendo pago para defender os interesses da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente,
Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Nuno Barata, não resisto em lhe recordar que quem teve negócios muito avultados com o partido comunista chinês e a República Popular da China, foi, foram ali os seus parceiros do PSD e do CSD e do qual, do Governo, que a Sra. Secretária Berta Cabral fez parte e que privatizou o que restava da EDP, não foi o Bloco de Esquerda, a memória é sempre algo que é fundamental de avivar em qualquer debate.

Mas, Sr. Deputado Paulo Estevão faz uma intervenção que eu fico sem perceber como é que irá votar, mas no fim logo veremos, mas de facto é curiosa. Diz o Sr. Deputado que existiu um momento em que a posição negocial da Região foi melhor.

Sr. Deputado Paulo Estevão, concordo em parte, não muito, em parte consigo. No entanto, eu não posso deixar de recordar que a Região, e não vou falar de estrutura acionista, vou falar de relações comerciais, a Região é o maior cliente, de longe, da EDA. Vai me dizer o Sr. Deputado que a Região não tem poder negocial, o maior cliente de longe dessa empresa não tem nenhum poder negocial junto da EDA? Bem, isso ninguém, ninguém, acreditaria nisso, e não estou a falar da estrutura acionista, estou a falar da relação comercial pura. A Região é, nas suas entidades tituladas e enquanto administração pública direta, é de longe o maior cliente da EDA. Tem, como terá sempre de ser, um grande poder negocial perante essa empresa, qual será o fornecedor que não quer negociar nada com o seu cliente, provavelmente quer ir à falência, não será de certeza o caso. Mas, Sr. Deputado Paulo Estevão, o que está aqui em causa não é apenas o que está para trás, não é apenas o que já foi acordado no tal acordo de 2020, há as dívidas dos hospitais, que são muito mais avultadas, para cima de 20 milhões de euros, e a taxa de juro que será aplicada, ou não será aplicada a essa dívida, não está definida, e esta Resolução, e eu vou ler para que fique bem claro, procura precaver também essas dívidas, porque diz o seguinte no seu ponto

1: Recomenda o Governo Regional que proceda à negociação das taxas a aplicar ao pagamento de juros de mora referentes a dívidas da Região Autónoma dos Açores e das entidades públicas sobre a sua tutela, à EDA, referentes ao fornecimento de energia elétrica, incluindo os juros relativos à iluminação pública, referente ao

período de agosto de 2012 a setembro de 2020, estabelecidos em acordo de pagamento anteriormente celebrado. Ora, o que esta resolução procura precaver, não só a questão da iluminação pública já prevista no acordo, mas também outras dívidas, que à data que nós escrevemos e propusemos esta, esta, esta recomendação, não conhecíamos os valores, mas sabíamos que existiam, procura precaver a taxa de juro que irá ser aplicada a estas dívidas. E, em nosso entender, esse parlamento não deve, de forma alguma, aceitar que se pague 7% de juros de 20 milhões de euros que estão em dívida nos hospitais. Isso seria completamente absurdo, seria imoral, aliás, como a EDA reconheceu que a taxa é imoral, porque é imoral porque nós estamos a falar, e é preciso que fique claro, também, nós não estamos a falar de um cliente qualquer, não é uma empresa que usa eletricidade como fator de produção, ou que vai produzir, vai vender produtos. Nós estamos a falar de serviços públicos, iluminação pública, é um serviço público absolutamente central, fundamental hospitais públicos, quer dizer, o acesso à saúde não é um negócio, pelo menos para o Bloco de Esquerda, não é um negócio, e estamos a falar de um serviço público, não estamos a falar de nenhuma, de nenhum negócio, de nenhuma empresa que tem fins comerciais, estamos a falar de serviço público. E, relativamente a esta recomendação da ERSE, eu gostaria de dizer em primeiro lugar que foi assumido pelo Governo em Comissão que não tinham questionado a ERSE sobre esse assunto, aliás, é algo que deve ser feito, obviamente que ninguém quer que a

recomendação seja ignorada, não deve ser ignorada, mas é uma recomendação. Não estou, não estou a contradizer!

Deputado Pedro Pinto: Mas então o Sr. está-se a contradizer! Defina-se!

O Orador: A recomendação é uma recomendação, e a ERSE deve ser consultada.

Deputado Pedro Pinto: Para quê? Para dizer que fez a resolução?

O Orador: Deve ser consultada com a posição sustentada do Governo. O Governo tem, deve ter, uma posição de negociar essa taxa, deve consultar a ERSE para precaver qualquer interpretação da ERSE que possa prejudicar a Região. Como é óbvio! Como é óbvio! Agora, isso não implica, não implica que não se faça esse trabalho, e, atenção, a recomendação é uma coisa, a Lei é outra. Aliás, tanto o Sr. Presidente do Conselho de Administração...já lá vamos Sr. Deputado, e eu vou ler a recomendação, uma parte que é muito interessante, a recomendação prevê, já agora, a isenção de taxas de juro de mora.

Diz, começa logo por dizer, que se dirige aos comercializadores que não tenham optado por isenção de juros, ou seja, é a própria ERSE que prevê possibilidade simplesmente de não se pagar juros de mora...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente. E então? Assim está a dar-me razão!

O Orador: ...não se pagar juros de mora! E então, Sr. Deputado Paulo Estevão, se a ERSE, se a ERSE entende que se pode até não

pagar juros de mora, por maioria da razão pode aplicar uma taxa mais baixa, como é óbvio. Mas relativamente aos juros de mora...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Mas não é o Conselho de Administração. É a ERSE.

O Orador: ... não estou a dizer isso Sr. Presidente.

O Sr. Presidente do Conselho de Administração citou a lei 3/2010 que estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora por entidades públicas, que remete por sua vez para o código civil relativamente à taxa de juro a aplicar. O código civil, diz, claramente que os juros de mora, nomeadamente o artigo 806º, o seu número 3, diz claramente que *os juros são os legais, salvo, se antes da mora for devido um juro mais elevado, ou, atenção, se as partes tiverem estipulado um juro moratório diferente do legal*. Ora, as partes, as partes como aqui está dito no código civil, as partes podem acordar um juro diferente, isso está previsto na Lei, está previsto aliás como acontece em inúmeras situações, aliás, diga-me Sra. Secretária, a quantos fornecedores é que a Região paga a 7% de juros, de mora, certamente que há juros de mora, nos hospitais então é o que não falta, aliás, o Sr. Secretário da Saúde não me deixará mentir, os relatórios dos hospitais são claros, a Região não paga juros de mora aos seus fornecedores nos hospitais, exceto às entidades financeiras, aos fornecedores comerciais não paga juros de mora, porque é que há de pagar à EDA? Porque é que há de pagar à EDA, porque é que uma empresa qualquer fornecedora de um produto farmacêutico, não recebe 1 cêntimo de juros? A EDA recebe 7% de juros. Porquê? Qual é a igualdade que

está aqui? E eu não resisto também à questão da transparência, da transparência. Sr. Deputado Paulo Estevão, foi uma intenção sua muitas vezes reduzir o tempo de resposta dos requerimentos parlamentares. Olha eu tenho aqui um requerimento de 24 de fevereiro de 2022, já ultrapassou largamente os 30 dias que foi estabelecido por este Parlamento, e na altura perguntamos, entre outras coisas, qual foi a taxa de juro aplicada respeitante a dívida à Sata Air Açores, que originou o débito à Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas do montante de 1 milhão e 400 mil euros em 2020 e 401 mil euros em 2019. Queríamos comparar o tratamento que foi dado à Sata com o tratamento que está a ser dado à EDA.

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador: Por exemplo nós não tivemos a honra de ter uma resposta do Governo a tempo deste debate curiosamente e coincidentemente e, diria eu, até, que deu muito jeito ao Governo. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, o Bloco de Esquerda, esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente,
Sr. Presidente,
Srs. Deputados
Sr. Presidente e Membros do Governo,

Eu, pronto, o Bloco de Esquerda agora não sei se talvez com juro de mora eu vendo-lhe aqui algum tempo do CDS para poder responder, é uma pena que tenha, não tenha conseguido ficar com mais tempo, mas, e não vou alongar muito relativamente à acusação que faz, de a Sra. Secretária ter feito parte de um Governo que vendeu empresas a quem deu mais dinheiro, é um facto, o que eu lhe pergunto é o Bloco de Esquerda no Governo do Partido Socialista que viabilizou e que impôs ao Partido Socialista uma agenda, uma agenda que era do seu partido, quantas privatizações é que reverteu e qual é que foi o sucesso e o grande sucesso que é a TAP, porque o que eu lhe pergunto é o grande sucesso que foi a TAP, não é!? À conta do Bloco de Esquerda, muito bem. Mas, mas na verdade a minha intervenção era bem, era um bocadinho atitude de registo, aliás, o Deputado Carlos Silva há pouco com uma candura que não lhe é nada habitual, veio fazer só um registo, um registo de que a Sra. Secretária, que a Sra. Secretária não tinha, que a Sra. Secretária não tinha respondido, mas que a Sra. Secretária não tinha respondido quanto aos direitos de passagem. Mas o que eu pergunto à Sra. Secretária, uma vez que também o Sr. Deputado Carlos Silva não me respondeu, mas na verdade não está, não é ele que tem de responder porque não fez parte do Governo de 2012 e de 2016, mas, mas por isso eu pergunto à Sra. Secretária quantas faturas é que encontrou na sua secretária passadas pelo Governo Regional à EDA, pelos direitos de passagem de 2012, de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, quantas faturas é que encontrou na

sua secretária e pronto, e com esta candura também peço que responda.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faz favor Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo

Srs. Deputados que me colocaram questões, se alguma vez pensaram que eu não iria responder, eu acho que já perceberam que isso não é possível, oiça, há sempre, há sempre resposta para as coisas, podem ou não concordar com a resposta, mas resposta há. Sr. Deputado Carlos Silva, que foi o primeiro que me colocou aqui duas questões e teve a ver com, de alguma maneira uma certa manobra de diversão, foi chamar à ação a questão dos direitos de passagem que até por sinal ainda está por definir se são municipais, se são regionais, e as autarquias, pelo menos, consideram que são regionais, mas não é essa a questão, já lá vou, e também a questão de outras dívidas à EDA de outros serviços da administração regional, Sr. Deputado, sobre isto, o que há a dizer é o seguinte: Quando em 2020, um bocado tarde e a más horas, resolveram assinar este acordo com a EDA, tinham que ter incluído tudo, tinham que ter incluído tudo, porque não há razão nenhuma, nenhuma, que se conheça, para apenas tratar parcelarmente uma das

dívidas. Aí sim, e eu acompanho o Sr. Deputado Paulo Estevão, o poder negocial era muito maior. Mas eu não vou por aí...

Deputado Carlos Silva (PS): Já foi!

A Oradora: ... não vou por aí, ainda, ainda esta questão tem que ser dita, não foi feito, e este acordo é uma grande trapalhada, quer o Sr. queira, quer não.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Porque este acordo, não só pela oportunidade da altura e do momento em que foi feito, já depois das eleições regionais, como pela forma que foi feito, que é como se diz em cima do joelho! Tem meia dúzia de cláusulas e remete para juros de mora e logo se vê, quando devia ter lá escrito, e, de acordo com o Sr. Deputado António Lima, devia estar lá especificado qual era a taxa de juro, que não precisava de ser taxa de juro, bastava o spread sobre, bastava fixar o spread sobre uma taxa de juro de referência, obviamente! Obviamente! E assim o que é que lá está? E o que é que lá está assim? Está taxas de juro de mora, e taxas de juro de mora é um conceito muito amplo e aliás bem definido no código civil, como aqui foi referido também pelo Sr. Deputado António Lima.

Portanto, vamos lá ver uma coisa, o acordo, o acordo podia ter englobado tudo, o poder negocial nessa altura era maior, não

englobou, e não definiu as taxas de juro, isso é um facto, não vale a pena...

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que foi dito, Sra. Secretária!

A Oradora: ... nós andarmos aqui às voltas. É um facto.

Outra questão que me colocou o Sr. Deputado António Lima é sobre o parecer que foi pedido ao professor Eduardo Paz Ferreira, obviamente que remetemos toda a documentação para o Professor Eduardo Paz Ferreira, na nossa perspectiva, na nossa perspectiva!

Eu quero é repor-lhe toda a informação na mão, para ele interpretar aquela informação e dar-nos um parecer que supostamente nós queremos que seja favorável para a renegociação. Porque nós estamos aqui com essa postura, nós estamos aqui com a postura de quem quer renegociar, não vale a pena, não vale a pena estarem aqui, com, com interpretações, ou com intervenções, não, não, eu não estou a falar consigo, estou a falar em geral, com intervenções e com interpretações como se nós não estivéssemos de acordo com isso. Porque às vezes sei que fico com a sensação de que os Srs. gostariam que a gente não tivesse de acordo com isto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É verdade... é verdade! Com tanta manobra, com tanta manobra discursiva é essa a sensação que fica, não queriam que a gente tivesse de acordo, mas nós estamos de acordo, pedimos um

parecer ao Professor Eduardo Paz Ferreira, e vamos fazer tudo para rever esta taxa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente,

Srs. Deputados,

Sr. Presidente,

Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, já estou quase arrependido de ter dito que ia votar favoravelmente este diploma.

(Risos da Câmara)

O Orador: Ambos cometemos um erro, Sr. Deputado: eu que me precipitei a dizer que ia votar favoravelmente e o Sr. que não gastou um bocadinho de tempo para o final do debate.

O Sr. Deputado António Lima acabou de dizer uma coisa fantástica, que esborralha completamente o dogma do Bloco de Esquerda, completamente!

O Sr. então acha que o Serviço Regional de Saúde devia pagar juros às farmacêuticas.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não disse!

O Orador: Já vou lá.

O Sr. disse que não paga juros às farmacêuticas, aos fornecedores do Serviço Regional de Saúde, então porque é que vai pagar à EDA?

Eu vou explicar-lhe, Sr. Deputado:

É porque os fornecedores, as tais farmacêuticas que o Bloco de Esquerda diaboliza, não cobram juros. Sabe porque é que não cobram juros? Porque há concorrência! Há liberalismo económico no setor da saúde, nos fornecimentos, e, é por isso, Sr. Deputado, como vê, o liberalismo económico na saúde funciona a favor dos utentes, ao contrário do monopólio do fornecimento de energia, que não funciona a favor dos utentes.

Sr. Deputado António Lima, afinal o liberalismo funciona e faz falta aos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É liberal e não sabia!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu gostaria de pedir para que fosse transcrita uma parte da minha intervenção, em que eu refiro as taxas de juro, ou juros de mora não aplicados aos fornecedores dos hospitais, aonde claramente se verificará que eu não disse que deveriam ser aplicadas. Apenas constatei a diferença de tratamento que existe entre a EDA e os restantes fornecedores. Não defendo nem defenderei que devam ser aplicadas. Não disse isso, Sr. Deputado Nuno Barata.

Sr. Presidente, peço que seja transcrito essa minha intervenção.

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Para pedir à Mesa que distribua a minha intervenção, se não foi claro, logo no início, que eu corriji a parte em que tinha dito que o Sr. Deputado António Lima tinha dito. Mas corriji a tempo e a horas.

Presidente: Muito bem está registado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sra. Secretária Berta Cabral, a Sra. faz parte de um Governo que não responde, esconde informação, e que acusa os Deputados de conflitos de interesses, portanto, quando fiz a acusação, sei bem do que é que fiz, e outra ... sim, o seu Governo responde ao Parlamento a dizer que não dá a informação aos Deputados e que os acusa de conflitos de interesses. E, portanto, quando afirmei aqui isto, sei muito bem do que é que estava a dizer.

Sra. Secretária, há uma palavra que a Sra. Secretária usou que tem a ver com trapalhada, e de facto é uma palavra que define bem o seu Governo, em tudo o que tem sido feito nos últimos 15 meses, e esse processo e essa recomendação que é feita pelo Bloco de Esquerda, e essa Resolução traduz bem porque o seu antecessor, o Secretário Mota Borges tinha uma posição completamente diferenteSecretário Regional Mota Borges, o seu antecessor tinha uma posição completamente diferente daquela que a Sra. Secretária tem

aqui hoje, e, portanto, a Sra. Secretária tem todo o direito de mudar de opinião, ou de manter opinião, mas o Governo, mas o Governo é o mesmo Sra. Secretária, o Governo é o mesmo e esteve em audição na Comissão e informou os Deputados de uma posição totalmente diferente.

Sr. Presidente, eu percebo a excitação do Deputado Bruto da Costa, mas se me permitir, é que os apartes vão para além do..., portanto quando tiver ... se permitir Sr. Deputado Bruto da Costa... obrigado.

Portanto estava a dizer que trapalhada é a palavra que define bem a atuação deste Governo, não apenas neste processo, e quem lê o relatório da Comissão percebe bem a mudança de posição, quer do Governo, quer dos Deputados da Coligação, mas ainda bem que mudaram de opinião, muito sinceramente, porque, no nosso entender, faz todo o sentido a posição do Bloco de Esquerda nesta matéria. Porque o Governo deveria ter acautelado a aplicação de uma taxa de juro mais baixa, se isso era possível, através de um parecer jurídico, não agora, mas logo desde o início. Se tinha dúvidas deveria tê-lo feito, e a Sra. Secretária diz que tem dúvidas e, portanto, aquilo que nós dissemos faz todo o sentido.

Depois, Sra. Secretária diz aqui que o contrato, a Sra. Secretária disse que o contrato, o contrato devia obrigatoriamente mencionar a taxa, foi isso que disse. Sra. Secretária, o contrato não tem que obrigatoriamente dizer qual é a taxa aplicada, pode remeter para uma taxa, a taxa legal em vigor, se havia diferença, se havia dúvidas na interpretação, devia ter pedido então o parecer jurídico

mais cedo, e a pergunta que eu tenho Sra. Secretária, qual é o spread que a Sra. Secretária refere, refere-se a que spread? Qual é a indexação? Qual é o spread de referência? Qual é a entidade de referência? E outra pergunta, Sra. Secretária, é quando é que pediu o parecer? Qual é a data em que pediu o parecer jurídico? Se nos puder informar. E por último Sra. Secretária, relativamente aos direitos de passagem. Já aqui falamos que existiu um diferendo entre o Governo Regional anterior e a EDA a esse respeito, que tinham um entendimento que as vias regionais por onde passavam a eletricidade, os cabos da eletricidade, deveria de implicar para a Região os devidos direitos, à semelhança daquilo que é feito para os municípios. Qual é a importância de falar nesse assunto novamente? Porque em Comissão também questionamos o Sr. Secretário Regional, e sabe o que é que ele disse a esse respeito? Eu vou citar: relativamente aos direitos de passagem, disse que são direitos que são consagrados aos munícipes e, portanto, qual é a sua posição a esse respeito? Como disse o Deputado Nuno Barata, e creio que o Deputado Paulo Estevão também falou, é importante clarificar o que é que pensa o Governo também nessa matéria. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente,
Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente do Governo,
Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu não era mesmo para intervir neste debate, mas houve uma expressão e uma atitude do Sr. Deputado Carlos Silva que me obriga a dizer-lhe de viva-voz aquilo que já lhe disse em aparte. Mudar de opinião se calhar é um sinal bom da democracia e da inteligência de todos nós. Todos nós temos o direito de mudar de opinião. O senhor, por exemplo, mudou de opinião, quando aqui há poucos anos aplaudia o Doutor Passos Coelho e acenava uma bandeira ao lado da líder do PSD-Açores, que era a Doutora Berta Cabral.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O senhor acha que isso foi inteligente da sua parte e democraticamente aceitável. É um direito que lhe assiste. Muito obrigado.”

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Bem, muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados,

Sr. Presidente e Membros do Governo

As minhas primeiras palavras nesta intervenção é para ir em auxílio das Sras. redatoras. As Sras. redatoras, há aqui uma nova, há aqui uma nova moda no Parlamento. Quando não se tem tempo e não se tem argumentos, quero uma transcrição. Só hoje já foram pedidas não sei quantas.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muitas!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Quatro ou cinco!

O Orador: Ó Sr. Presidente, é urgente, é urgente contratar mais alguém só para haver transcrições, porque senão, senão as Sras. redatoras hoje passam a madrugada toda a fazer as transcrições. E, portanto, não faz nenhum tipo de sentido, não faz nenhum tipo de sentido e alerta para esta nova moda das transcrições, das transcrições quando não se tem argumentos e não se tem tempo. Depois, a outra questão que é uma questão fundamental, Sr. Deputado António Lima, houve um momento em que esteve quase, quase a ceder quando V. Exa. disse: até tem uma parte de razão. Não, não tem nenhuma. Pois, V. Exa., V. Exa. depois da sua argumentação disse: bom, mas há aqui, até poderia, no âmbito do acordo que foi efetuado, até se poderia ter contemplado que não se pagavam juros de mora. O Sr. disse, até se podia ter contemplado. E atribuía isto a este Governo. Mas quem é que fez um acordo e contemplou os juros de mora, e não os definiu?? Foi exatamente o Governo do Partido Socialista, porque é que se vira para o Governo Regional quando a responsabilidade...

Deputado António Lima (BE): Porque é que tem que ser o Governo do Partido Socialista?

O Orador: ... está aí desse lado, Sr. Deputado? A questão é essa! V. Exa. depois diz, teve aquele momento quase de cedência, perante o dogmatismo que o anima nestas matérias, e dizia: bom, mas os Srs. pediam juros de mora. Não! Podiam ter definido que não, que não, que não havia juros de mora. Mas este Governo está a cumprir um acordo, o que é que quer fazer. Há um acordo assinado pelo Governo dos Açores, pelo Governo dos Açores e este Governo cumpre os acordos assinados pelos Governos dos Açores, é tão simples como isso Sr. Deputado. Por isso é que eu levanto, diz V. Exa. excelência, não!! Poder negocial maior no âmbito deste processo, diz V. Exa., não, então são os maiores consumidores, são isto, são aquilo, são aquilo. Então o poder negocial maior não é antes de se assinar este acordo? Que introduz, que introduz estas questões todas? Se não tivéssemos, se o Governo do Partido Socialista, utilizando o seu próprio argumento, não tivesse incluído essa questão dos juros de mora, então a negociação agora não era mais fácil num âmbito de todas essas matérias? É evidente! É evidente, é evidente que o problema, o problema está no acordo que foi feito. E, portanto, a responsabilidade é toda, é toda, é toda do Governo anterior. Eu como ainda quero ficar com mais algum tempo, porque no debate, Sr. Deputado, no debate nunca se deve ficar sem tempo, nunca! Por isso, ainda tenho mais 3 ou 4 argumentos, mas vou ficar com algum tempo para acautelar alguma resposta que tenha que dar a outro partido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária, eu aguardo...

Deputado Gustavo Alves (PPM): É como a gente aguarda pro terem aberto a conta!

O Orador: ... as suas respostas pacientemente e, portanto, ... eu estou calmo Sra. Secretária, muito calmo, muito calmo, muito calmo. Sr. Deputado João Bruto da Costa, aquilo que o Sr. afirmou diz muito mais de si do que de mim, e, portanto, eu tenho muito respeito pelas Sras. e Srs. Deputados e por alguns Membros do Governo que já mudaram de opinião, e tenho todo o respeito por eles. E, portanto, em relação àquilo que o senhor disse, diz muito mais de si, mas isso não me surpreende, veio de si do que de mim. Muito obrigado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Carlos Silva, sabe porque é que o acordo é uma trapalhada? Eu vou lhe explicar. O Sr. quando contrai um empréstimo, o empréstimo para adquirir a sua casa, fixou ou não fixou a taxa de juro? Ou disse que era a taxa de juro legal em vigor? Foi isso? Foi isso?

Não, não, responda, vai me responder a seguir, vai me responder a seguir. O Sr. quando contrai um empréstimo, e eu já lhe vou dizer, um empréstimo à habitação, não põe lá taxa de juro? Põe, claro que põe. Ou põe a Euribor mais um spread, ou menos um spread, ou põe uma taxa de referência. Não vai deixar ao critério, não vai deixar ao critério de quem interpreta, ou deixa? Quando contrai um empréstimo à habitação, algum dos Srs. deixa a taxa de juro ao critério de quem interpreta? Alguma vez isso se faz? Isso é uma forma profissional de trabalhar? Isso é uma forma de trabalhar que acautele os interesses de quem está a negociar? Olhe, eu não faria isso,...

Deputado Carlos Silva (PS): E o SPREAD?

A Oradora: ... e tenho a certeza que o Sr. Deputado também não faria. Tenho a certeza, que não faria! Se contrair um empréstimo

para a sua empresa, não faz isso, ninguém faz isso. Nós fixamos a taxa ou fixamos uma taxa de referência indexada. E esta não tem nenhuma taxa de referência indexada. Diz que é a taxa de juros de mora. E essa é que é a grande questão que se coloca aqui, e por isso é que é preciso pedir o parecer jurídico, que já está pedido.

Deputado Carlos Silva (PS): Quando?

A Oradora: Quarta-feira passada, dia 4 de maio. 4 de maio! E se quiser, há muita gente do seu partido que pode telefonar ao Professor Eduardo Paz Ferreira para confirmar. Pode telefonar! Confirme! Não, é que me está a perguntar, está-me a perguntar quando é que eu pedi, parece que está a pôr em dúvida que eu pedi.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, tem toda a possibilidade de confirmar! Toda a possibilidade de confirmar. E, portanto, quanto ao resto da pergunta, Ó Sr. Deputado, nós seguimos a Lei, e aqui faremos o que a Lei disser, quer em relação aos spreads, quer em relação a tudo isso que o Sr. quer saber agora. Não há nada a saber, isso negocia-se, e negocia-se de acordo com a Lei.

Muito obrigada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária, a Sra. Secretária falou-me num spread, mas não disse qual era o spread, e eu perguntei qual é o spread. A expressão é sua, Sra. Secretária! A expressão é sua, não é minha! Eu não falei em spread. Ó Sra. Secretária, o que dizia o contrato, pelo aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário Mota Borges, e que disse a esse respeito, o contrato aparentemente dizia e é o que está no relatório, que executar o presente acordo para o montante global da dívida acrescido pelos juros da taxa legal em vigor. Essa expressão não é legal, é isso que a Sra. está a dizer? A taxa de juro legal em vigor não é uma expressão correta que deva constar num contrato? Sra. Secretária, nem todos, Sra. Secretária, pergunte aos seus, aos seus colegas de Governo, se em todos os contratos fixam a taxa ou colocam essa expressão! Ou colocam essa expressão! Alias, se há tanta certeza da sua parte, vamos aguardar pelo parecer jurídico e veremos quem tem razão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, pergunto se há mais inscrições...

Sra. Secretária Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Ó Sr. Deputado Carlos Silva, isso até me faz impressão, o Sr. quando contrai algum empréstimo...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Ó senhora, isto não é um empréstimo!

A Oradora: ...não fixa a taxa, não fixa a taxa de referência e não fixa... é a mesma coisa!!! É um crédito, ó Srs., é um crédito! É, ..., oh... é um crédito da EDA, é um crédito que a EDA tem sobre o Governo, ó Srs. pelo amor de Deus, não venham agora dizer que se remete para a taxa legal em vigor e é aquela que for, e é aquela que for. Isso realmente é uma forma muito correta de fazer negociação de empréstimos e negociação de acordos, não há dúvida nenhuma. Eu não queria estar, eu não queria estar alguma vez num Governo que deixasse em aberto as taxas de juro a pagar.

Muito obrigada!

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): A fatura vai por email!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições Não havendo, vamos votar este **Projeto de Resolução nº 90/XII, que Recomenda ao Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia elétrica.**

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Resolução aprovado por unanimidade.

Presidente: Está, assim, encerrado este ponto 7 da nossa Agenda. Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou a favor deste Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a negociação da taxa de juro a aplicar a dívidas de fornecimento de energia elétrica, porque considera ser preponente, mas também considera que este, a taxa de juro que estava a ser aplicada era absolutamente inaceitável e que penalizava e penaliza porque ainda está a ser, penaliza de forma completamente inaceitável o interesse público e penaliza os

contribuintes, penaliza cada um dos açorianos e açorianas. A aprovação desta proposta por unanimidade é um sinal claro de que este parlamento quer que o Governo não apenas tente cumprir, mas cumpra esta deliberação, esta recomendação, e procure desenvolver todos os esforços para negociar efetivamente e reduzir substancialmente a taxa de juro aplicada. Muito se disse durante a análise em Comissão desta proposta, que parecia uma proposta completamente descabida, que até quase parecia, até ilegal e até tivemos acusações de que seria o reescrever uma Lei feita à medida. Como se vê, como se vê, afinal é tão só fazer cumprir aquele que é o interesse público, defender o interesse público, e procurar uma solução que efetivamente seja decente, não seja uma, não seja imoral, proteja o orçamento da Região e cada um dos contribuintes açorianos paga os seus impostos, e não os paga para serem distribuídos em dividendos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente esta iniciativa, como primeiro objetivo no sentido de corrigir ou da possibilidade de vir a ser corrigida uma lacuna de contrato que foi assinado, porque não há nada que diga que este contrato não pudesse fixar

uma taxa de juro. Poderia, naturalmente, fixar uma taxa de juro como qualquer outro contrato, sendo certo que aquilo que é a entidade, aquilo que são as orientações da entidade reguladora, permite essa possibilidade, ou seja, não é uma taxa fixa, e, portanto, é evidente que o contrato deveria ter fixado essa taxa de juro. E nós pensamos que essa possibilidade, se existe, faz sentido que a Assembleia recomende ao Governo que analise essa possibilidade e que avalie essa possibilidade, aliás, a Sra. Secretária desde o início falou nesta possibilidade e que já tinha pedido um parecer desta matéria, portanto, ouve aqui muita discussão que saiu da essência da discussão, das responsabilidades de passagem ou não, mas o essencial é isso, é que se há essa possibilidade de reduzir os encargos para o erário público, pois que seja analisada, corrigindo um erro que resultou do contrato assinado pelo anterior Governo. Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente, o Partido Socialista votou favoravelmente a iniciativa porque entendia, e entendia desde o início, que o Governo deveria ter feito mais, mais e mais rápido, na procura de soluções jurídicas que sustentassem uma posição que fosse diferente daquela que estava a ser praticada, entendíamos que a taxa de juro de 7%, não defendia os interesses dos consumidores açorianos, e foi por isso que votamos favoravelmente a iniciativa, de forma a recomendar que o Governo faça aquilo que ainda não tinha a capacidade para o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente,

Srs. Deputados,

Sr. Presidente e Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PPM votou favoravelmente esta iniciativa porque considera que esta recomendação, mesmo estando prejudicada, bastante prejudicada pelas circunstâncias herdadas do Governo anterior, que foi o Governo anterior, que foi o Governo anterior, que contemplou o pagamento de juros de mora, que não, que não os definiu, que não acautelou os interesses da Região Autónoma dos Açores nesta matéria, mesmo estando prejudicada desta forma, mesmo tendo reduzido o poder negocial da Região Autónoma dos Açores tendo em conta, e o Governo anterior não

podia deixar de conhecer, qual é a recomendação da ERSE nesta matéria, e ao deixar por definir obviamente existindo uma recomendação da ERSE, o que é que vai ser aplicado, o que vai ser aplicado aquela que é a recomendação da ERSE. Portanto, há um pecado original, e esse pecado original é do Governo anterior que tem toda a responsabilidade nesta matéria. E este Governo o que está a fazer é cumprir um acordo que herdou do Governo anterior. E tão somente isso. O Bloco de Esquerda decidiu apresentar aqui uma resolução que recomenda que o Governo negocie, esta, estes juros de mora, que os reduza, o que eu lhe disse, o que eu disse, no âmbito desde debate, é que a posição negocial deste Governo está diminuída, porque foram assumidos compromissos pelo anterior Governo e existiu um negociação que foi prejudicial para a Região. E, portanto, neste momento a nossa capacidade de negociação está prejudicada à partida, está prejudicada à partida, mas mesmo assim, mas mesmo assim, o grupo parlamentar do PPM vota favoravelmente, vota favoravelmente, tendo em conta estas circunstâncias todas, já sabemos que à partida, já sabemos que à partida se isto não fosse negociado assim, teríamos outras hipóteses de sucesso. Mesmo nestas circunstâncias, vamos fazer aquilo que temos a fazer que é tentar defender os interesses da Região em circunstâncias difíceis que resultam do acordo a que o Governo anterior chegou no momento anterior.”

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente,

Sr. Presidente

Srs. Deputados,

Sr. Presidente e Membros do Governo.

Esta resolução que acabamos de aprovar tem o mérito, tem o mérito de pelo menos ter trazido à discussão aqui alguns factos que na verdade andaram sempre, eu não diria escondidos, mas pelo menos não foram verdadeiramente debatidos, tanto que se percebeu que nunca foi criada uma solução. Ou seja, tem o mérito de se saber que unilateralmente o Governo Regional anterior em 2012 decidiu deixar de pagar uma fatura à EDA, tem o mérito de nos fazer perceber que os anteriores Governos Regionais...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Essa conclusão é sua!

O Orador: ... não emitiram nenhuma fatura à EDA pelos direitos de passagem, tem o mérito de saber que o anterior Governo Regional não resolveu, não clarificou, não definiu se era uma responsabilidade das autarquias ou se era efetivamente uma responsabilidade sua, tudo isto não foi resolvido, e depois tem o mérito de ficarmos a saber que embora o anterior, os membros do partido do anterior Governo, do anterior Governo Regional, não admitam, mas este acordo que estamos aqui a discutir foi assinado efetivamente pelo anterior Governo Regional já depois das eleições,

e foi este anterior Governo que definiu as regras que agora estamos aqui a discutir, e que em boa hora o Bloco de Esquerda obviamente demonstra e tenta fazer esta, no fundo dar este impulso que esta Assembleia ao aprovar dá este impulso ao Governo para que tente, então, renegociar estes juro e que sendo possível tenho a certeza que a Sra. Secretária e este Governo...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Vai pagar as contas!

O Orador: ...vão levar esta discussão e esta negociação a bom porto, e sendo sempre no superior interesses dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições...

Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Calos Furtado (Indep.): Obrigado, Sr. Presidente,

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sim, foi com orgulho que efetivamente votei favoravelmente a esse Projeto de Resolução, porque conforme já disse na minha intervenção anterior, trata-se de um ato de justiça e que, acima de

tudo, e independentemente do que é que vinha a ser o resultado dessa negociação que possa existir com a EDA, há um elemento aqui que a nós nos vai descansar a todos, é que pelo menos tentamos resolver esse problema da melhor forma. Essa é a mensagem que no fundo tem que sair daqui, para que o povo açoriano que pelo menos fizemos aquela que é a nossa obrigação, tentar melhorar as condições negociais para o pagamento desta dívida. Muito já se falou aqui deste assunto, e sobre as taxas de juro e a negociação das taxas de juro, mas há um elemento que é preciso considerar, é que a melhor altura para negociar uma taxa de juro é antes de contrair a dívida,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ...e foi isso que falhou! E quando o anterior Governo negociou o pagamento desta dívida já estava fragilizado em termos de negociação, porque incumpriu com uma obrigação, e não incumpriu com uma obrigação uma vez, incumpriu com uma obrigação todos os meses durante 8 anos, essa é que é a questão, portanto foi o amontoar de uma dívida, é que tirou a moral para o anterior Governo negociar uma boa taxa de juro, uma situação que servisse aos açorianos e isso, isso que sirva de exemplo para futuras situações que a melhor forma de negociar é antes de entrarmos em incumprimento, e foi isso que resultou e por isso é que este assunto chegou aqui a esta casa e que esperemos que tenha efetivamente o melhor desfecho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL.):** Sr. Presidente,

Srs. Deputados,

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente essa resolução, proposta de resolução do Bloco de Esquerda, meio arrependido, mas vá lá. Projeto de Resolução, obrigado pela correção Sr. Deputado. Muito embora o debate à volta da matéria não tenha esclarecido cabalmente as minhas dúvidas que não são dúvidas, a taxa de juro não está no acordo de 2020, mas afinal está, porque se é diz lá que a taxa de jura de mora ela é imposta por resolução, portanto ela está lá a taxa de juro, a taxa de juro está lá clara, é a taxa de juro de mora que é, que é definida por Resolução do Governo da República. Ficamos também sem saber, se a Região acautelou os seus interesses quanto aos direitos de passagem. Ficamos também sem saber os contornos das negociações que levaram à assinatura daquele acordo. Nós não sabemos se o acordo é bom ou se é mau, o acordo até pode ser ótimo, nós não sabemos o que é que tava antes do acordo, sabemos é que existia uma dívida que não era paga desde 2012, e sabemos também que a dívida continua a não ser paga, e que continua a não ser pago o consumo da iluminação pública, e isto é preciso que tenhamos todos bem noção, que é para depois não vir daqui a dias negociar dívida atrás de negociar dívida. E neste sentido já me parece que o Sr. Deputado António Lima, apesar do seu dogmatismo, acabou por trazer aqui uma espécie de

abertura da caixa de pandora, para que todos fiquemos mais atentos para esses casos futuros, para não nos virmos a confrontar num futuro próximo com mais e mais juro sobre os atrasos nos pagamentos do Governo Regional, quer seja à EDA, quer seja ao Serviço Regional de Saúde, seja ele de quem for.”

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, está encerrado este ponto da nossa agenda.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra, faz favor para uma interpelação.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Uma interpelação Sr. Presidente. É para pedir um intervalo regimental de 5 minutos.

Presidente: Está concedido. Encerramos os nossos trabalhos por hoje, até amanhã, bom descanso.

Eram 19 horas e 56 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência**Informações:**

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que na sua reunião de 20 de abril de 2022, a Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia procedeu à eleição do Presidente, tendo a Mesa da Comissão ficado assim constituída: Presidente – Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral (PS); Relatora – Ana Luísa Luís (PS); Secretária – Sabrina Marília Coutinho Furtado (PSD)

Proveniência: Francisco Coelho, Presidente da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 21;

Assunto: Ofício S/071/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA os nomes dos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PS que integrarão as Comissões Especializadas Permanentes e Eventuais da Assembleia Legislativa Regional, a saber: Comissão de Política Geral – Berto Messias, Isabel Teixeira, Francisco Coelho, Lubélio Mendonça e Tiago Branco; Comissão de Assuntos Sociais – Ana Luísa Luís, Tiago Lopes, Rodolfo Franca, Célia Pereira e Marta Matos; Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – José Gabriel Eduardo, Joana Pombo Tavares, José Contente, Valdemira Gouveia e João Vasco Costa; Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia – Francisco Coelho, Ana Luísa Luís, Berto Messias e José Contente

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 26;

Assunto: Correio eletrónico a enviar o Relatório da Conferência” Combater a Pobreza: Retratos e Soluções”, iniciativa que se realizou no passado dia 30 de março, em Ponta Delgada

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 26;

Assunto: Ofício ref.^a Gp 392/XII a informar Sua Excelência o Presidente da ALRAA que o Sr. Deputado Rui Martins cessa funções como membro da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, passando a fazer parte da referida Comissão sem direito a voto, o Sr. Deputado Pedro Pinto, com efeitos a partir de 29 de abril de 2022

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2022 – 04 – 29;

Assunto: Ofício ref.^a 1132/1.2.4, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Frederico Correia Maciel, antigo Presidente da Câmara Municipal das Velas, apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal de Velas, Senhor Luís Silveira e aprovado por unanimidade na reunião de Câmara a 8 de abril de 2022

Proveniência: Luís Virgílio de Sousa da Silveira, Presidente da Câmara Municipal das Velas

Data de Entrada: 2022 – 04 – 29;

Assunto: Ofício 62/022/RL a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que a Sra. Deputada Sabrina Marília Coutinho Furtado passa a substituir o Sr. Deputado Rui Miguel Mendes Espínola na Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras, com efeitos a

partir de 30 de abril de 2022, inclusive e a informar que o Grupo Parlamentar do PSD indica a Sra. deputada Sabrina Furtado para o lugar de Secretária da Mesa da referida Comissão

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 02;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII (GOV) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes

Proveniência: José Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 02;

Assunto: Ofício S/083/2022/XII, a apresentar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a candidatura da Sra. Deputada Marta Matos a Secretária da Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA bem com a respetiva declaração de aceitação

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 05 – 03;

Assunto: Ofício S/084/2022/XII, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA os nomes dos Srs. Deputados do GPPS que integrarão a Subcomissão da Comissão de Economia da ALRAA, a saber: José Ávila, Wilson Ponte Gomes e Carlos Silva

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 05 – 03;

Assunto: Ofício ref.^a 43, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto relativo ao “Fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros aéreos não residentes e o cancelamento da linha amarela da Atlânticoline, aprovado na sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2022

Proveniência: João Manuel Teixeira Bettencourt, Presidente da Assembleia Municipal de Sta. Cruz da Graciosa

Data de Entrada: 2022 – 05 – 03;

Assunto: Ofício ref.^a 30/2022 CG, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto contra a aprovação do regime Jurídico da Taxa Turística Regional, apresentado e aprovado com os votos a favor do Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM e com a abstenção do grupo Municipal do PS e dos Presidentes da Junta de Freguesia Lajedo e Mosteiro Independentes, na sessão Ordinária realizada a 26 de abril de 2022

Proveniência: Maria da Conceição Vieira Gomes, Presidente da Assembleia Municipal das Lajes das Flores

Data de Entrada: 2022 – 05 – 03;

Assunto: Ofício 63/022/LT, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA os nomes dos Srs. Deputados do GPPSD que passarão a integrar a Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA, a saber: Joaquim Machado – Presidente; Délia Melo – Relatora; João Costa, Ana Quental e Salomé Matos

Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 03;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de agendamento para a Sessão Plenária de maio de 2022 de um Debate de Urgência sobre “Transportes”

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2022 – 05 – 03;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nos termos do artigo 97.º e segs. do EPARAA, a partir de 1 de maio de 2022 passou a exercer as suas funções de Deputado no regime de não exclusividade

Proveniência: Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral, Deputado do PS

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04;

Assunto: Of. Sai-SRFPAP/2022/128, Solicitando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA, nos termos do artigo 187.º do Regimento da ALRAA, de agendamento para a Sessão Plenária de maio de 2022 de um Debate por iniciativa do Governo Regional sobre as finanças da Região

Proveniência: Duarte Nuno d’Ávila Martins de Freitas, Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 31/XII - Adapta à administração pública regional dos Açores o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação e 33/XII - Política regional de qualificação e emprego, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII (BE) – Estabelece um regime excecional de

constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde e das Antepostas de Lei n.ºs 7/XII (PAN) - Assegura o aumento do subsídio de risco para os profissionais das forças e serviços de segurança, 8/XII (BE) - Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores e 10/XII - Décima quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04;

Assunto: Ofício ref.^a AM.89/2021_2025, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia dos Votos de Pesar apresentados pelo Grupo Municipal do Partido Popular, pela Representação da Coligação Democrática Unitária e pelo Grupo Municipal do PS, ao qual se associou o Grupo Municipal do PSD, na reunião Ordinária de 27 de abril de 2022

Proveniência: Lena Felicidade Pereira Amaral, Presidente da Assembleia Municipal de Velas

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04;

Assunto: Ofício ref.^a 24/AM/2022, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Recomendação – Execução urgente de infraestruturas base à proteção dos jorgenses no concelho da Calheta, apresentado pelo Grupo Municipal do PS e ao qual se associaram todos os Grupos Municipais representados na Assembleia Municipal e aprovado por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2022

Proveniência: Hélder Manuel Matos Chaveiro Martins, Presidente da Assembleia Municipal da Calheta

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04;

Assunto: Ofício ref.^a 49, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que retira o Projeto de Resolução n.º 99/XII – Criação de um plano de intervenção e de apoio na Cooperativa Ocidental

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2022 – 05 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a 220, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto contra a aprovação do regulamento turístico da Taxa Turística Regional, apresentado e aprovado por maioria com 10 abstenções do Grupo Municipal do PS, na sessão Ordinária realizada a 28 de abril de 2022

Proveniência: Álvaro José Alves Manito, Presidente da Assembleia Municipal da Madalena do Pico

Data de Entrada: 2022 – 05 – 05;

Assunto: Ofício 63/022/RL, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que o Senhor Deputado Flávio da Silva Soares passa a substituir o Senhor Deputado António Vasco Neto de Viveiros na Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras, com efeitos a partir das 12H00 do dia 5 de maio de 2022

Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 05;

Assunto: Ofício 556-ST a enviar o Relatório n.º 01/2022 – FS/SRATC (Auditoria às obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores), aprovado pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em sessão de 06-04-2022

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 05 – 05;

Assunto: Ofício 557-ST a enviar o Relatório n.º 02/2022 – FS/SRATC (Auditoria ao recurso ao crédito pela Freguesia de Rosto do Cão – São Roque), aprovado pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em sessão de 27-04-2022

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 05 – 05;

Assunto: Ofício Ref.^a RPIL031/2022, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, no seguimento da solicitação do agendamento para a sessão plenária de maio de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, que versará sobre o futuro da ilha Graciosa, o número de perguntas por cada um dos quesitos será de três

Proveniência: Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 05 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a AM.93/2021_2025, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Popular, ao qual se associaram os Grupos Municipais do PS, PSD e Representação da Coligação Democrática Unitária, aprovado por unanimidade na reunião Ordinária de 27 de abril de 2022

Proveniência: Lena Felicidade Pereira Amaral, Presidente da Assembleia Municipal de Velas

Data de Entrada: 2022 – 05 – 06;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: João Bruto da Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 06;

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de suspensão do mandato de Deputado, com efeitos a partir do dia 1 de maio de 2022 inclusive, por se encontrar na situação prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA

Proveniência: Rui Miguel Mendes Espínola, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 06;

Assunto: Ofício 64/022/LT, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da suspensão do mandato do Deputado Rui Miguel Mendes Espínola essa vaga será preenchida pela candidata Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio, com efeitos a partir do dia 1 de maio de 2022

Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 05 – 06;

Assunto: Ofício ref.^a 199/2022, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto sobre a aprovação do Regime Jurídico da Taxa Turística Regional, apresentado pelo do Grupo Municipal do PSD e aprovado por maioria, na sessão Ordinária realizada a 29 de abril de 2022

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2022 – 05 – 06.

1- Relatórios:

Assunto: [Sobre a Petição n.º 22/XII – Suspensão da obra - Construção do Bar da Praia da Riviera](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII \(DI\) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, que estabelece a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 108/XII \(CH\) – Recomenda ao Governo Regional a criação de um regime transitório para os pescadores do Porto da Caloura](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 05 – 05;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 05 – 09;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 20/XII – Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 13/XV \(PCP\) – Plano Estratégico para a Soberania Alimentar Nacional – Audição n.º 94/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 28;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 14/XV \(PCP\) – Aprova medidas urgentes para a produção de cereais – Audição n.º 95/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 28;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 15/XV \(PCP\) – Mediadas para melhoria do funcionamento da cadeia agroalimentar – Audição n.º 96/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 28;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 4/XV \(GOV\) – Aprova o Orçamento do Estado para 2022 – Audição n.º 97/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 28;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 90/XII \(BE\) – Recomenda ao Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia elétrica](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 105/XII \(PAN\) – Estratégia agrícola regional de emergência para a produção e armazenamento de cereais](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 110/XII \(BE\) – Atualização do valor da remuneração complementar e utilização do regime jurídico de preços como forma de mitigar os efeitos da inflação na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 05 – 04;

A redatora: Sónia Furtado